



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

A Prova Testemunhal

**“A Razão Antropológica” da Sua Força
Processual**

Roldão dos Santos Dias Boa Morte

**Dissertação de Mestrado não Integrado em Ciências Policiais na Especialidade
em Criminologia e Investigação Criminal**

Orientação científica:

Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos

Outubro, 2017

Modelo da lombada

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na especialidade em
Criminologia e Investigação
Criminal



A Prova Testemunhal “A razão Antropológica”
da Sua Força Processual

Outubro, 2017

Roldão dos Santos Dias Boa Morte



A Prova Testemunhal. “A razão Antropológica” da
Sua Força Processual

Roldão dos Santos Dias Boa Morte

Outubro
2017



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Autor: Roldão dos Santos Dias Boa Morte

Curso: VIII – Mestrado não Integrado em Ciências Policiais na Especialidade em Criminologia e Investigação Criminal, Turma A.

Título da obra: A Prova Testemunhal “A Razão Antropológica” da Sua Força Processual.

Orientador: Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Outubro de 2017

“Não açaimarás a boca do boi que debulha; e ainda: o operário é digno do seu salário. Não aceita denúncia de um presbítero, se não for confirmada por duas ou três testemunhas”.

(1.ª CARTA A TIMÓTEO 5:18-19)

DEDICATÓRIA

À Deus,
À minha esposa e os meus filhos
Aos meus pais e irmãos,
A toda minha família, e
Aos meus verdadeiros amigos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho, correspondente à fase final duma longa jornada académica, o Mestrado não Integrado em Ciências Policiais no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), não seria possível sem a contribuição de determinadas pessoas às quais presto um sentido e humilde tributo de elevado reconhecimento e gratidão pela ajuda e disponibilidade constantes.

À Deus, por me dar a vida e por mostrar-me que o meu futuro era aquilo que eu quisesse ou imaginasse. Foi crucial para moldar a minha personalidade e o meu ser.

Ao meu orientador, **Professor Doutor, Hermínio Joaquim de Matos**, pela prontidão de aceitar o meu convite, pela inigualável orientação, pela forma tão simples com que transmite as coisas, pela forma como simplifica tudo aquilo que parece difícil, pela simpatia, pela confiança, pela disponibilidade e pela colaboração ao longo de todo o trabalho. A ele, o meu MUITO OBRIGADO, pois sem a sua ajuda nada disto era possível.

À **Professora Doutora Maria Fernanda Pontífice**, que com toda a sua sabedoria prestou uma inestimável ajuda na revisão do Trabalho.

Ao **Professor Doutor Manuel Guedes Valente** pelos conselhos e ensinamentos na escolha do tema e a correta elaboração do Projeto.

Ao Diretor Nacional da PSP, o **Superintendente - Chefe Luís Farinha**, pelo apoio, sem o qual este sonho seria uma miragem.

À minha adorável esposa **Alda Boa Morte**, por amor, carinho e apoio em todos os momentos, por me ajudar a atingir os meus objetivos.

Aos meus filhos **Ayder Nair, Adailson e Aldmir**, por serem a razão do meu viver e por me alegrarem constantemente.

Ao **Superintendente – Chefe José Augusto de Barros Correia**, ex Oficial de ligação do MAI na embaixada de Portugal em STP, por toda a sua simpatia, preocupação e auxílio prestado.

Ao **ISCPSI**, não esquecendo dos Docentes, Quadro Orgânico, pela formação, acolhimento, pelos conhecimentos, pelos valores ensinados e pelas experiências que aí vivi e que me conduziram à produção deste trabalho.

A todos os entrevistados, pelo contributo fundamental para a realização do estudo.

Aos meus **colegas e amigos do VIII Curso, Turma A**, ao qual tenho orgulho de pertencer, pelo apoio que me deram, pelo convívio e amizade.

Ao **Subcomissário Isac Penhor**, por todo apoio prestado na realização do estudo.

Aos meus pais e irmãos, por todo, carinho, amor e apoio em todos os momentos, por me ajudarem a atingir os meus objetivos, pela educação que me deram e por sempre terem feito tudo ao seu alcance para me ajudarem a ultrapassar as várias etapas da minha vida, sempre com otimismo e um sorriso nos lábios.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

As diversas formas de surgimento e manifestação de criminalidade é um fenómeno mutável que, tem vindo a martirizar todo o tecido social, com particular destaque as novas formas de crimes que outrora S. Tomé e Príncipe não conhecia. Estes servem de estímulo, do sentimento de insegurança no país, tornando mais complexo quando as autoridades com competência para os investigar não as consegue porque não têm meios para o tal.

No âmbito deste estudo pretende-se saber que com o aparecimento de novos crimes em STP, sobretudo crimes contra as pessoas e patrimoniais e novos *modus operandi*, a utilização apenas da prova testemunhal seria suficiente para o combate dos mesmos. O estudo realizado revela que, existe necessidade urgente de criação de condições materiais e humanos para a utilização de outros meios de obtenção provas (provas científicas) na investigação criminal de forma a resgatar a confiança do cidadão na justiça bem como para estancar as novas formas de criminalidade que nos últimos tempos tem assolado a sociedade São-Tomense.

Palavras-chave: S. Tomé e Príncipe; Meios de Obtenção de Provas; Provas Científica; Provas Testemunhal; Investigação Criminal.

ABSTRACT

The various forms of emergence and manifestation of crime is a mutable phenomenon that has been martyring the whole social fabric, with particular attention to the new forms of crimes that São Tomé and Príncipe once did not know. These serve as a stimulus to the country's sense of insecurity, making it more complex when the authorities with the competence to investigate them do not succeed because they have no means to do so.

In the scope of this study we intend to know that with the appearance of new crimes in STP, especially crimes against people and patrimonial and new *modus operandi*, the use of testimonial evidence alone would be enough to combat them. The study shows that there is an urgent need to create material and human conditions for the use of other means of obtaining evidence (scientific evidence) in criminal investigations in order to restore citizen confidence in justice as well as to stem new forms of Crime that has recently plagued Santomean society.

Keywords: S. Tomé and Príncipe; Means of Obtaining Evidence; Scientific evidence; Evidence Witness; Criminal investigation.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
ÍNDICE.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
LISTA DE SIGLAS.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
JUSTIFICÇÃO DO TEMA.....	2
FORMULAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S).....	2
OBJETIVOS DO ESTUDO.....	3
METODOLOGIA.....	4
SÍNTESE DOS CAPÍTULOS.....	5
CAPÍTULO I- DEFINIÇÕES E CARACTERIZAÇÕES CONCEPTUAIS.....	7
1. Análise do conceito de Prova.....	7
1.1 Prova Testemunhal e Investigação Criminal	8
1.2 Indícios e Vestígios	13
1.3 Vestígios Biológicos e não biológicos	17
1.3.1 Vestígios Biológicos.....	17
1.3.2 O Sangue	18
1.3.3 Sémen	20
1.3.4 Saliva.....	21
1.3.5 A Urina.....	22
1.3.6 Pêlos e Cabelos.....	23
1.3.7 Dentes	23
1.3.8 Ossos	24
1.3.9 Unhas	25
1.4 Vestígios não biológicos.....	26
1.4.1 Pegadas	26
1.4.2 Armas de fogo	28
1.4.3 Os vidros	28
1.5 Vestígios Iofoscópicos.....	29
1.6 Os peritos e as perícias	31

CAPÍTULO II - OS ASPETOS LEGAIS DA PROVA	34
2. Alguns princípios a observar na recolha da prova testemunhal:.....	34
2.1 Princípio da Legalidade ou da Legitimidade da Prova	34
2.2 Princípio da investigação ou da verdade material.....	35
2.3 Princípio da livre apreciação da prova	36
2.4 Princípio da presunção da inocência ou do <i>in dubio pro reo</i>	37
2.5.1 Meios de Prova.....	39
2.5.2 Meios de obtenção de prova	42
2.5.3 Provas admissíveis e provas inadmissíveis	49
CAPÍTULO III - FENÓMENOS CRIMINAIS NA SOCIEDADE SÃO-TOMENSE	52
3. Caraterização da sociedade São-Tomense.....	52
3.1 Era Colonial.....	53
3.2 Era pós independência/Partido único.....	55
3.3 Era Democracia	56
3.4 Evolução dos Fenómenos criminais em S. Tomé e Príncipe	57
CAPÍTULO IV - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE	62
4. Evolução Histórica de Investigação Criminal em S. Tomé e Príncipe .	62
4.1 Investigação Criminal no Ministério Público	62
4.2 Investigação Criminal na Polícia de Investigação Criminal (PIC)	64
4.3 Investigação Criminal na Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe.....	66
CAPÍTULO V - TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
5.1 Metodologia.....	69
5.2 Caraterização do Universo da Amostra.....	69
5.3 Protocolo de Entrevista	70
5.4 Análise de Conteúdo	72
5.4.1 Apresentação e Análises dos Resultados	73
CAPÍTULO VI - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES FINAIS	79
6.1 Confirmação dos Objetivos	79
6.2 Hipótese Teórica.....	79
6.3 Hipótese Prática.....	80
6.4 RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA DA INVESTIGAÇÃO.....	81
CONCLUSÕES FINAIS.....	82
RECOMENDAÇÕES	84

LIMITAÇÕES DO PRESENTE ESTUDO.....	84
INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	84
BIBLIOGRÁFIAS.....	85
APÊNDICES.....	91
ANEXOS.....	158

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Análise de conteúdo da questão 1 da entrevista.....	74
Quadro 2: Análise de conteúdo da questão 2 da entrevista.....	74
Quadro 3: Análise de conteúdo da questão 3 da entrevista.....	75
Quadro 4: Análise de conteúdo da questão 4 da entrevista.....	76
Quadro 5: Análise de conteúdo da questão 5 da entrevista.....	77
Quadro 6: Análise de conteúdo da questão 6 da entrevista.....	78
Quadro 7: Análise de conteúdo da questão 7 da entrevista.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

art.^o – artigo

Cap. – capítulo

Dr. - Doutor

n.^o - número

op. cit. – obra citada

p. – página

pp. – páginas

s. – seguinte

Sr. – Senhor

ss. – seguintes

LISTA DE SIGLAS

ADN – Ácido Desoxirribonucleico.

CGPNSTP - Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe.

CPP – Código Processo Penal Português.

CPPSTP – Código de Processo Penal de S. Tomé e Príncipe.

CPSPSTP - Corpo de Polícia de Segurança Pública de São Tomé e Príncipe.

CPSTP - Corpo de Polícia de São Tomé e Príncipe.

CRP – Constituição da República Portuguesa.

CRSTP – Constituição da República de S. Tomé e Príncipe.

DSOI - Direção de Segurança de Ordem Interna.

GNR – Guarda Nacional Republicana.

MAI - Ministério da Administração Interna.

MLSTP – Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe.

MP – Ministério Público.

OPC – Órgão de Polícia Criminal.

PIC – Polícia de Investigação Criminal.

PJ – Polícia Judiciária.

PNSTP – Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe.

STP – S. Tomé e Príncipe.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é realizado no âmbito da Dissertação Final de Mestrado não Integrado em Ciências Policiais, na especialidade em Criminologia e Investigação Criminal cujo objeto se prende com A Prova Testemunhal, “A Razão Antropológica” da Sua Força Jurídica.

A sociedade em que vivemos é uma sociedade que está em constante mutação, e as influências deste fenómeno estão patentes no dia-a-dia das instituições sociais. Neste sentido, foi lançado ao Sistema Judiciário da República Democrática de S. Tomé e Príncipe (STP) um novo Código de Processo Penal, aprovado pela Lei 19/2009 de 17 de dezembro.

Nesta perspetiva, no âmbito das missões atribuídas aos Órgãos de Polícia Criminal de STP de competência genérica e no quadro das competências próprias ou determinadas por entidades judiciais aquela está obrigada, por lei, a desenvolver diligências e atos de investigação que conduzam, em sede de inquérito, à determinação dos autores e às circunstâncias em que os crimes ocorreram.

O exercício da tarefa de investigação criminal (recolha de prova) exige o domínio de técnicas, o conhecimento de variáveis estratégicas e a eficácia das mesmas. Neste sentido, preconizamos com a realização deste trabalho, em termos gerais, aferir a eficácia da prova testemunhal na investigação criminal em detrimento de outras provas legalmente previstas no novo Código de Processo Penal de STP tendo em conta o surgimento de novos crimes e novos *modus operandi* em S. Tomé e Príncipe.

Deste modo, tendo em conta as inúmeras fragilidades existentes em diversos setores da sociedade são-tomense e na justiça em si, por ser o alicerce da Democracia, para a realização do nosso trabalho faremos a análise de alguns documentos referentes ao tema, procederemos a consulta bibliográfica e levaremos a cabo a realização de entrevistas aos diferentes OPC, MP e os Tribunais de STP.

JUSTIFICÇÃO DO TEMA

Para a realização deste trabalho de investigação tivemos como motivação o aparecimento de novos crimes e novos *modus operandi* em São Tomé e Príncipe, como é o caso de assalto a mão armada, consumo e tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, assalto a turistas, dentre outros, tendo em conta que esses factos obrigam os OPC a incrementar novas formas para debelar os mesmos.

O campo de interesse e o domínio de investigação do presente trabalho assenta, respetivamente, na criação de condições materiais, humanas e financeiras para a utilização de outras provas na investigação criminal de acordo com o preceituado no novo Código de Processo Penal de STP (CPPSTP).

FORMULAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)

Com à entrada em vigor do novo Código do Processo Penal de S. Tomé e Príncipe, a utilização de outras provas no processo de investigação criminal torna-se imperiosa na medida que, nos últimos tempos, têm surgido na sociedade são-tomense novos crimes e novos *modus operandi* e que só a utilização da prova testemunhal constitui para os OPC uma tarefa totalmente difícil e complexa.

Deste modo, esta investigação procura dar resposta à seguinte questão de partida:

Tendo em conta o surgimento de novos crimes e novos *modus operandi* em STP, só a utilização da prova testemunhal será suficiente para o seu combate?

No final do trabalho, confirmaremos ou infirmaremos as seguintes hipóteses: A prova testemunhal na investigação criminal em STP não é tão eficaz para a prossecução dos fins da justiça e da investigação criminal; os OPC partilham a ideia de que deveriam existir, em termos práticos, outras formas de obtenção de provas; o trabalho dos OPC seria mais proactivo e mais

facilitado; os tribunais recuperarão a confiança dos cidadãos, visto que o seu trabalho incidirá, sobretudo, em prova científica e não em mera suposição; haverá uma redução drástica da criminalidade.

OBJETIVOS DO ESTUDO

Todos os investigadores precisam definir as linhas orientadoras da sua investigação, principalmente quando se trata de um estudo científico.

Neste sentido, com a realização deste estudo científico, pretendemos atingir os seguintes objetivos:

- Definir a prova testemunhal no âmbito da investigação criminal e caracterizar os tipos de provas existentes, analisando a necessidade da recolha de elementos de prova no âmbito da investigação criminal;
- Conhecer os pressupostos e formalidades da tarefa de recolha de prova testemunhal, analisando os princípios orientadores da recolha da supracitada prova;
- Demonstrar que a utilização da prova testemunhal na investigação criminal hoje em dia, cientificamente não é tão eficaz no combate de novos crimes e novos *modus operandi*;
- Propor a utilização na investigação criminal em STP de outras provas legalmente existente no CPPSTP;
- Enfatizar a necessidade de formação de investigadores criminais;
- Realçar a importância da aquisição de equipamentos informáticos e outros materiais indispensáveis para a investigação criminal.

METODOLOGIA

O nosso trabalho terá como base a utilização de novas provas na investigação criminal em STP. Portanto, propomo-nos, primeiramente, fazer uma pesquisa bibliográfica com vista à revisão da literatura a fim de confrontar as diferentes perspetivas dos principais conceitos apresentados ao longo do nosso estudo.

Posteriormente, procuraremos fazer um estudo qualitativo, recorrendo a entrevistas estruturadas e compostas por perguntas abertas a alguns oficiais da Polícia Nacional, a alguns quadros técnicos superiores da Polícia de Investigação Criminal (PIC), ao Procurador-Geral da República, ao Procurador da República ligado à matéria de investigação criminal, ao ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional, ao Juiz de Instrução Criminal, à Bastonária e ao ex-Bastonário da Ordem dos Advogados.

Flick (2005) considera que os métodos qualitativos permitem uma análise de casos concretos, nas suas particularidades de tempo e espaço, partindo das manifestações e atividades das pessoas nos seus contextos próprios.

Por outro lado, Sousa (2011) refere que o método qualitativo possibilita uma maior qualidade na recolha de dados e permite que o investigador desenvolva os conceitos e chegue à compreensão dos fenómenos a partir dos padrões que resultam da análise dos conteúdos.

Por a entrevista ser um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade será analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações, como afirma Sousa (2011), o nosso trabalho seguirá este caminho de forma a analisarmos e apurarmos os resultados.

As nossas entrevistas incidirão, sobretudo, nas chefias dos OPC, do Ministério Público, Tribunais e Ordem dos Advogados com o intuito de conhecer as suas opiniões sobre a utilização de outras provas tendo em conta que fazem parte do aparelho da justiça e, conseqüentemente, serão os mais interessados numa melhor investigação em S. Tomé e Príncipe.

O instrumento que utilizaremos para examinar os dados obtidos da entrevista será a análise de conteúdo. Segundo Ketele (1999, citado por Sousa, 2011, p. 79) a entrevista como “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações”.

SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O trabalho será composto por uma parte teórica onde se realizará a pesquisa bibliográfica e revisão da literatura para desenvolver o enquadramento conceptual do estudo, no qual se irá abordar os conceitos relativos ao tema de estudo tais como os conceitos de investigação criminal, e prova testemunhal que constituem pilares essenciais deste trabalho de investigação. Numa segunda parte, de natureza prática, propõe-se apresentar a caracterização dos OPC de STP e utilizar métodos qualitativos para a realização de entrevistas, com o objetivo de recolher dados para desenvolver os conceitos e chegar à compreensão de fenómenos. O trabalho será construído por cinco capítulos.

Os Capítulos 1 e 2 serão desenvolvidos com base na revisão bibliográfica sobre os conceitos de prova testemunhal, investigação criminal, indícios, vestígios, peritos e perícias. No capítulo 2 iremos debruçar-nos sobre os aspetos legais da prova testemunhal, sobre alguns princípios na recolha da prova testemunhal, meios de prova, meios de obtenção de provas, admissibilidade e inadmissibilidade das provas.

No Capítulo 3 faremos a caracterização da evolução do fenómeno criminal na sociedade são-tomense desde a colonização até à presente data.

No Capítulo 4, traçaremos uma perspetiva histórica da Investigação Criminal em STP, na qual iremos analisar a competência de investigação criminal plasmada no Estatuto do Ministério Público (MP), na Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal (PIC) e na Lei Orgânica da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe (PNSTP).

No Capítulo 5 apresentaremos a metodologia utilizada para a parte prática do estudo, em que se abordam os instrumentos de recolha de dados e caracterização do universo e da amostra e onde também está incluída a análise dos resultados.

Por fim, no Capítulo 6, basear-nos-emos nos resultados das entrevistas realizadas e será apresentada a verificação ou não verificação das hipóteses e as respostas à pergunta de partida. Serão apresentadas as conclusões finais do estudo e também a proposta para a utilização de outras provas, principalmente as periciais, tipificadas no Código Processo Penal de S. Tomé e Príncipe (CPPSTP). Neste capítulo também estarão incluídas as limitações do presente estudo bem como as recomendações para investigações futuras.

CAPÍTULO I- DEFINIÇÕES E CARACTERIZAÇÕES CONCEPTUAIS

1. Análise do conceito de Prova

O artigo 195º do CPPSTP considera a prova como “todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicável. Nos casos em que haja um pedido cível constituem também objeto de prova os factos relevantes para a determinação da responsabilidade civil”.

Ribeiro de Faria e Cavaleiro de Ferreira (1986, citado por Marques da Silva, 2010, p.10) diz-nos que a prova “destina à aplicação do Direito em que esta aplicação do Direito depende da existência ou verificação dos factos aos quais a ordem jurídica alia a produção de um dado efeito jurídico”.

A prova é toda a atividade levada a cabo pelos sujeitos processuais com o objetivo de convencer o tribunal quanto à existência ou não de responsabilidade criminal por parte do arguido e as consequências dessa responsabilidade. A produção de prova é, fundamentalmente, convencer alguém de uma certa versão das coisas (Tereza Beleza, 1992 citado por Alves, 1997, p. 13).

Cavaleiro Ferreira (1986, citado por Casimiro, 2002) diz-nos que a prova é “conjunto de meios de prova, ou o resultado da apreciação dos meios utilizados”. O autor diz ainda que a prova é “demonstração da realidade dos factos” (p. 5).

Malatesta (1927, p. 89) ensina-nos que a prova é a “relação particular e concreta entre o convencimento e a verdade”.

Asencio Mellado (2005, citado por Marques da Silva, 2008, p. 110) diz-nos que a prova, como atividade probatória, é “entendida como garantia de realização de um processo justo, de eliminação do arbítrio, quer enquanto a demonstração da realidade dos factos não há - de procurar-se a qualquer preço, mas apenas através de meios lícitos, quer enquanto através da obrigatoriedade

de fundamentação das decisões de facto permite a sua fiscalização através dos diversos mecanismos de controlo de que dispõe a sociedade”.

O art.º 341º do Código Civil Português refere que “as provas têm por função a demonstração da realidade dos factos”.

Segundo Malatesta (1927, p. 326) a prova, enquanto em relação ao objeto “pode ser direta e indireta”, só pode ter “por sujeito uma pessoa ou uma coisa”. Qualquer prova, portanto, ou “se apresenta como afirmação de pessoa, ou como afirmação de coisa”.

A prova constitui, pois, o pilar estruturante de qualquer processo (Alves, 1997, p. 13).

Entendemos que a prova é uma amostra, um sinal que propala o acontecimento de alguma coisa.

1.1 Prova Testemunhal e Investigação Criminal

Etimologicamente a palavra testemunha deriva do latim *testis* e tem a sua origem nas palavras “*antesto, antisto*”, indicando a pessoa que se coloca diretamente em face do objeto e conserva a sua imagem, como mero espectador (Marques da Silva, 2010, p. 161).

Este meio de prova assume uma importância crucial na investigação, tendo em conta que pode ser considerada, nos casos de pequena e média criminalidade, a prova mais acusatória do processo – crime.

A prova testemunhal é um meio de prova processual bastante importante previsto no artigo 201.º e seguintes do Código de Processo Penal de S. Tomé e Príncipe e diz que: “é inquirida sobre os factos de que possua conhecimento direto e que constituam objeto de prova”.

Segundo Sousa (2016, p. 173) a prova testemunhal pode definir-se como “a declaração de ciência de um terceiro que não é parte na lide, que tem por objeto a narração sob juramento de um facto pretérito ou atual de que o declarante tem conhecimento, direto ou indireto”, consoante se reporta imediatamente aos factos a provar ou aos meios de prova destes.

O artigo 202.º do mesmo diploma diz-nos que, “o depoimento resulta do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor.

Se não o fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova”. Ou seja, o depoimento da testemunha está limitado a aquilo que viu e ou ouviu diretamente e não por intermediada pessoa isto porque, neste caso, estaremos perante um depoimento indireto, mais conhecido pelo *testemunho de ouvir dizer*.

O artigo 204.º do CPPSTP dispõe que “qualquer pessoa que não se encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha e só pode recusar-se a depor nos casos previstos na lei. O magistrado respetivo verifica a aptidão física ou mental de qualquer pessoa para prestar testemunho, quando isso for necessário para avaliar da sua credibilidade e puder ser feito sem retardamento da marcha normal do processo”, pois tal é determinante para aferir da credibilidade da própria testemunha.

O artigo 205.º do CPPSTP estabelece os deveres gerais das testemunhas.

Deveres:

- ✓ Apresentar-se no local e atempadamente à autoridade por quem tiver sido legitimamente convocada ou notificada;
- ✓ Prestar juramento, quando ouvida por magistrado;
- ✓ Obedecer a todas as indicações que legitimamente lhe forem dadas relativamente à forma de prestar depoimento;
- ✓ Responder com verdade a todas as perguntas que lhe forem dirigidas.

Direitos:

- ✓ Fazer-se acompanhar por advogado, que a vai informando dos seus direitos;
- ✓ Não é obrigada a responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilização penal.

Diz-nos no artigo 206.º do CPPSTP que há casos em que as testemunhas podem recusar-se a depor: quando são ascendentes, descendentes, irmãos, afins até ao 2º grau, adotantes, adotados e cônjuge do arguido; ou ainda quem tiver sido cônjuge ou equiparado do arguido, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.

O artigo 207.º do CPPSTP estabelece que não podem depor como testemunhas o arguido ou co-arguido no mesmo processo enquanto mantiverem aquela qualidade, assistentes e as partes civis.

Diz-nos o artigo 209.º do CPPSTP que o segredo profissional também é um motivo de escusa para algumas pessoas deporem enquanto testemunhas, são elas: os ministros de religião ou confissão religiosa, os advogados, médicos, jornalistas, membros de instituições de crédito e as demais pessoas a quem a lei permita ou impõe que guardem segredo profissional.

O artigo 212.º do CPPSTP determina que o depoimento é um “ato pessoal que não pode, em caso algum, ser feito por intermédio de procurador”.

O n.º 2 do mesmo artigo dispõe que às testemunhas “não devem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes, nem quaisquer outras que possam prejudicar a espontaneidade e a sinceridade das respostas”.

O n.º 3 do supracitado artigo dispõe que a inquirição “deve incidir, primeiramente, sobre os elementos necessários à identificação da testemunha, sobre as suas relações de parentesco e de interesse com o arguido, o ofendido, o assistente, as partes civis e com outras testemunhas, bem como sobre quaisquer circunstâncias relevantes para a avaliação da credibilidade do depoimento”.

A produção da prova testemunhal na audiência é correspondente aplicáveis as disposições gerais sobre aquele meio de prova.¹

A prova testemunhal é muito frágil, pode parecer que vemos uma coisa e por fim não ser verdade, principalmente em S. Tomé e Príncipe, um país pequeno, em que todos se conhecem e são familiares entre si.

O termo investigação provém da expressão latina *investigatio* que, conforme o dicionário da língua portuguesa, é uma *pesquisa detalhada e metodológica de algo* “ (...) conjunto de estudos e pesquisas sobre um tema, geralmente de carácter científico”².

Alves (2005, p. 3) encara a investigação como a procura de “elementos físicos, psicológicos, materiais e formais da prática de um facto ou de factos”.

Por conseguinte, o mesmo autor (p. 3) diz-nos que esta procura permitirá “dar uma resposta mais adequada e real que influenciará na recolha, análise e interpretação dos factos, para que se alcance um resultado final ou se

¹ Artigo 322.º do CPPSTP

² *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora, 2003-2015.

apresentem várias questões atinentes a um processo de ação, científico, de desenvolvimento e pedagógico ou educacional”.

Como sabemos, o conceito de investigação compreende três planos distintos que são³:

O plano normativo que corresponde ao conjunto de regras, competências, procedimentos, limitações impostas pela lei processual penal, aos quais se deve subordinar absolutamente a atuação policial, sob pena da demonstração dos factos (prova) ser nula e, conseqüentemente, sem valor probatório;

O plano técnico que corresponde ao conjunto de atos materiais e procedimentos, técnica, tática e estratégias adequados e idóneos para a demonstração dos factos, sem os quais torna-se impossível tal demonstração;

O plano da organização intelectual da investigação que corresponde à fase da análise, correlação e síntese. É a fase da triagem de todos os elementos recolhidos por forma a identificar os mais relevantes que, como é óbvio, constituirão a prova.

Por outro lado, o vocábulo criminal provém do latim *criminále* e é o adjetivo uniforme da palavra crime. Desta maneira, o termo crime, segundo o dicionário é um “ato previsto e punido por lei penal (...) ato condenável⁴. O crime é, para a lei processual penal, “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”.⁵

A Lei 49/2008, de 27 de Agosto, no seu art.º 1.º define a investigação criminal como “o conjunto de diligências que nos termos da lei processual penal visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”.

Esta definição decorre da lei processual penal, mais concretamente no n.º 1 do art.º 262º do CPP Português, quando afirma que “o inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um

³ David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 7.

⁴ *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora, 2003-2015.

⁵ Art.º 1.º do CPP Português.

crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.” O n.º 2 do supracitado artigo diz-nos que “a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito, ressalvadas as exceções previstas na lei”.

Neste sentido, podemos concluir que a investigação criminal está sempre presente e constitui a expressão prática do procedimento a adotar, face a todo o facto que assuma relevância criminal e que deva ser sujeito a procedimento judicial.

A investigação criminal é um motor capaz de promover as finalidades do processo penal: descoberta da verdade e realização da justiça, defesa dos direitos fundamentais do cidadão (arguido), alcance da paz jurídica e pública (Valente, 2014, p. 392).

Mannheim (1984, citado por Valente, 2014, p.393) defende que a investigação criminal “procura descobrir factos que proporcionem uma melhor compreensão e valoração dos factos já observados”. O autor diz-nos, ainda, que ela deve “preocupar-se com o encontro de provas e de contraprovas, funções adjuvantes na reformulação de hipóteses e na preparação de novos passos necessários à prossecução deste infindável processo de reajustamento entre a teoria e a hipótese”.

Valente (2010, p. 34) diz-nos que a investigação criminal é o “processo de procura de indícios e de vestígios que indiquem e expliquem e nos façam compreender *quem, como, quando, onde e porque* foi cometido determinado crime”. O mesmo autor (p.34) acrescenta que, “este processo deve ser padronizado e sistematizado segundo as regras jurídicas que travem o poder de quem dele pode abusar”.

Por outro lado, Valente (2014, pp. 406-407) defende que a investigação criminal, “numa visão restrita e clássica, visa descobrir, recolher, conservar, examinar e interpretar as provas reais - objetos utilizados na prática do crime e objetos do próprio crime - assim como localizar, contactar e apresentar as provas pessoais - autores e testemunhas do crime - que conduzam ao esclarecimento da verdade material dos factos que consubstanciam a prática de um crime”.

Para Valente (2014, 407) a investigação criminal “apresenta como fim último a realização do Direito nas prossecuções de defesa da sociedade, do

coletivo, que tem o direito de viver em segurança e numa ordem social e internacional que lhes garanta a efetivação plena dos seus direitos e liberdades”.

Segundo Braz (2009, citado por Ochoa, 2010, pág. 7), “a investigação criminal, ou se quisermos, num sentido mais amplo, a atividade de polícia criminal, por razões de princípio que se prendem com a ideia de Estado de Direito e necessariamente por imperativo constitucional, é parte integrante de um sistema normativo (o direito processual penal) que define e condiciona o objeto, os objetivos e os limites de atuação”.

O mesmo autor (p 7), defende que a investigação criminal “tem como finalidade a descoberta da verdade material de factos ocorridos, isto é, a reconstituição histórica de eventos do passado, prosseguindo um triplo objetivo, nos termos da LOIC, tendo por intuito averiguar a existência de um crime, descobrir os agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, ou seja, estabelecer um nexo relacional demonstrável entre ato e autor”.

Na mesma linha de pensamento, Casimiro (2002) diz-nos que não há recolha de prova fora da investigação criminal. O objeto da investigação criminal é a recolha de prova. É através da investigação que se procura descobrir e reunir as provas.

Em suma, entendemos que a investigação criminal é um conjunto de técnicas e procedimentos admitidos por lei, que têm como objetivo a descoberta e reconstituição histórica dos factos materiais criminalmente relevantes.

1.2 Indícios e Vestígios

O termo indício provém do latim *indicium* que significa sinal, vestígio. O indício é todo e qualquer facto, sinal, marca ou vestígio, conhecido e provado, que, por sua relação necessária ou possível com outro facto que se desconhece, prova ou leva a presumir a existência de um crime (Dorea, Stumvoll e Quintela, 2012, p. 75).

Os indícios, do ponto de vista do direito, “são considerados um elemento material de um crime”⁶, (...) “o que começa com um simples indício depois de uma análise mais rigorosa poderá tornar-se um vestígio, estes são considerados elementos sólidos que poderão levar o investigador a descobrir o caminho no sentido de clarificar a verdade dos factos”⁷ (...).

Vaz (2008, p. 23) defende que o indício é “uma expressão utilizada no meio jurídico, que significa cada uma das informações (periciais ou não) relacionadas com o crime”.

Os indícios sempre se manifestam numa pluralidade de vestígios sendo assim elementos primários na investigação. O que começa com um simples indício depois de uma análise mais rigorosa pode conduzir-nos ao vestígio.

O momento mais importante na investigação policial e criminal é, necessariamente, aquele em que os agentes policiais entram em contacto com o local do crime, pois é lá onde se encontra a maior parte dos vestígios.⁸

O vestígio é resultado de confirmação de um indício como elemento suscetível de se constituir como prova, após uma avaliação cuidada de um indício⁹.

Zbinden (1957, p. 68) diz-nos que o vestígio é “tudo quanto o criminalista consegue observar, e aproveitar de qualquer modo para fins de criminalística. Os vestígios são sinais deixados pelo homem, por um animal ou por um objeto, que permitem reconhecer que um determinado acontecimento se deu e de que modo ocorreu, ou que fornecem indicações sobre o seu autor”.

Os vestígios classificam-se em psíquicos e materiais. Os vestígios materiais subdividem-se quanto à sua natureza, em vestígios biológicos e

⁶Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2015.

⁷David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 7.

⁸David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 7.

⁹Galvão da Silva, *Inspeção Judiciária ao local do crime - o Caso particular da atuação da IC - Criminalística da GNR*, Trabalho de Pós-graduação em Direito e Segurança - GNR2010,p. 32

vestígios não biológicos. São os vestígios biológicos: sangue, sémen, esperma, secreções vaginais, saliva, mucosidade nasal, urina, matéria vomitada, pelos, cabelos, dentes, unhas, etc. Os vestígios não biológicos são: rastos, pegadas, vidros, instrumentos, documentos (escrita manual, dactilografada, etc.)¹⁰.

Para o efeito, a Polícia Científica Portuguesa tem um laboratório com vários departamentos¹¹, consoante o tipo de perícia a efetuar, nomeadamente:

a) Área de Física: Tem a responsabilidade de realizar aos exames periciais de materiais supostamente envolvidos em roubos, acidentes de viação, homicídios e suicídios, nomeadamente: fibras têxteis; tinta de automóvel; vidros; moedas; metais e resíduos de disparo de arma de fogo, etc.

b) Área da Toxicologia: Compete-lhe proceder à identificação de drogas de abuso, análise quantitativa e perfis químicos de drogas, análise de alimentos e de bebidas, de vísceras de animais e de outros produtos com o objetivo de identificar as substâncias tóxicas.

c) Área da Biologia: Esta área procede à identificação de vestígios biológicos; determina a sua espécie se é de animal ou de ser humano; procede à análise de cabelo e de Ácido Desoxirribonucleico (ADN).

d) Área de Química: A esta área compete proceder ao estudo sobre a natureza e desenvolvimento de fogos e de explosões; determinar e identificar os líquidos inflamáveis nos fogos; detetar a presença de explosivos em restos de materiais; detetar o derrame de óleos; recolher números de série em superfície metálica (motores de veículos, armas e outras); identificar os componentes de sprays; identificar bebidas alcoólicas de contrabando ou fabrico caseiro e proceder à análise químicas em substâncias orgânicas e inorgânicas.

¹⁰ Vide Luís Guerra, *Apontamentos da disciplina de Polícia Judiciária*, ISCPSI, Lisboa, ano letivo 2015/2016,

¹¹ David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 9 e informação recebida aquando da visita da Turma A do Mestrado Não Integrado em Ciências Policiais na especialidade em Criminologia e Investigação Criminal à PJ em Dezembro de 2015.

e) Área de Escrita Manual: Compete a esta área proceder ao estudo de qualquer escrita manual; caracterizar e tipificar a escrita manual; determinar o perfil psicolinguístico do autor.

f) Área da Balística: tem a responsabilidade de identificar as armas de fogo envolvidas na prática de ações criminosas; proceder ao estudo de comparação balística; identificar ferramentas, marcas decalcadas e pneus.

g) Área dos Documentos: Compete a esta área proceder à análise de documentos que se supõe serem falsificados; à análise de moeda falsa; à identificação e comparação de material datilografado; à leitura de fita de máquina de escrever e análise de documentos fotocopiados.

Para além dos departamentos acima mencionados, é de se realçar a grande importância que têm os Gabinetes Fotográficos e de Desenho pela colaboração que prestam à investigação, nomeadamente na análise de cenas de crimes de maior complexidade tanto através das técnicas de fotografia como na elaboração de croquis¹².

A fotografia é hoje um elemento indispensável na investigação. Com ela se consegue manter inalterável o resultado da observação direta efetuada no momento da descoberta do crime no próprio local, noutra local com ele relacionado, na própria vítima, etc.¹³

Com a fotografia se alcança a identificação de pessoas suspeitas, a localização de indivíduos procurados pela Polícia, a identificação de cadáveres que não poderiam conservar-se indefinidamente em frigoríficos; enfim, uma boa fotografia dispensará, muitas vezes, uma deslocação ao local que a investigação aconselhasse¹⁴.

¹² David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 9.

¹³ Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPSI, p. 9.

¹⁴ Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPSI, p. 9.

1.3 Vestígios Biológicos e não biológicos

1.3.1 Vestígios Biológicos

Os vestígios biológicos, como vestígios identificadores humanos, pertencem ao grupo de amostras com maior potencial probatório a recolher no local do crime, pelo que a sua recolha deve ser efetuada após a correta interpretação dos acontecimentos ocorridos e consequente valoração dos mesmos.

A partir da década de oitenta do século passado, os vestígios biológicos ganharam importância acrescida no âmbito da designada prova material, com as descobertas do geneticista inglês Sir Alec Jeffreys, o qual em conjunto com os seus colaboradores, desenvolveu técnicas que permitiram a determinação de perfis genéticos a partir de sequências repetitivas do ADN codificado (Viegas, 2011, p. 2).

Os vestígios biológicos, são vestígios extremamente frágeis, encontrando-se normalmente num estado precário, devendo os mesmos, no mais curto espaço de tempo, ser preservados de eventuais contaminações (através da correta preservação do local do crime), das condições climáticas (chuva, humidade e calor), da luz solar, recolhidos o mais rapidamente possível (normalmente são sempre os primeiros vestígios a ser recolhidos) e preservados corretamente para evitar a sua degradação.¹⁵

Tendo em consideração que os vestígios biológicos contêm características identificadoras deve também ser efetuada a recolha dos mesmos nos suspeitos, vítimas vivas e nos indivíduos que frequentemente utilizavam o referido local para posterior comparação dos perfis de ADN com os dos vestígios recolhidos.¹⁶

¹⁵Enfermagem Forense, (Consultado em maio de 2017) Disponível em <https://segurancaenciasforenses.com>.

¹⁶Enfermagem Forense, (Consultado em maio de 2017) Disponível em <https://segurancaenciasforenses.com>.

Existem vários tipos de vestígios biológicos que podem ser pesquisados no local do crime (sangue, sémen, saliva, urina, cabelos/pêlos, dentes, ossos, unhas e etc.), sendo todos eles, normalmente, uma boa fonte de ADN e, por isso, contêm um elevado valor probatório.

1.3.2 O Sangue

Muito antes do aparecimento da medicina moderna, o sangue era visto como algo mágico, o elixir da vida, pois, tão logo que retirado do corpo, a vida acabava. Atualmente continua a ter uma enorme importância na prática da medicina, sendo alvo de maior número de análises do que qualquer outro tecido no corpo (Monteiro, 2010, p. 52)

O sangue pode ser descrito como uma mistura de vários componentes, dentre os quais se destacam as células, as proteínas, as substâncias inorgânicas (sais) e, maioritariamente, a água. Aproximadamente 55% (em volume) do sangue constitui o que denominamos de plasma – formado principalmente por água e sais dissolvidos. A maioria do material sólido é composta por células, como os glóbulos vermelhos (eritrócitos) e os glóbulos brancos (leucócitos), com funções específicas no nosso organismo destacando-se o transporte dos gases, dióxido de carbono e oxigénio e, também, distribuindo hormonas pelo do corpo (Velho, Geiser e Espíndula, 2012, p. 193).

A ciência médica classifica o sangue segundo a sua composição biológica em grupos sanguíneos, atribuindo, assim, ao sangue uma característica invariável desde que o indivíduo nasce até que morre. Esses grupos sanguíneos são o A, B, AB e o 0 (Cristal, 2009, p. 21).

O sangue é um dos vestígios biológicos mais comuns em qualquer cena de crime. Este vestígio biológico forense é crucial na investigação de um crime, sendo muitas vezes o principal responsável pela resolução de inúmeros crimes (Vaz, 2008, pp. 54-55).

Adler (2009, citado por Monteiro, 2010, p. 58) diz-nos que o sangue “é um dos tipos de vestígios mais frequentes e com mais significado, associado a investigação forense”.

Este é um vestígio biológico por excelência, e é possível de ser encontrado no local do crime ou no autor do crime, quando se tratar de crimes que envolvem violência, como por exemplo os homicídios ou ofensas à integridade física, possuindo um elevado valor probatório e que possibilita a identificação através da análise de ADN.

Cristal (2009, p. 21) diz-nos que “outro aspeto importante relacionado com o sangue é o seu carácter secretor, que na matéria orgânica humana é de extrema importância, porque pode permitir a identificação do autor através do grupo sanguíneo, uma vez que a maior parte dos grupos são secretores e apenas o 0 não o é”. O autor (p. 21) entende por secretores “os indivisões que expelem nas suas substâncias orgânicas os antigénios”.

Casimiro (2002, p. 20) diz-nos que “nem sempre é fácil a descoberta desse tipo de vestígio no local do crime, dada a complexidade de cada local e dos instrumentos que nele podem ser encontrados, e também porque o criminoso pode ser um indivíduo habilidoso, optando por limpar a área para se despistar da polícia”.

Viegas (2011, p. 5) diz-nos que “as características físicas do sangue são importantes para a orientação de uma investigação, através da utilização de ensaios preliminares de quimiluminescência, podendo ser recolhido mesmo quando se apresente em estado latente, incluindo passando várias décadas de anos após o crime ter sido cometido”.

Na mesma senda, o mesmo autor (p. 23) defende “à importância deste tipo de vestígio, a partir de uma mancha de sangue, que permite saber se a sua proveniência advém da menstruação ou de corrimento nasal, a identificação de infeções virais/bacterianas e outras doenças, a presença de substâncias tóxicas e estupefacientes, bem como a determinação da espécie humana ou animal”.

Adler (2009, citado por Monteiro, 2010, p. 59) diz - nos que “a correta interpretação de vestígios de manchas de sangue tem provado ser crucial, numa variedade de casos onde o mecanismo e o tipo, suicídio, homicídio ou

acidente, têm sido questionados. Nos casos de morte violenta, o exame externo da vítima, antes da realização da autópsia, pode revelar informações pertinentes, como padrões de sangue e alterações no corpo. A análise de hematomas ou contusões, associadas a ofensas traumáticas, pode revelar, através da sua caracterização, se a ofensa é recente ou antiga, contribuindo, assim, para a descoberta da verdade”.

A mesma autora (p. 59) diz-nos que “o uso dos métodos serológicos, em associação com o estabelecimento de correspondências entre manchas de sangue e indivíduos, constitui uma valiosa fonte de informação com base no estudo do sangue”.

1.3.3 Sémen

O sémen é um líquido de aspeto leitoso, opalescente, ligeiramente amarelo, sendo resultado de uma mistura de secreções originadas nos testículos (onde se produzem os espermatozoides), na próstata, glândula seminal e glândulas bulbouretrais. Os componentes do sémen derivam de duas fontes: esperma e líquido seminal. O líquido seminal, por sua vez, é produzido pela contribuição da vesícula seminal, próstata e glândulas bulbouretrais. Possui um pH de 7,2-7,3, na sua composição estão presentes essencialmente líquido seminal e espermatozoides, estes podem ser separados por centrifugação (Saladin, 2002 citado por Vaz, 2008, p. 98).

Este tipo de fluido é frequentemente encontrado nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e a situações relacionadas com psicopatias comportamentais do agressor. Do esperma podem ser retiradas informações como a discriminação do tipo de secretor (sendo secretor, A, B e AB, ou não secretor, 0), assim como análises ao ADN, com resultados muito mais rigorosos e até conclusivos, através da análise aos leucócitos e espermatozoides, mas terá que existir um suspeito para comparação (Cristal, 2009, p. 22). O sémen é uma boa fonte de DNA, pelo que a sua pesquisa e localização possibilitam a identificação dos seus dadores.

Segundo Viegas (2011, p. 30) este tipo de vestígios “não é normalmente visível a olho nu, tendo um aspeto que varia muito, dependendo da idade e

superfície, podendo exibir cores que variam do branco acinzentado ao amarelo/bege”.

Atendendo à sua forte luminescência, os vestígios de sémen são facilmente localizados com o auxílio de uma fonte de luz forense, podendo ser utilizados diversos comprimentos de onda entre os 300 mm e os 530 mm. Normalmente, utiliza-se o comprimento de onda de 415 mm, apresentando estes vestígios uma forte luminescência amarelo-esverdeada (Viegas, 2011, p 31).

Por conseguinte, Viegas (2011) ensina-nos que este vestígio pode ser encontrado sob a forma de manchas não apenas nas roupas interiores da ofendida e do arguido como também nos lenços, lençóis, tolhas, carpetes, no chão, em veículo, em locais onde o crime tenha ocorrido, na vítima e região pública da vítima. Por isso, quando se tratar de crimes dessa natureza, deve ter-se o cuidado de fazer uma busca ao domicílio dos implicados, para a apreensão de qualquer peça de roupa suspeita, a fim de ser submetida à análise laboratorial para a determinação do grupo sanguíneo e porventura o tempo e a idade do esperma.

1.3.4 Saliva

A produção da saliva “é caracterizada por uma secreção basal contínua (ou de repouso), que serve para humedecer e proteger a mucosa oral e aumenta a produção nas glândulas salivares, principalmente durante a alimentação. Essas variações de fluxo envolvem não só o volume da saliva, como também os seus constituintes orgânicos e inorgânicos” (Cristal, 2009, p.22).

A saliva é "segregada de forma contínua e em pequenas quantidades, mas com a presença ou lembrança de certos alimentos, ela pode se formar em grandes quantidades, no homem adulto, por dia, ela pode chegar a um volume de 1 a 2 litros” (Cristal, 2009, p.22).

Por seu lado, Silva (2014, p. 34) define a saliva “como um fluido orgânico indispensável no ramo das ciências forenses, especialmente na investigação de crimes de homicídio, agressões, abuso sexual ou abuso de menores”.

Os vestígios de saliva não contêm DNA, porém, transportam células da mucosa bucal que contêm DNA, sendo, por isso, um vestígio humano extremamente importante para a identificação do autor do crime. A sua presença é muito comum nos diversos tipos de locais de crime e, pode ser encontrado em envelopes, selos, copos, lenços de assoar, garrafas, talheres, pontas de cigarros, pastilhas elásticas, invólucro de estupefaciente e no corpo humano associado a lesões por mordedura. As mais frequentes são as pontas de cigarros que, não raras vezes, aparecem no local do crime (Silva, 2014).

A saliva é também um vestígio com algum interesse para a investigação criminal, que pode ser recolhida aquando da inspeção judiciária ao local do crime.

1.3.5 A Urina

A urina é um “fluido de natureza orgânica que não contém ADN, sendo que transporta células originárias da uretra e, por isso, constitui um vestígio identificador humano, podendo, também, ser utilizada na realização de exames de natureza química e toxicológica” (Viegas, 2011, p. 15).

As manchas de urina revelam-se bem sobre os tecidos por fluorescência de cor branca celeste à luz de Wood (“luz negra”). A análise macroscópica da mancha de urina auxilia na sua identificação, uma vez que possui um odor característico e cor amarela esverdeada. A natureza da mancha pode ser confirmada através dos seus compostos maioritários: a ureia, pela ação da urease, creatinina, mediante a ação do reagente de Jaffé (Espíndula, 2006, citado por Siva, 2014, p. 38).

Na senda de Viegas (2011, p. 16) a urina como “vestígio material tem grande importância porque permite determinar casos de intoxicação, reação à gravidez e ingestão de álcool. As manchas de urina podem ser procuradas em roupas interiores, lençóis e toalhas, e têm normalmente grandes dimensões, apresentando uma coloração amarelada com contornos indefinidos, que não

goma o tecido onde se encontram, devendo este ser corretamente recolhido e acondicionado”.

1.3.6 Pêlos e Cabelos

Os cabelos e os pêlos do corpo humano são vestígios biológicos bastante comuns no local do crime e contêm material genético válido para identificação humana (análise de DNA). No entanto, a sua recolha “só deve ser efetuada depois de analisadas as circunstâncias e o local em que o crime ocorreu, de forma a localizar as possíveis zonas onde os mesmos poderão possuir valor probatório” (Viegas, 2011, p. 15).

Estes podem aparecer em peças de vestuário, nas mãos da vítima, ou ainda na cena do crime e devem ser recolhidos e acondicionados com precaução, pois podem ser provenientes de pessoas distintas. ADN dos pêlos está particularmente concentrado na raiz, pelo que os que são arrancados dão melhores resultados.¹⁷

Estes são vestígios biológicos pertinentes na investigação criminal porque fornecem informações acerca da espécie animal à qual pertencem (a partir do índice medular – é um cabelo humano se não existir medula ou a mesma for estreita e interrompida), da raça do indivíduo (indivíduos de raça branca têm uma secção de cabelo levemente oval), do consumo de drogas usadas, resíduos de explosivos e substâncias tóxicas (facilmente encontradas na raiz do cabelo) e fornecem igualmente informações acerca do ADN do sujeito, permitindo a sua identificação.¹⁸

1.3.7 Dentes

Os dentes são estruturas de origem óssea existentes na boca e que têm por função cortar, rasgar e moer os alimentos. São também utilizados por

¹⁷Criminalista Biológica (consultado em junho 2017) em: <http://pordetrasdocrime.blogspot.pt/2008/12/criminalstica-biologica.html>.

¹⁸Criminalista Biológica: (consultado em junho 2017) em: <http://pordetrasdocrime.blogspot.pt/2008/12/criminalstica-biologica.html>

muitos animais como instrumentos de autodefesa ou de ataque. (Diciopédia 2015/2016).

Os dentes são das evidências forenses mais importantes na identificação médico-legal, uma vez que são estruturas que resistem ao processo natural de putrefação, ao calor, aos traumatismos e à ação de certos agentes químicos. Logo, os ossos são material de natureza biológica normalmente associada a crimes de extrema violência, sendo pouco comuns no local do crime. Estão muitas vezes relacionados com ações de ocultação de cadáveres, quer pelo desmembramento quer pela sua cremação ou, simplesmente, pela sua inumação, usados em caso de incêndio, catástrofes com vários mortos, acidentes aéreos, afogamentos, entre outros (Vaz, 2008).

Cristal (2009, p. 24) diz-nos que “os dentes a nível forense são utilizados como identificação de cadáveres. A Medicina Dentária Forense, através de comparação da estrutura dental antes da morte e pós-morte, consegue verificar se realmente se trata da mesma pessoa ou de pessoa diferente. Caso seja a mesma pessoa a radiografia dos dentes deverá ser exatamente igual antes e depois da morte”.

1.3.8 Ossos

Os ossos são materiais de natureza biológica normalmente associados a crimes de extrema violência, sendo pouco comuns no local do crime. Estão muitas vezes relacionados com ações de ocultação de cadáveres, quer pelo desmembramento quer pela sua cremação ou, simplesmente, pela sua inumação.

O estudo dos ossos em Ciência Forense é muito importante na identificação de cadáveres ou restos cadavéricos provenientes de desastres em massa (explosões, naufrágios, acidentes de viação, atos de terrorismo, guerras ou catástrofes naturais em que se verifica carbonização ou destruição maciça do corpo como vulcões, sismos, avalanches, tsunamis) (Prinz, 2007 citado por Vaz, 2014, p. 117).

Magalhães (2003/2004, citado por Silva, 2014, p. 14) diz-nos que estudo de ossos “permite também distinguir o sexo, idade, altura, lateralidade, ancestralidade e raça do cadáver, além de doenças ou alterações biológicas ocorridas ao longo da vida do indivíduo e marcas de stress ocupacional, tudo com o objetivo final da identificação morfológica”. Segundo Vaz (2008, p. 117) o estudo dos ossos também permite determinar a data, causa e circunstâncias da morte.

Cunha (2008, citado por Vaz, 2008, p. 117) afirma conseguir determinar o “perfil biológico, dizer se era um homem ou uma mulher; se era uma criança, um adolescente ou um adulto; se era um caucasiano, africano ou asiático; se era alto ou baixo; se teve alguma doença que deixou vestígios nos ossos; se tinha algum problema na locomoção ou alguma marca de intervenção cirúrgica. Com todos esses dados consigo identificar. Não há dois esqueletos iguais”.

Os ossos permitem fazer o estudo genético bem como a sua identificação positiva, sendo que para o tal depende do estado de preservação da amostra, o qual depende de vários fatores: do tempo decorrido desde a morte, fatores ambientais (humidade e a temperatura), patologias (como por exemplo osteoporose ou simples fraturas), tamanho, densidade e fragilidade dos ossos, fatores geológicos (acidez, composição química, expansão ou pressão do solo), a idade dos indivíduos (Vaz 2008).

Para Viegas (2017) os ossos relativamente recentes, mesmo de cadáveres em decomposição, permitem a obtenção de um perfil de ADN nuclear enquanto os ossos mais antigos permitem a obtenção de um perfil de ADN mitocondrial.

1.3.9 Unhas

Unhas são vestígios biológicos bastante comuns nos homicídios, ofensas corporais e crimes sexuais.

Este vestígio pode ser encontrado nas vítimas como sinais de ferimentos produzidos pelas unhas do criminoso, formando linhas de maior ou menor profundidade até produzindo o arrancamento de pele e carne que importa preservar por fotografia ou moldagem para que os peritos os possam

interpretar convenientemente, e deles se sirvam os investigadores para uma possível identificação do autor¹⁹.

Os vestígios assumem particular interesse quando se efetue a captura de um suspeito em curto espaço de tempo, pois será possível examiná-lo nos aspetos que aqueles sinais evocam.²⁰

Relativamente aos objetos este vestígio não terá valor especial de identificação, mas poderá dar elementos de interesse quanto à forma de atuação do autor do crime e da sua passagem no local do delito.²¹

Nos casos dos crimes contra a vida, propriedade ou honra das pessoas, será de maior interesse recolher, tão urgentemente quanto possível, quaisquer resíduos de matérias existentes sob as unhas do suspeito, tendo em conta que se poderá encontrar sangue, qualquer resíduo ou pelo da vítima, qualquer fio de tecido ou outro elemento em relação direta com os factos a investigar.²²

Podem também as unhas, na sua parte externa, conter, por aderência, resíduos de substâncias (sangue, esperma, poeiras, etc.) úteis à investigação. Esses resíduos devem ser extraídos por raspagem, se possível feita por médicos legistas.²³

1.4 Vestígios não biológicos

Assim como os vestígios biológicos, os vestígios não biológicos são importantes para a determinação do autor e da sua relação com o crime.

Os vestígios não biológicos são: pegadas, vidros, armas de fogo, documentos (escrita manual, dactilografada), etc.

1.4.1 Pegadas

O criminoso pode ter cuidado de não deixar impressões digitais, mas dificilmente poderá evitar que no local do crime fiquem marcas ou impressões

¹⁹ Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPSI, pág. 39

²⁰ Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPSI, pág. 39

²¹ Idem

²² Idem

²³ Idem

dos seus passos. Estas podem, então, dar preciosas indicações ao investigador e deverão ser procuradas no local e bem assim nas cercanias.²⁴

Segundo Cristal (2009, p. 26), este vestígio pode “contribuir para a identificação do autor do crime, assim como pode também denunciar os movimentos que, como e por quantas pessoas foram feitos, identificando assim a direção da marcha, o comprimento do passo e o tamanho do pé”.

As pegadas poderão ser produzidas por pés descalços ou nus, ou por pés calçados, se estiverem cobertos com qualquer tipo de calçado (botas, sapatos, pantufas, sandálias, chinelos, tamancos, chancas, etc.). As marcas deixadas poderão permitir conclusões quanto à marca de calçado (calçado de mulher ou de homem botas, botins, pantufas, sandálias, chinelos, tamancos, chancas, etc.) e bem assim se a sola será de borracha ou terá qualquer particularidade, como pregos, protetores metálicos, tacões de borracha, cujo desenho permita definir a respetiva marca, suas deformações e desgaste etc., que vão ser elementos importantes de confrontação com as do suspeito²⁵.

Além destes elementos úteis à investigação, as marcas dos pés podem, pela sua forma e dimensões, dar indicações sobre se trata de homem, de mulher ou criança, e as formas anormais dir-nos-ão, em certos casos, que o autor tem os pés anormais e de que espécie será a anomalia²⁶. Tudo isto ajuda a identificar uma série de pegadas que, quando em quantidade e bem estudadas, podem servir para se conhecer, por exemplo, de onde veio e para onde foi, se parou no caminho, se vinha leve, se saiu carregado, se saltou ou se correu (Cristal, 2009, p. 26).

Por último, Cristal (2009, p. 26) diz-nos que estes vestígios “são considerados pegadas quando a forma do pé está moldado, o que acontece nos tipos de solos enlameados, quando a forma do pé não está moldada este vestígio passa a pertencer à categoria de Lofoscópicos”.

²⁴Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPsi, Lisboa, p. 34.

²⁵Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPsi, Lisboa, pp. 34-35

²⁶Vide, Livro I, *Técnicas e Táticas de Investigação Criminal*, ISCPsi, Lisboa, p. 35

1.4.2 Armas de fogo

Armas de fogo são instrumentos destinados a lançar violentamente certos projéteis, aproveitando a força expansiva dos gases que resultam de uma explosão instantânea num espaço confinado.

As armas têm grande interesse para a investigação criminal, pois independentemente delas poderem ser encontradas no local do crime há possibilidades de se encontrar ainda o projétil, a cápsula e, em alguns casos, a carga, aquando do disparo da arma²⁷.

O exame em armas de fogo pode ter como objetivos²⁸:

- ✓ Determinar o estado geral de uma arma e sua potencialidade lesiva, incluindo se está funcionando normalmente ou se apresenta algum tipo de condição que poderia contribuir para a ocorrência de um tiro acidental;
- ✓ Determinar se houve modificações nas condições de uma arma;
- ✓ Revelar numerações de série suprimidas ou alteradas, e identificar numerações secretas;
- ✓ Exame em partes de armas de fogo para determinação de calibre e modelo da arma original;
- ✓ Exames em acessórios de arma de fogo, por exemplo: sistema de pontaria; carregadores; lanternas; tripés; abafadores;
- ✓ Exames em réplicas e simulacros de arma de fogo.

1.4.3 Os vidros

O vidro é definido como um sólido amorfo, frágil e normalmente transparente, sem organização atômica (cristalina), contrariamente a encontrada na maior parte dos sólidos.

Os vidros constituem vestígios de grande interesse para a investigação criminal, pois através da sua análise, principalmente quando perfurados pelos

²⁷David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 22.

²⁸Vide, *Guia de Serviços da Perícia Criminal Federal*, p. 78

projéteis disparados por armas de fogo, permitem: indicar o tipo de objetos a que pertencem; provar a sua identidade com outros fragmentos; orientar sobre o tipo de instrumento usado e estudar as perfurações²⁹.

1.5 Vestígios Iofoscópicos

A Lofoscopia é um método de identificação integrado na criminalística e assente no rigor científico, aplicabilidade prática e rapidez de implementação, coadjuvando a justiça na resolução de inúmeros processos criminais e na identificação de vítimas de catástrofes. É um processo técnico que tem por objeto o estudo pormenorizado dos desenhos³⁰ da pele dos dedos, da palma das mãos e das plantas dos pés, com o fim de identificar o ser humano.³¹

Na reprodução dos desenhos dermopapilares encontram-se os seguintes elementos: cristas papilares, sulcos, poros e pontos característicos.³²

As linhas pretas correspondem às cristas papilares, as quais variam de dedo para dedo, de palma para palma, de planta do pé para planta do pé e de pessoa para pessoa, e cuja espessura tende a aumentar com o crescimento do indivíduo. As linhas brancas equivalem aos sulcos intrapilares, as quais acompanham sempre as cristas papilares. Os pontos brancos existentes sobre as linhas pretas denominam-se poros. A descontinuidade das linhas pretas forma inúmeros acidentes, apelidados de pontos característicos, com formas

²⁹David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 22.

³⁰Estes desenhos são perenes, imutáveis e diversificados, daí que a Lofoscopia assente em três princípios: perenidade – os desenhos dermopapilares surgem entre o 4.º e o 6.º mês de gestação, ocorrendo o seu desaparecimento, apenas, com a putrefação cadavérica; imutabilidade – os desenhos não mudam durante toda a vida; e diversidade – varia de dedo para dedo, de palma para palma, de planta do pé para planta do pé, de pessoa para pessoa, e cada desenho dermopapilar só é igual a si mesmo.

³¹Enfermagem Forense, (Consultado em maio de 2017) Disponível em <https://segurancaecienciasforenses.com>.

³²Enfermagem Forense, (Consultado em maio de 2017) Disponível em <https://segurancaecienciasforenses.com>.

variadas, sendo neles que se baseia a chave da identidade obtida através da lofoscopia.³³

Impressão digital é a “marca ou sinal deixado em certas superfícies pelos relevos existentes nas pontas dos dedos, as cristas papilares e é composta por cristas papilares, sulcos interpapilares, poros e pontos característicos ou acidentes” (Cristal, 2009, p.29).

Cristal (2009, p. 29) ensina-nos que as impressões digitais apresentam três aspetos diferentes, que são: “a impressão moldada, que é aquela que resulta da pressão exercida com os dedos em superfícies moles; a impressão visível ou impressa, que consiste no revestimento das cristas papilares por qualquer tipo de matéria corante e que se pode reproduzir, de forma exata, quando posta em contacto com superfícies adequadas; e a impressão latente ou invisível, que resulta do contacto dos dedos suados com uma superfície”.

A produção e a duração dos vestígios latentes estão dependentes das condições físicas e psicológicas do autor (v.g. nervosismo, desgaste das cristas); das condições atmosféricas (v.g. humidade, calor, vento) e do tipo de superfícies (v.g. rugosa).³⁴

A Lofoscopia divide-se em três (3) grandes áreas, nomeadamente a *dactiloscopia*, a *quirosopia* e a *pelmatoscopia*, sendo os dois primeiros os mais importantes devido à frequência da sua utilização e ao grande valor que representam como meio de investigação.

A dactiloscopia consiste no estudo dos desenhos dermopapilares dos dedos, tendo como objetivo a descoberta dos criminosos reincidentes, ou seja, é a ciência das impressões digitais, ocupando-se da forma, composição, classificação, recolha, revelação e comparação das impressões digitais, palmares e plantares. A dactiloscopia é importante porque permite que a polícia possa conhecer e saber os antecedentes policiais dos delinquentes. Tem em vista a formação de um arquivo mais reduzido que contenha os dados de uma

³³Enfermagem Forense, (Consultado em maio de 2017) Disponível em <https://segurancaenciasforenses.com>.

³⁴Enfermagem Forense, (Consultado em maio de 2017) Disponível em <https://segurancaenciasforenses.com>.

determinada classe de delinquentes, que serve como meio de investigação dos delitos mediante a confrontação com os vestígios dessa mesma natureza recolhidos nos locais de crimes³⁵.

Para que se possa afirmar que duas impressões dermopapilares são idênticas as mesmas têm que ter pelo menos 12 pontos característicos iguais, sem qualquer dissemelhança, morfológica e topográfica.³⁶

A quiroscopia consiste no estudo dos desenhos dermopapilares existentes na palma das mãos.

A pelmatoscopia consiste no estudo dos desenhos dermopapilares existentes nas plantas dos pés.

As palmas das mãos e dos pés apresentam “uma superfície idêntica à das pontas dos dedos, no entanto maior, por exemplo, as cristas papilares e sulcos são diferentes nas mãos do mesmo indivíduo e desiguais em todos os outros. São por isso igualmente importantes na identificação do autor do crime” (Cristal, 2009, p.30).

Os vestígios palmares têm como finalidade a descoberta do autor do crime, razão pela qual são recolhidos nos locais dos crimes.

Hoje, já é possível comparar amostras do material genético de um indivíduo com os vestígios biológicos encontrados nos locais dos crimes e chegar-se a conclusões importantes sobre se foi ele ou não o autor do ato criminoso³⁷.

1.6 Os peritos e as perícias

A perícia científica é uma atividade de ligação entre o campo científico e o campo da decisão. O perito é aquele que «sabe por experiência», de acordo com a etimologia latina *peritus*, que nos remete para a noção de *experiri*

³⁵ Vide, Luís Guerra, *Apontamento da disciplina de Polícia Científica*, ISCPsi, Lisboa, ano letivo 2015/16.

³⁶ Vide, Luís Guerra, *Apontamentos da disciplina de Polícia Científica*, ISCPsi; Lisboa, ano letivo 2015/16.

³⁷ Vide, Luís Guerra, *Apontamentos da disciplina de Polícia Científica*, ISCPsi, Lisboa, ano letivo 2015/16.

(«ensaiar», «fazer experiência») e com a qual se identifica (Jerónimo, 2006 citado por Monteiro, 2010, p. 16).

Segundo Roqueplo (1993 e 1997, citado por Monteiro 2010, p. 17), o conhecimento científico “só adquire valor de perícia quando é convocado para clarificar, justificar ou fundamentar, mesmo que parcialmente, uma decisão”. De igual forma defende o mesmo autor (p. 17), que “apenas quando o cientista deixa o laboratório para efetuar um exame forense, sobre algo, é que se coloca no registo da perícia. A sua contribuição, no âmbito pericial, consiste em fornecer conhecimento, com a finalidade de esclarecer as entidades com responsabilidade de tomar decisões”.

Trata-se de um conhecimento que serve a decisão, embora não constitua a própria decisão (Jerónimo, 2006 citado por Monteiro, 2010, p. 17).

Para Sousa (2016, p. 175), o verdadeiro papel do perito é “captar e recolher o facto para o apreciar como técnico, para emitir sobre ele o juízo de valor que a sua cultura especial e a sua experiência qualificada lhe ditarem” (p. 175). Diz ainda o autor, que os peritos “se servem de princípios científicos, de critérios artísticos, de máximas de experiência para fazer a valoração dos factos que constitui precisamente o ato característico da prova pericial”.

Zbinden (1957, p. 90) define o perito como “aquelas pessoas que, graças a uma preparação adequada, transmitem ao juiz conhecimentos especializados, referentes a qualquer campo de atividade humana (ciência, arte, técnica), indispensáveis para a decisão da causa”.

Zbinden (1957, pp. 90-91) alerta-nos que do ponto de vista do processo penal, pode se dizer que o **“perito é meio de prova**, quando os seus conhecimentos especializados e porventura o recurso aos métodos científicos e técnicos, o habilitam a fazer observações e a apurar factos que o juiz não tem a possibilidade de verificar por que não dispõe da necessária preparação e o **perito é auxiliar do juiz**, quando tira conclusões de factos verificados por outras entidades forenses ou por ele próprio, com ajuda dos seus conhecimentos especializados”.

Neste contexto, Gomes Dias (1977, citado por Casimiro 2002) diz-nos que um dos aspetos a considerar na investigação criminal é, sem dúvida, o apoio que os peritos dão à polícia. Esses apoios são dados em duas formas:

ou para revelar a existência de uma prova ou para apreciar tecnicamente o valor da prova existente.

Os exames periciais são exigidos apenas nos casos em que a percepção ou a apreciação dos factos exige especiais conhecimentos técnicos e científicos. Nestes casos, é solicitada a colaboração do perito para auxiliar a autoridade judiciária, formulando pareceres sobre o significado dos meios de prova e intervindo na apreciação da prova objetiva³⁸.

³⁸David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 12.

CAPÍTULO II - OS ASPETOS LEGAIS DA PROVA

2. Alguns princípios a observar na recolha da prova testemunhal:

2.1 Princípio da Legalidade ou da Legitimidade da Prova

A investigação criminal deve ser efetuada no estrito respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, usando métodos que não põem em causa a dignidade da pessoa humana. É neste âmbito que surge o princípio da legalidade ou da legitimidade da prova como garantia dos direitos e liberdades que assistem aos cidadãos no Estado de Direito Democrático (Casimiro, 2002).

A confirmação deste princípio encontra-se previsto no artigo 198.º do Código de Processo Penal de S. Tomé e Príncipe e diz que: “são admissíveis todas as provas que não forem proibidas por lei”.

Segundo Alves (1997, p. 13), este princípio legal permite “a admissibilidade de qualquer meio de prova, mesmo que não conste na lei, ou mesmo que seja atípico, desde que não esteja proibido pela lei”.

Este princípio tem como objetivo de estabelecer limites de ordem constitucional aos meios de prova, limites estes que visam garantir direitos e liberdades individuais e que estão previstos nos artigos 23.º n.º 1 e 25.º da Constituição da República de S. Tomé e Príncipe (CRSTP).

Casimiro (2002) diz-nos que o princípio da legalidade está vinculado com a admissibilidade dos meios de prova, no âmbito das diligências a efetuar em torno da busca e recolha de elementos de prova, devendo sempre procurar usar rigorosamente aqueles meios que a lei processual penal autoriza.

Por força do art.º 198º do CPPSTP, “só não podem ser utilizados em processo penal, os meios de prova que forem proibidos pela lei”. (Alves, 1997, p. 14)

2.2 Princípio da investigação ou da verdade material

Este princípio está consagrado no art.º 322.º do CPPSTP e diz o seguinte: “o tribunal ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se lhe afigure necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa”. Na mesma linha de pensamento dispõe o art.º 299.º CPPSTP n.º 3, als. a) e b) acerca dos poderes e deveres que cabem ao presidente de audiência do tribunal em vista à “descoberta da verdade” e também os art.º 33.º, 231.º, 250.º n.º 1, 252º, n.º 1; e 283.º, n.º 3 do CPPSTP expressa o mesmo princípio.

O princípio de investigação significa que, “em última instância recai sobre o juiz o encargo de investigar e esclarecer oficiosamente o facto submetido a julgamento”. (Marques da Silva, 2008, p. 127)

Segundo Figueiredo Dias (1992, citado por Marques da Siva, 2008, p. 127), este princípio define-se como “o poder e dever que o tribunal tem de esclarecer e instruir autonomamente, mesmo para além das contribuições da acusação e da defesa, todas as circunstâncias que devam reputar-se relevantes para a sua posterior decisão”. Diz-nos ainda o mesmo autor (p. 127) que este princípio é “considerado como o poder discricionário dado ao juiz de instrução e com a coadjuvação dos órgãos da polícia criminal, para a realização de diligências de investigação que achar necessárias”.

Marques Ferreira (1987, citado por Alves, 1997, pp. 17-18) diz-nos que o princípio da investigação “impõe ao tribunal que se socorra não apenas dos meios de prova apresentados pelos sujeitos processuais, mas que recorra oficiosamente, por outros meios de prova, cujo conhecimento se afigure necessário à descoberta da verdade e boa decisão da causa”.

Bruno Alves (2012, p. 22), por seu turno, defende que o Tribunal é “responsável e pretende produzir a prova que demonstre a verdade material no processo, a qual há - de ser, antes de tudo, uma verdade judicial prática e não uma verdade obtida a todo o preço mas processualmente válida, ou seja, trata-se de uma verdade que não está limitada aos interesses das partes processuais e que possui verdadeiros critérios de validade, nomeadamente a própria doutrina da legalidade da prova, as regras gerais de produção de prova e os métodos proibidos de prova”.

O princípio da investigação ou da verdade material é de grande importância quando se assume que a descoberta da verdade é um valor importante a prosseguir no processo (....)³⁹.

2.3 Princípio da livre apreciação da prova

O princípio da livre apreciação da prova está consagrado no artigo 200.º do CPPSTP segundo o qual “Salvo quando a lei dispuser diferentemente, a prova é apreciada segundo as regras de experiência e a livre convicção da entidade competente”. Segundo Castanheira Neves (1968, citado por Marques da Silva, 2000, p. 85), a liberdade de que aqui se fala, “não é, nem deve implicar nunca arbítrio, ou sequer a decisão irracional, puramente impressionista-emocional que se furte, num incondicional subjetivismo, à fundamentação e à comunicação”.

A livre apreciação da prova tem de obedecer aos critérios objetivos, lógicos e racionais de acordo com as regras comuns da lógica, da razão, da experiência comum e dos conhecimentos científicos. Este princípio não significa, de todo, o livre arbítrio, mas sim uma obrigatoriedade de fundamento lógico, racional e verosímil do exame crítico e valoração da respetiva prova. (Bruno Alves, 2012, p. 20)

Este princípio defere ao juiz uma margem de discricionariedade na formação do seu juízo de valoração, que terá e deverá, no entanto, ser possível e capaz de encontrar fundamento lógico e racional.

Neste sentido, a livre apreciação da prova pelo julgador não tem valor absoluto. Ela tem algumas limitações, nomeadamente as que dizem respeito ao valor probatório dos documentos autênticos (n.º 1, art.º 240.º do CPPSTP); ao caso julgado civil a propósito do pedido cível; à confissão integral e sem reservas no julgamento (art.º 313.º do CPPSTP) e à prova pericial (art.º 236.º do CPPSTP)⁴⁰.

³⁹Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, 2000, p. 86

⁴⁰David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSP, Lisboa, 2002, p. 26.

2.4 Princípio da presunção da inocência ou do *in dúbio pro reo*

O princípio da presunção de inocência é um dos princípios basilares do Estado de Direito e Democrático. Ele tem como objetivo tutelar a liberdade pessoal, salientando a necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo que é, de forma constitucional, presumido inocente. Este princípio é o resultado do princípio da investigação, que estabelece competências para o juiz de, em última instância, instruir e esclarecer os factos sujeitos a julgamento reunindo os meios de prova que achar necessários para sustentar a decisão condenatória.

O princípio de presunção de inocência consagrado no n.º 2 do art.º 40º CRSTP; art.º 11.º da Declaração Universal dos Direitos dos Homens; n.º 2.º do art.º 6.º da Convenção Europeia para a proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais, e n. 2.º do art.º 14.º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos diz-nos que: “Toda a pessoa acusada de crime tem direito a que se presuma a sua inocência enquanto não se prove a sua culpabilidade, em conformidade com a lei”; “é um verdadeiro princípio de prova, diretamente vinculativo de todas as autoridades.”⁴¹

Como relevante princípio jurídico-criminal e processual, a presunção de inocência está também e acima de tudo, “conexa ao princípio da dignidade da pessoa humana que tem como base o direito a que todos temos do processo criminal assegurar todas as garantias de defesa”,⁴² sendo uma delas “a sua presunção de inocência e não de culpa, no sentido de que, todos os homens se abstêm de delinquir, logo a lei deve assegurar e defender a inocência de todos os cidadãos”.⁴³

⁴¹Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, 2008, p. 121

⁴²Guedes Valente, *op. cit.*, Marques da Silva, *Processo Penal*, TOMO I, 3.ª Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Almedina, 2010, p. 162.

⁴³Guedes Valente, *op. Cit.*, Luigi Lucchini, *Processo Penal*, TOMO I, 3.ª Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Almedina, 2010, p. 162.

O princípio de presunção de inocência identifica-se com o princípio *in dubio pro reo*, no sentido de que um *non liquet* na questão da prova tem de ser sempre valorado a favor do arguido⁴⁴.

Neste contexto, Marques da Silva (2000, citado por Guedes Valente, 2010) diz-nos que o princípio de presunção de inocência surge também “como princípio de prova, não só no sentido de que o ónus probatório cabe a quem acusa, mas também no sentido de que em caso de dúvida o arguido deve ser considerado inocente, ou seja, *in dubio pro reo*” (p.175).

O princípio de presunção da inocência destina-se “a proteger as pessoas que são objeto de uma suspeita ou acusação, garantindo que não serão julgados culpadas enquanto não demonstrarem os factos da imputação através de uma atividade probatória inequívoca. Só as provas dos factos imputados, produzidas legalmente podem servir”.⁴⁵

Segundo Cavaleiro de Ferreira (1986, citado por Casimiro, 2002) quando o facto permanecer incerto, decidir-se-á sobre a existência ou inexistência do mesmo facto em desfavor da parte à qual incumbir o ónus de o provar, ou seja, sempre a favor do acusado. O autor ainda diz que “no processo penal, a justiça, perante a impossibilidade de uma certeza, encontra-se a alternativa de aceitar, com base em uma probabilidade ou possibilidade, o risco de absolver um culpado e o risco de condenar um inocente”. Neste sentido, “a solução jurídica e moral só pode ser uma: deve aceitar-se o risco da absolvição do culpado e nunca o da condenação de um inocente”.

Alves diz-nos que o princípio *in dubio pro reo* é “uma garantia subjetiva, uma imposição dirigida ao juiz no sentido de este se pronunciar de forma favorável ao arguido, quando não tiver a certeza sobre os factos decisivos para a solução da causa”.⁴⁶

⁴⁴Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, Volume I, 2000, p. 83

⁴⁵Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, 2008, p. 121.

⁴⁶João Alves op. cit. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Meios de Prova*, in *Revista da Polícia Portuguesa*, Ano LX, II Série, Bimestral, n.º 105, maio/junho, Lisboa, p. 18.

2.5 Outros pressupostos Legais da Recolha da Prova

2.5.1 Meios de Prova

Consideram-se meios de prova as pessoas ou objetos de que o órgão de polícia criminal ou a autoridade judiciária se socorre para esclarecer a verdade dos factos. Os meios de prova estão previstos no Código de Processo Penal da República Democrática de S. Tomé e Príncipe (CPPSTP), Título II, Capítulo V ao Capítulo VI, nos artigos 195.º a 241.º e são fundamentalmente meios de prova, a prova testemunhal (art.º 201º e seguintes); declarações do arguido, do assistente e das partes civis (art.º 214º e seguintes); a prova por acareação (art.º 219º); a prova por reconhecimento (art.º 220º e seguintes); a prova por reconstituição do facto (art.º 223º); prova pericial (art.º 224º e seguintes) e a prova documental (art.º 237º e seguintes).

O artigo 195º do CPPSTP considera a “prova como todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência de crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicável. Nos casos em que haja um pedido cível constituem também objeto de prova os factos relevantes para a determinação da responsabilidade civil”.

A produção da prova são atividades que se destinam a criar no juiz a convicção da existência de um facto no passado. Os elementos da prova criam no juiz a convicção da verdade dos factos.

Os meios de prova destinam-se a fornecer ao juiz os elementos de prova necessários. Distinguem-se os meios de prova seguintes: meios de provas pessoais, o arguido, a testemunha, o perito, e outras pessoas que fornecem indicações.

Meios de prova objetivas ou materiais: objetos visíveis como exemplo, vestígios no local do crime, documentos.

A prova objetiva tem “por fim procurar e interpretar vestígios físicos. A teoria da prova objetiva ou material é, por consequência, a ciência da investigação dos vestígios físicos. A teoria da prova objetiva divide-se em técnica criminalística, com as suas ciências auxiliares e medicina legal” (Karl Zbinden, 1957, p. 53 e ss).

A prova testemunhal consiste na “inquirição da pessoa que sobre os factos possua conhecimento direto e que constitua objeto da prova”.⁴⁷ Os depoimentos valem conforme a razão da ciência das testemunhas. Por isso, os depoimentos sem razão de ciência não merecem crédito e não há que levá-los em conta ou escrevê-los. Os depoimentos sobre factos relevantes são sempre acompanhados da razão de ciência⁴⁸.

As declarações dos assistentes e das partes civis têm a natureza de meio de prova e equiparam-se a prova testemunhal, ao passo que as declarações do arguido revestem-se duma dupla natureza: de *meio de prova* e de *meio de defesa*⁴⁹. Em situações que o arguido é encontrado ainda no local do crime, sempre que este tiver que prestar declarações à OPC, deve ser livre na sua pessoa, salvo se for necessário tomar cautelas para prevenir o perigo de fuga ou de violência. É importante, também, recordar que o arguido só tem o dever de responder com verdade a sua identidade e antecedentes criminais, nunca os factos que lhe são imputados. Se responder faltando à verdade, não pode ser punido por tal facto.⁵⁰

A prova por acareação é um meio de prova que tem por objetivo esclarecer os depoimentos divergentes sobre a mesma ocorrência, fruto das declarações prestadas por várias, encontradas no local do crime. Este meio de prova coloca as pessoas em confronto e a entidade que preside à diligência começa por reproduzir as declarações que considera contraditórias e, em seguida, pede às pessoas acareadas que confirmem ou modifiquem e, quando necessário, que contestem as declarações das outras pessoas, formulando-lhes em seguida as perguntas que entender conveniente para o esclarecimento da verdade⁵¹.

A prova por reconhecimento é um meio de prova que estabelece a identidade entre a percepção sensorial anterior e outra atual. Os atos

⁴⁷N.º 1 do art.º 201 do CPPSTP.

⁴⁸David Casimiro, op. cit, Cavaleiro Ferreira, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 28.

⁴⁹Idem.

⁵⁰Art.º 214.º e seguintes do CPPSTP.

⁵¹Art. 219.º do CPPSTP.

preliminares ao reconhecimento são constituídos por um conjunto de informações sobre as pessoas ou objetos a identificar, prestadas pela pessoa que deva fazer o reconhecimento, para permitir apreciar a credibilidade do reconhecimento. O reconhecimento tem valor como meio de prova se for observado o disposto no artigo 220.º do CPPSTP⁵².

A prova por reconstituição do facto, consiste na reprodução fiel quanto possível, das condições em que se afirma ou se supõe ter ocorrido o facto e na repetição do modo da sua realização, com a finalidade de verificar se um facto poderia ter ocorrido de uma determinada forma. Podemos considerar este meio de prova como o mais importante de toda a tarefa de recolha de prova⁵³.

A prova pericial, terá lugar quando a perceção ou apreciação dos factos exigirem especiais conhecimentos por pessoas dotadas de conhecimentos científicos, técnicos ou artísticos de especialidade. A perícia deve ser realizada quer pelos estabelecimentos, laboratório ou serviço oficial apropriado e pelos peritos nomeados entre pessoas contantes de lista de peritos existentes em cada tribunal, incluindo, ainda, pessoas de honorabilidade e de reconhecida competência na matéria em causa. Os peritos prestam compromisso, podem formular questões e, finda a perícia, elaborar relatório. A autoridade judiciária competente pode determinar que os peritos sejam convocados para prestarem esclarecimentos complementares ou a realização de nova perícia ou a renovação da anterior por outros peritos. O juízo técnico, científico ou artístico presume-se subtraído à livre apreciação do tribunal e, se a convicção do julgador divergir do juízo contido no parecer dos peritos, deve aquele fundamentar a divergência.⁵⁴

Relativamente à prova documental, este meio de prova consiste na declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou qualquer outro meio técnico. Podem ser juntos ao processo documentos oficiosamente ou requerimento, no inquérito, na instrução preparatória ou contraditória, ou mesmo durante a audiência, se a junção não tiver sido possível mais cedo. Sendo admitida a junção de documentos já na fase do julgamento, não deixará

⁵²Art.º 220.º do CPPSTP.

⁵³Art.º 223.º do CPPSTP.

⁵⁴Art.º 224.º e seguintes do CPPSTP.

de ser respeitado o princípio do contraditório. Tratando-se de documentos autênticos ou autenticados, os factos materiais deles constantes consideram-se provados enquanto a autenticidade do documento ou a veracidade do seu conteúdo não forem postas em causa fundadamente.⁵⁵ Podemos aferir aqui a importância deste meio de prova. Por exemplo, na realização de uma revista e busca no local do crime, devemos ter uma dedicação e atenção especial aos documentos e papéis escritos, pois podem ter uma conexão com o caso a investigar e constituir assim verdadeiras pistas para a descoberta da verdade sobre os factos. Ainda dentro da prova documental, deve-se solicitar sempre as fotografias, cinematográficas, cassetes de videovigilância, ou quaisquer reproduções mecânicas, pois podem conter informações para a descoberta dos autores de crimes cometidos⁵⁶.

2.5.2 Meios de obtenção de prova

Meios de obtenção de prova são formas de reunir os indícios que possam servir para convencer o tribunal de uma certa versão das coisas. São procedimentos operacionais tipicamente admissíveis, relativos a técnica de investigação criminal⁵⁷.

Marques da Silva (2008) diz-nos que “os meios de obtenção de prova é atividade realizada pelas autoridades judiciárias para investigar e recolher os meios de prova, atividade essa que pode ter lugar em qualquer fase, mas em que assume especial relevância relativamente a certos meios de prova em razão do momento em que são recolhidos no processo” (p.113).

É através dos meios de obtenção de prova que “se podem obter meios de prova de diferentes espécies nomeadamente documentos, coisas, indicação de testemunhas, vindo-se inúmeras vezes a verificar que o próprio

⁵⁵ Art.º 237.º e seguintes do CPPSTP.

⁵⁶ David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 29.

⁵⁷ David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, p. 29

meio de obtenção de prova acaba por ser ele também um meio de prova” (Marques da Silva, 2008, pp. 112 e ss).

O Código de Processo Penal de S. Tomé e Príncipe dedica o seu Título II e Capítulo VI, aos meios de obtenção de prova, enumerando-os e explanando o regime legal de cada um deles, nomeadamente: os Exames (art.º 242.º e ss), as Revistas e buscas (art.º 245.º e ss), as Apreensões (art.º 249.º e ss) e as escutas telefónicas (art.º 258.º e ss).

Fazemos agora uma pequena análise dos meios de obtenção de provas que achamos importantes na atividade da recolha de prova.

a) Dos Exames

O exame é um meio de obtenção de prova através do qual se colhem os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde o crime foi praticado e pode ser feito a pessoas, coisas e lugares. Tem como objeto os vestígios da infração destinando assim à sua interpretação como elemento de prova. É considerado como um meio de obtenção de prova com grande relevância para a investigação policial e criminal⁵⁸.

Os exames estão tipificados no artigo 242.º do CPPSTP que dispõe que “Por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas inspecionam-se os vestígios que possam ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo, como e lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre os quais foi cometido”.

Qualquer pessoa pode ser intimada pelo tribunal ou órgão de polícia criminal a submeter-se a exame ou facultar coisa que deva ser examinada⁵⁹. Neste sentido, o n.º 1 do artigo 243.º do CPPSTP refere que “se alguém pretender eximir-se ou obstar a qualquer exame devido ou a facultar coisa que deva ser examinada, pode ser compelido por Magistrado ou autoridade judiciária competente”. No n.º 2 do mesmo artigo, diz que “os exames

⁵⁸David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSP, Lisboa, 2002, p. 30

⁵⁹ Idem

suscetíveis de ofender o pudor das pessoas devem respeitar a dignidade e, se possível, o pudor de quem a eles se submeter.”

b) Das Revistas e Buscas

As Revistas e Buscas estão tipificadas no art.º 245.º, n.º 1 do CPPSTP que determina que seja efetuada revista “quando houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova.” As revistas são feitas às pessoas. As revistas são autorizadas por despacho da Autoridade Judiciária competente, devendo esta, sempre que possível, presidir à diligência (n.º 3 do art.º 245 do CPPSTP).

Os órgãos de polícia criminal podem também fazer revistas nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundado indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa. Neste sentido, as diligências deverão ser comunicadas ao juiz competente e por este apreciado em ordem à sua validação.⁶⁰

A revista deve respeitar a dignidade pessoal e, se possível, o pudor do visado, a quem será entregue, salvo nos casos do n.º 5 do art.º 245.º do CPPSTP, cópia do despacho que a determinou, no qual se faz menção de que aquele pode indicar pessoa da sua confiança para presenciar à diligência (n.ºs 1 e 2 do art.º 248.º do CPPSTP).

Podem ser revistas pessoas que se encontrem em lugar onde foi ordenada uma busca (n.º 3 do art.º 246.º do CPPSTP).

Relativamente às buscas (n.º 2 do art.º 245.º do CPPSTP), estas devem ser realizadas “Quando houver indícios de que os objetos relacionados com o crime ou que possam servir de prova, ou o arguido ou outra pessoa que deva ser detida, se encontram em lugar reservado e não livremente acessível ao público”.

As autoridades e órgãos competentes para as revistas são as mesmas para as buscas. A cópia do despacho que determinou a busca será entregue a quem tiver disponibilidade do lugar em que a diligência é realizada, ou, na sua

⁶⁰Alínea a) do n.º 5 e n.º 6 do art.º 245.º do CPPSTP.

falta, a cópia é, sempre que possível, entregue a um parente, a um vizinho, ao porteiro ou a alguém que o substitua (n.º 1 e 2 do art.º 246.º do CPPSTP).

Existem alguns casos em que as buscas estão sujeitas a regras próprias. Neste contexto, tratando-se de buscas em casa habilitada ou sua dependência fechada, a competência para as ordenar cabe exclusivamente ao juiz e só podem ser efetuadas entre as 06 e as 18 horas, sob pena de nulidade insanável⁶¹.

Nos casos de terrorismo ou criminalidade violenta, o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal podem ordenar as buscas mas a diligência deverá ser comunicada ao juiz competente e por este apreciado em ordem à sua validação (n.º 2 art.º 247.º do CPPSTP).

As buscas em escritório de advogado ou consultório médico, sob pena de nulidade, devem ser presididas pelo juiz, o qual avisa previamente o presidente da Ordem de Advogados, ou entidade que a substitui, para que o mesmo, ou um seu delegado, possa estar presente e, no caso de busca em estabelecimento de saúde, deve ser dado o conhecimento ao presidente do conselho diretivo ou de gestão do estabelecimento ou a quem legalmente o substituir (n.ºs 3 e 4 art.º 247.º do CPPSTP).

Apesar das formalidades exigidas para a realização das revistas e buscas, os órgãos de polícia criminal podem, a título excecional, efetuar revistas e buscas nos termos dos artigos 245.º, n.º 4 e 148.º do CPPSTP.

c) As apreensões

As apreensões estão tipificados no art.º 249.º, n.º 1 do CPPSTP que determina que devem ser alvo de “apreensão todos objetos que tiverem servido ou estiverem destinados a servir a prática de um crime, os que constituírem o produto, lucro, preço ou recompensa, e bem como todos os objetos que tenham sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir como elemento de prova”.

Tal como acontece com as revistas e buscas, as apreensões carecem, também, de ordem ou autorização da autoridade judiciária competente, salvo aquelas que são efetuadas a título de *medida cautelar e de polícia*, nos termos

⁶¹N.1 do art.º 247.º do CPPSTP

do art.º146.º, n.º 2 alínea c) e n.º 4 do art.º 249.º do CPPSTP. De acrescentar ainda que nestas circunstâncias, a entidade policial que efetuar a apreensão deverá providenciar a sua validação junto da autoridade judiciária competente, num prazo máximo de 72 horas, sob pena de a diligência ser considerada nula (art.º 249.º, n.º 5 do CPP).

Relativamente à apreensão de correspondências, sob pena de nulidade, é necessário despacho judicial a autorizar ou ordenar, despacho que só pode ser proferido desde que o juiz tenha razões fundadas para crer que se verificam cumulativamente, os seguintes requisitos:⁶²

- ✓ A correspondência foi expedida pelo suspeito ou lhe é dirigida, mesmo que sob nome diverso ou através de pessoa diversa;
- ✓ Está em causa crime punível com pena de prisão superior a três anos;
- ✓ A diligência revela-se de grande interesse para a descoberta da verdade ou para obtenção de provas.

O juiz será a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência apreendida. Se a considerar relevante para a prova, fá-la juntar ao processo, caso contrário, restitui-a a quem de direito, não podendo ela se utilizada como meio de prova.⁶³

Sob pena de nulidade, não se pode fazer apreensão ou outra forma de controlo da correspondência entre o arguido e o seu defensor.⁶⁴

A apreensão de correspondência em escritório de advogado, em consultório médico e em estabelecimento bancário está sujeita a regras próprias: deve ser presidida pelo juiz, o qual avisa previamente o presidente da Ordem de Advogados, ou entidade que a substitui, para que o mesmo ou um seu delegado possa estar presente e, no caso de busca em estabelecimento de saúde deve ser dado o conhecimento ao presidente do conselho diretivo ou de gestão do estabelecimento ou a quem legalmente o substituir.⁶⁵ Só podem

⁶²N.º 1, alíneas a), b) e c) do artigo 250.º do CPPSTP.

⁶³N.º 3, do artigo 250.º do CPPSTP.

⁶⁴N.º 2.º do artigo 250.º do CPPSTP “Salvo se o juiz tiver fundadas razões para crer que a própria correspondência constitui objeto ou elemento de um crime.”

⁶⁵N.ºs 3 e 4 art.º 247.º do CPPSTP.

ser apreendidos documentos abrangidos pelo segredo profissional se constituírem objeto ou elemento de um crime⁶⁶.

No estabelecimento bancário, a apreensão só poderá ter lugar quando o juiz tiver fundadas razões para crer que os documentos, títulos, valores, quantias, e quaisquer outros objetos, mesmo que em cofres individuais estão relacionados com um crime e que a apreensão se relevará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, mesmo que não pertença ao arguido ou não esteja depositado em seu nome⁶⁷.

O exame é feito pessoalmente pelo juiz, coadjuvado, quando necessário, pelas entidades policiais e por técnicos qualificados, ficando ligados por dever de segredo relativamente a tudo aquilo de que tiverem tomado conhecimento e não tiver interesse para a prova.⁶⁸

O Ministério Público (MP) ou juiz pode ordenar, conforme os casos, a venda, a afetação à finalidade socialmente útil, a destruição, ou as medidas de conservação ou manutenção necessárias, quando as coisas apreendidas sejam perecíveis, perigosas ou deterioráveis.⁶⁹

A restituição dos objetos apreendidos faz-se: se destinavam à prova do crime, quando se tornarem desnecessários para este objetivo e após o trânsito em julgado, se não o foram antes, a menos que aquela os declare perdidos a favor do Estado.⁷⁰

As apreensões destinam-se essencialmente a reunir as provas reais, bem como conservar objetos em razão do crime com que estão relacionados. Dentre os objetos que devem ser apreendidos no local do crime constam: quantias monetárias, objetos provenientes de furto ou roubo, armas e munições, máquinas de jogo ilícito de fortuna ou azar, estupefacientes e drogas, objetos de interesse para o estudo do crime e do criminoso, etc.⁷¹

⁶⁶N.ºs 2 do art.º 251.º do CPPSTP.

⁶⁷Vide, n.º 1 do art.º 252.º do CPPSTP.

⁶⁸Vide, n.º 3 do art.º 252.º do CPPSTP.

⁶⁹Vide, art.º 256.º, n.º 1 CPPSTP.

⁷⁰Vide, art.º 257.º, n.ºs 1 e 2 do CPPSTP.

⁷¹David Casimiro, *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime* Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa, 2002, pp. 31-32.

d) Das escutas telefônicas

As escutas telefônicas só podem ser ordenadas ou autorizadas, pelo juiz, quanto a crimes⁷²:

- ✓ Puníveis com pena de prisão de máxima superior a três anos;
- ✓ Relativos ao tráfico de estupefacientes;
- ✓ Relativos a armas, engenhos, matérias explosivas e análogos;
- ✓ De contrabando; ou
- ✓ De injúria, de ameaça, de coação, de devassa da vida privada e perturbação da paz e do sossego, quando cometidos através de telefone,

E, cumulativamente,

- ✓ Que haja razões para crer que a diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova.

A ordem ou autorização para a escuta poderá ser solicitada ao juiz dos lugares onde eventualmente se puder efetivar conversação ou comunicação telefônica ou da sede da entidade competente para a investigação criminal, tratando-se dos seguintes crimes⁷³:

- ✓ Terrorismos, criminalidade violenta ou altamente organizado;
- ✓ Associações criminosas;
- ✓ Contra a paz e a humanidade;
- ✓ Contra a segurança do Estado;
- ✓ Produção e tráfico de estupefacientes;
- ✓ Falsificação de moeda ou títulos equiparados à moeda;
- ✓ Abrangidos por convenção sobre segurança da navegação aérea e marítima.

Sob pena de nulidade, não se pode fazer interceção e a gravação de conversações entre o arguido e o seu defensor.⁷⁴

⁷²Vide, n.º 1 do art.º 258.º do CPPSTP.

⁷³Alíneas a) a g) do n.º 2 do art.º 258.º do CPPSTP.

⁷⁴Vide, n.º 3.º do art.º 258.º do CPPSTP “Salvo se o juiz tiver fundadas razões para crer que elas constituem objeto ou elemento de crime.”

As fitas gravadas são levadas imediatamente ao conhecimento do juiz que a tiver ordenado ou autorizado, acompanhadas de auto de intercepção e gravação, mas, por motivo de urgência, o órgão de polícia criminal que proceder à investigação pode tomar conhecimento do conteúdo da comunicação interceptada a fim de praticar os atos cautelares necessários para assegurar os meios de prova. No auto deverão ser indicadas as passagens das gravações consideradas relevantes para a prova⁷⁵.

O conteúdo das gravações só será transcrito e junto ao processo se o juiz considerar os elementos recolhidos ou algum deles relevantes para descoberta da verdade material; caso não, serão destruídos e os participantes nas operações que tiverem tomado conhecimento deles ficam vinculados pelo dever de segredo⁷⁶.

A transcrição será feita no mais curto espaço de tempo possível e, no final, verificada pela entidade que presidiu ao ato, podendo, depois, o ato de transcrição ser examinado pelo arguido, pelo assistente e pelas pessoas cujas conversações tiverem sido escutadas, as quais também poderão pedir cópia⁷⁷.

2.5.3 Provas admissíveis e provas inadmissíveis

A questão da admissibilidade ou proibição da prova é uma das formas de que a lei se serve no Estado de Direito Democrático para proteger os cidadãos contra a ingerência abusiva nos seus direitos⁷⁸. A proibição de prova é, justamente, uma das **armas de defesa**, fornecidas pela lei, para a realização de tal desiderato. (Costa Andrade, 1992, citado por Alves, 1997, p. 14)

Gomes Canotilho e Vital Moreira (1984, citado por Alves, 1997, p. 14) dizem-nos que “os interesses do processo criminal encontram limites na dignidade humana e nos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático”.

⁷⁵Vide, n.ºs 1 e 2 do art.º 259.º do CPPSTP.

⁷⁶Vide, n.º 3 do art.º 259.º do CPPSTP.

⁷⁷Vide, n.º 5 do art.º 259.º do CPPSTP.

⁷⁸João Alves, *Meios de Prova*, in Revista da Polícia Portuguesa, Ano LX, II Série, n.º 105, Maio/Junho, 1997, p.14.

António Alves (1997, citado por Casimiro, 2002, p. 32) diz-nos que “ (...) a valoração dos meios de prova está intrinsecamente ligada a não violação dos direitos fundamentais da pessoa humana, que norteia o espírito democrático (...).”.

A admissibilidade ou inadmissibilidade de prova é estabelecida por lei e constitui verdadeiros limites materiais para a descoberta da verdade. A criação de regras na produção da prova tem como objetivo fundamental disciplinar os processos e modos como a prova deve ser regularmente levada a cabo⁷⁹.

Admissibilidade da prova está consagrada no art.º 125.º do CPPSTP e dispõe que “são admissíveis as provas que não forem proibidas por lei”.

Relativamente a proibições de provas, importa dizer que existem determinados métodos de investigação que não são admitidos por lei que são designados como métodos proibidos de obtenção de prova. A inadmissibilidade diz respeito à não admissão de determinados atos na sequência processual e essa inadmissibilidade resulta também da lei que dispõe taxativamente quais são os atos da sequência, os atos admissíveis⁸⁰.

Neste contexto, o n.º 6 do artigo 40.º, da Constituição da República de S. Tomé e Príncipe, dispõe que “são nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coação, ofensa a integridade física ou moral da pessoa, intromissão abusiva na vida privada, no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações”.

O artigo 199.º do CPPSTP nos seus n.ºs 1 e 3 dispõe que “são nulas, não podendo ser utilizadas as provas obtidas mediante tortura, coação ou, em geral, ofensa a integridade física ou moral das pessoas e que, ressalvados os casos previstos na lei, são igualmente nulas as provas obtidas mediante a intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respetivo titular”.

Relativamente às provas que ofendem a integridade física e moral das pessoas, a lei as define como sendo aquelas provas obtidas mediante:

⁷⁹ João Alves, *Meios de Prova*, in Revista da Polícia Portuguesa, Ano LX, II Série, n.º 105, Maio/Junho, 1997, p. 14.

⁸⁰ Marques da Silva, *Curso de Processo Penal*, 2008, p. 90.

- a) Perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus tratos, ofensas corporais, administração de meios de qualquer natureza, hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos;
- b) Perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação;
- c) Utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei;
- d) Ameaça com medida legalmente inadmissível e, bem assim, com denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto;
- e) Promessa de vantagem legalmente inadmissível⁸¹.

As proibições de prova do artigo 40.º, n.º 6 da Constituição da República de S. Tomé e Príncipe e da al. a) do n.º 2 do artigo 199.º do CPPSTP, “são uma verdadeira limitação à atuação dos agentes de investigação criminal e, também normas reguladoras do princípio fundamental da condição humana”.⁸²

Costa Andrade (1992, citado por Marques da Silva, 2008, p. 90) diz-nos que a “lei comina com frequência a nulidade de provas obtidas sem o respeito das formalidades legais ou obtidas por métodos proibidos e estabelece proibições de provas”.

O Código de Processo Penal não considera a busca da verdade como um valor absoluto e, por isso, não admite que a verdade seja procurada através de quaisquer meios, mas só através de meios justos legalmente admissíveis⁸³.

Na admissibilidade ou inadmissibilidade da prova está consagrado o princípio da legalidade. Nesta perspetiva, qualquer agente das forças e serviços de segurança que, no âmbito da investigação criminal, por livre vontade ou por descuido, deixar de cumprir a lei, sobretudo as disposições do art.º 199.º, n.º 3 do CPPSTP, incorre em responsabilidade criminal e disciplinar.

⁸¹Vide alíneas a) a e) do art.º 199.º do CPPSTP.

⁸²Bruno Torres, *O Agente Infiltrado “A Vulgarização de um meio Excecional”* Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização em Criminologia e Investigação Criminal, ISCPSI, Lisboa, 2015, p. 91.

⁸³Henriques Eiras citado por Marques da Silva, *Processo Penal Elementar*, Lisboa, 2001, p. 68.

CAPÍTULO III - FENÓMENOS CRIMINAIS NA SOCIEDADE SÃO-TOMENSE

3. Caraterização da sociedade São-Tomense

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado insular localizado no Golfo da Guiné a cerca de 300km da costa africana (Gabão), formado por duas ilhas (São Tomé e Príncipe) que distam cerca de 150 km entre si, e vários ilhéus adjacentes, entre aos quais o ilhéu das Rolas, o ilhéu Santana, o ilhéu das Cabras, o ilhéu Caroço, o ilhéu Bombom, as Sete Pedras. A superfície total do território é de 1001 km², sendo a ilha de São Tomé com uma extensão de 859 km² e a do Príncipe com 142 km².

Portanto, os primeiros seres humanos, de que há memória a visitar as ilhas, foram os portugueses. A história escrita de São Tomé e Príncipe começa em 1470, ano em que a ilha de São Tomé foi descoberta pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pero Escobar. No ano seguinte, os mesmos descobriram a ilha do Príncipe.

Após este primeiro contacto, as ilhas ficaram ainda desertas, por mais 15 anos. Só em 1485, João de Paiva fixou no arquipélago os primeiros habitantes portugueses, pescadores e marinheiros, trazidos da Europa. Fixaram-se a nordeste da ilha de S.Tomé, onde hoje se situa a Cidade de Neves. Ali, com os frutos da terra e com a pesca abundantes, não é difícil sobreviver. Todavia, os climas são insalubres e o isolamento total. Uma experiência que no nosso entender aparenta ser bastante dura, do homem europeu no equador africano. Era a primeira página da História de S.Tomé e Príncipe (Ambrósio, 1984).

Aos primeiros colonos portugueses, aos meninos filhos de pais judeus, vieram, pois, juntar-se inúmeros escravos, negros africanos de várias etnias para participarem no cultivo da cana-de-açúcar. O número destes foi tão considerável que os negros e mulatos ficou a ser predominante em S.Tomé e Príncipe, logo a partir do princípio do século XVI. Mais tarde, a vinda para as ilhas de novos colonos europeus, portugueses, castelhanos, franceses e genoveses, não alterou as proporções daquela sociedade multirracial. A

integração euro-africana deu-se perfeitamente, sobretudo a partir da data em que D. João II, aos filhos de escravos nascidos em S.Tomé e Príncipe, reconheceu os direitos de homens livres (Ambrósio, 1984).

De acordo ao Censo de 2012⁸⁴, a população de São Tomé e Príncipe é de 178.739 habitantes, sendo que apresenta um elevado índice de população jovem, onde, atualmente, de acordo com o Relatório do Fundo Monetário Internacional (2012), mais de 65% da população vive abaixo do limiar da pobreza e com um elevado índice de iliteracia, principalmente entre idosos. O país está entre os países que possuem um índice de desenvolvimento humano médio ocupando o 142º lugar numa lista de 186 países⁸⁵.

O país está dividido administrativamente em seis distritos e uma região autónoma. Designadamente, o distrito de Água Grande onde situa a capital São Tomé (o menor em área, mas o mais populoso); distrito de Mé-Zóchi; distrito de Cantagalo; distrito de Lembá; distrito de Lobata; distrito de Caué (o maior em área, mas menos populoso) e a Região Autónoma de Príncipe (distrito de Paguê).

Segundo o Relatório da Caixa Geral de Depósitos, SA. (2014), São Tomé e Príncipe é considerado um país vulnerável devido, fundamentalmente, à reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidades económicas e políticas, e à dependência de ajudas externas. É visto como um dos países mais pobres do mundo devido à reduzida capacidade interna de produzir riqueza e criar empregos capazes de garantir melhores condições de vida à sua população, apesar do seu potencial turístico.

3.1 Era Colonial

S. Tomé e Príncipe foi colonizado pelos Portugueses durante 505 anos, ou seja, de 1470 à 1975.

⁸⁴Instituto Nacional de Estatística (Direção de Estatísticas Demográficas e Sociais), São Tomé e Príncipe.

⁸⁵Vide relatório do PNUD, 2016.

Em São Tomé e Príncipe os portugueses aplicaram uma colonização inédita, quer da população, quer das plantas necessárias a essa colonização. Sendo uma zona baixa, é o local onde se estabeleceram os primeiros engenhos de açúcar. Nessa altura havia escravos recrutados da zona do Calabar, da zona da Baía dos Escravos, perto da Nigéria, perto da Costa do Ouro, dos Camarões (Cruz, 1975, p. 23).

O primeiro desembarque dos portugueses foi num largo junto ao mar, marcado por um pequeno padrão, uma coluna envolta numa vegetação luxuriante. Nesta área estabeleceram-se os primeiros colonizadores e os escravos que trabalharam nas plantações de açúcar.⁸⁶

A partir do século XVI, houve as revoltas de escravos e mulatos que combinavam o queimar dos engenhos de cana-de-açúcar e outros distúrbios. A revolta mais conhecida é a revolta chefiada por Amador que, sendo um célebre escravo, é educado pelos colonizadores, sabia escrever, conhecia o exército. Tornou-se uma revolta internacionalmente conhecida e aconteceu em 1545 e durou cerca de um ano e chegou quase à beira da cidade de São Tomé.⁸⁷

Cruz (1975, pp. 18-19) diz-nos que as “ilhas de S. Tomé e Príncipe era um local de transação importante para o comércio colonial. Depois da cana-de-açúcar, inicia-se o ciclo do café, e a seguir o do cacau, em 1822”.

Com a abolição da escravatura em São Tomé e Príncipe no ano 1875, inicia-se a angariação da mão-de-obra das outras colónias, sobretudo de Cabo Verde, onde havia grandes secas e fomes, e de Angola, Moçambique, Golfo da Guiné e Serra Leoa para trabalharem como serviçais” (Cruz, 1975, p. 22).

Os serviçais, depois de serem inscritos, eram atirados para um barracão até que viessem os patrões para os receber. Com contratos assinados nos países de origem, onde se definiam as horas de trabalho, a

⁸⁶Vide Esboço Histórico das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, 1975, pág. 5.

⁸⁷Vide Esboço Histórico das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, 1975, pág. 10.

comida, o alojamento, quais eram os materiais de trabalho. Quando se levantavam de manhã, tinham de se posicionar em fila para lhes serem distribuídas as tarefas, para serem controlados. Era a altura de receberem admoestações mediante determinadas queixas, admoestações essas que podiam redundar em prisão, na própria roça ou fora das roças (Cruz, 1975, pág. 23).

Diz-nos ainda o autor que a escravatura terminou em vários países, no século XIX, mas em São Tomé e Príncipe, até à data da independência no século XX (12/07/1975), houve humilhações e trabalhos forçados que eram considerados como um regime de escravidão.

Nesta era, havia um índice de criminalidade muito baixo. A população encontrava-se fisicamente compartimentada, entre as populações das roças e as da cidade. A situação nas roças era semelhante a dos feudos em regime feudal. A disciplina era mantida pelo capataz e feitores e os serviçais tinham muito pouca liberdade e margem de manobra para cometerem crimes, pois toda a manifestação comportamental anti-social era imediatamente abafada⁸⁸.

3.2 Era pós independência/Partido único

A independência da República Democrática de S. Tomé e Príncipe em relação a Portugal foi oficializada em 12 de Julho de 1975, com o poder a passar para o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), um partido de cariz marxista que durante quinze (15) anos manteve um regime de partido único.

Dr. Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa foi o primeiro presidente do país enquanto Sr. Miguel dos Anjos Cunha Lisboa Trovoada chefiava o Governo. Divergências internas afastaram Miguel Trovoada do governo em

⁸⁸ Informação retida da conversa com o ex-presidente do Supremo de Justiça e Tribunal Constitucional de S. Tomé e Príncipe (Dr. José Bandeira) e ex Bastonário da Ordem de Advogados de S. Tomé e Príncipe (Dr. André Aragão).

1979, e colocaram-no na prisão onde se manteve durante dois anos, exilando-se em seguida em Lisboa e depois em Paris.

Em 1990 é instituído o multipartidarismo através de uma nova Constituição da República.

Nesta era, havia índice de criminalidade muito baixo à semelhança da era colonial. As populações continuavam compartimentadas, mas as populações das roças ganharam mais liberdade. Logo, iniciou-se um processo gradual de perda de autoridade nos meios rurais e nos meios urbanos começam a surgir pequenos delitos diversos incluindo bagatelas, uso de estupefacientes em pequena dimensão e outros ligados a falsificação de moeda⁸⁹.

3.3 Era Democracia

Através da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1990, Lei n.º 7/90 de 20 de Setembro (CRDSTP), foi institucionalizada a democracia multipartidária.

De acordo com o art.º 6º, n.º 1 da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP), São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático, com um regime semipresidencialista, e em 1991 passou a ter um modelo político multipartidário estruturado como uma ordem de domínio legitimada pelo povo.

Ao longo dos vinte e seis (26) anos da era democrática tem-se vivido em constante instabilidade política, com um total de dezasseis (16) Governos Constitucionais e dezoito (18) Primeiros Ministros, situação que se vem refletindo negativamente no desenvolvimento socioeconómico do país.

Nesta era, o índice de criminalidade é bastante preocupante e avassalador. Deu-se o êxodo rural e a concentração das populações principalmente em torno da cidade São Tomé num contexto marcado pelo

⁸⁹Entrevistas Bandeira e Aragão.

fenômeno da globalização. Deu-se a perda da autoridade do Estado no meio rural e urbano e os níveis de indisciplina social aumentaram vertiginosamente⁹⁰ dando o lugar a surgimento de diversos delitos nunca vistos na sociedade São-tomense tais como assaltos à mão armada com uso de capuchinho, com tendência organizada, assalto a turistas, assalto a viaturas de valores, o terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico internacional de estupefacientes, tráfico de seres humanos, tráfico de armas ilegais.⁹¹

3.4 Evolução dos Fenómenos criminais em S. Tomé e Príncipe

Nos dias de hoje, assistimos a um aumento considerável da criminalidade um pouco por todo o mundo⁹² e S. Tomé e Príncipe não é exceção, principalmente nos grandes centros urbanos, como são casos dos distritos de Água – Grande e Mé - Zóchi⁹³. Porém, o aumento da criminalidade está relacionado com a crescente globalização do mundo.

Logo, Borges (2013, p. 5) diz-nos que a “globalização, enquanto fenómeno de aproximação das sociedades, permite uma constante difusão de informação, levando a que as sociedades que ainda não alcançaram patamares de desenvolvimento semelhantes aos das sociedades mais desenvolvidas ambicionem ter as mesmas condições provocando desta forma um sentimento de desigualdade. Assim as sociedades menos desenvolvidas procuram alcançar esta igualdade, seja através da emigração

⁹⁰Entrevistas Bandeira e Aragão.

⁹¹É uma situação que S. Tomé e Príncipe tem enfrentado a um tempo a esta parte, como afirma ex Comandante Geral da Polícia Nacional, o Superintendente Samuel António, no seu discurso na ocasião da comemoração do 41.º aniversário da Institucionalização da Polícia Nacional: *“A título de exemplo a sociedade São-Tomense compadece atualmente com a presença de organizações criminosas com ligações a células que atuam em países estrangeiros. Importa referir que o perfil do homem São-Tomense está a mudar, pelo que é cada vez mais notória a presença de São-Tomenses envolvidos em situações de crime organizado”*.

⁹²Vide, as notícias veiculadas nos Órgãos de Comunicação Nacional e Internacional, Jornais Digitais bem como Imprensa escrita.

⁹³Vide, os relatórios anuais do Comando Geral da Polícia Nacional.

das populações, ou através do investimento do próprio Estado, que se for mal estruturado pode trazer consequências desfavoráveis a longo prazo”.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o mesmo autor diz-nos que “apesar de ser verdade que a globalização trouxe uma grande fluência à circulação de informação e um avolumar de serviços à disponibilidade do cidadão, facilitando em muitas situações o seu quotidiano, também é igualmente verdade que a velocidade de mudança e as alterações dos padrões culturais podem traduzir-se em consequências menos positivas” (p. 5).

Essas mudanças, segundo Lourenço (2013, p. 5) são “também componentes essenciais no surgimento de uma nova criminalidade e de novas formas de violência cujo sentido de localidade se integra na trama social e económica da globalização”.

Lourenço (2013, p. 5) diz-nos que a “relação entre o crime e a globalização ganha contornos particulares a partir da emergência de três fenómenos de proporções socialmente relevantes, com impactos significativos à escala local e global, entre os quais, à violência urbana, à criminalidade transnacional e organizada e ao terrorismo”.

Com a facilidade de acesso “à informação, ao transporte e à tecnologia, as ameaças e riscos longínquos causam a mesma insegurança que aquele com que lidamos com mais frequência e estão mais próximos, uma vez que estas vantagens são igualmente aproveitadas pelas associações criminosas para a prossecução dos seus objetivos” (Borges, 2103, p. 5).

Como consequência disto, tem aumentado a permeabilidade de São Tomé e Príncipe em diversos tipos de crimes e novos *modus operandi* como tráfico internacional de estupefaciente, tráfico de seres humanos, assalto a mão armada, escalonamento, assalto a turistas, assalto a viaturas de valores, crimes estes que outrora não existia na nossa sociedade.

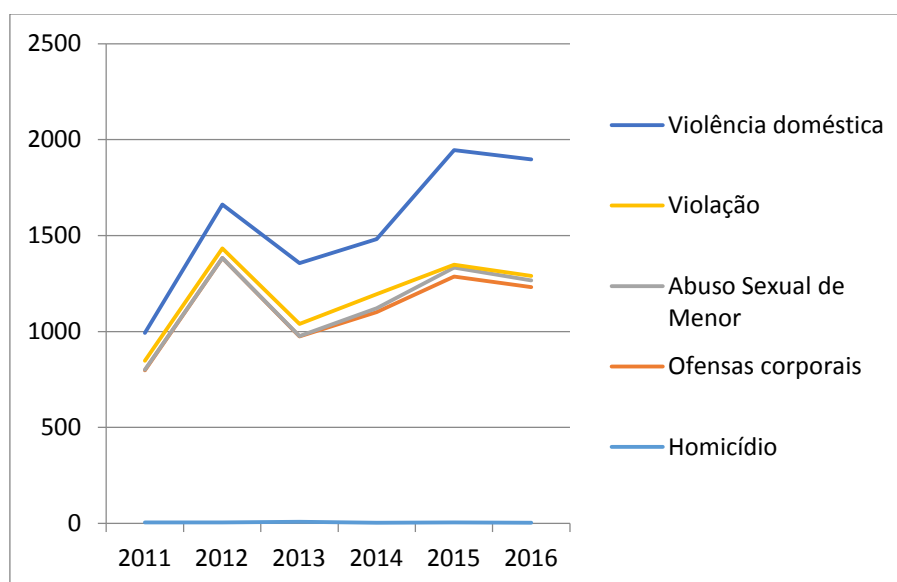
O crime constitui sem dúvida “um dos fenómenos contemporâneos que mais tem contribuído para um aumento dos níveis de ansiedade e de insegurança existentes na sociedade. A criminalidade provoca elevados prejuízos materiais e fundamentalmente, consequências físicas e psicológicas

que contribuem para uma acentuada redução dos níveis de qualidade de vida das pessoas” (Ferreira, 1997, citado por Fátima, 2013, p.86).

Fazendo uma análise comparativa da problemática da criminalidade em São Tomé e Príncipe através dos relatórios da Polícia Nacional este demonstra-nos um aumento relativamente a criminalidade denunciada, gerando desta forma o sentimento de insegurança.

Geografia da Criminalidade⁹⁴

Gráfico n.º 1 – Crimes contra pessoas (comparação dos anos 2011 a 2016)

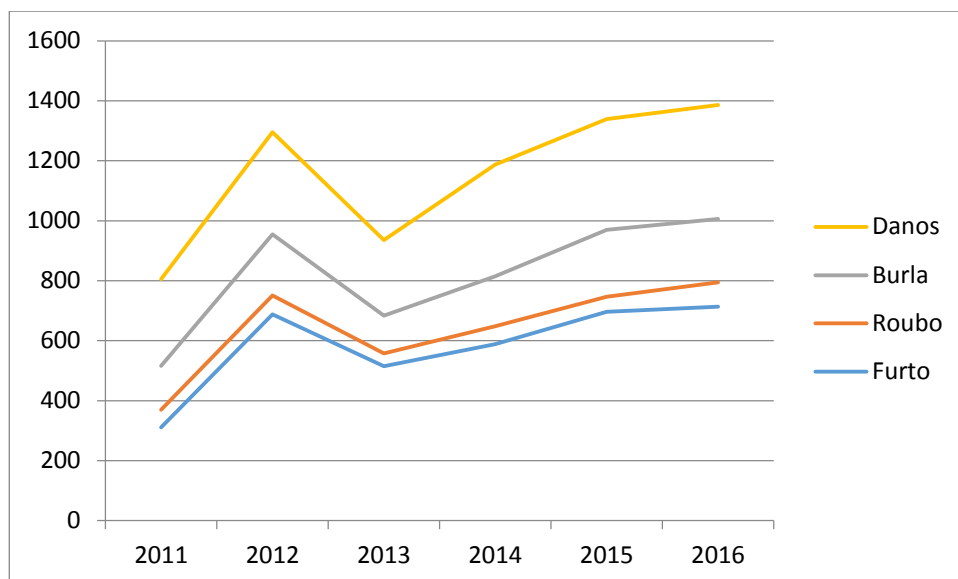


No que concerne a crimes contra pessoas, em 2012 regista-se um aumento significativo da criminalidade e posterior decréscimo ligeiro em 2013. Desde esta data existe uma tendência para o crescimento constante do crime, sendo que a maior parte dos crimes são levados a cabo por jovens entre os 16 e os 35 anos de idade⁹⁵.

⁹⁴ Vide os Relatórios criminais do Comando Geral da Polícia Nacional dos anos 2011 a 2016.

⁹⁵ De acrescentar que relativamente a homicídios ocorreu um caso, no ano 2016 em que uma jovem de 17 anos foi morta enquanto prestava serviço doméstico numa casa na zona do Distrito de Cantagalo, e que até à presente data as autoridades policiais e judiciárias não conseguiram identificar o possível autor deste homicídio. No momento do acontecimento fizeram-se algumas detenções mas, por falta de provas, os mesmos foram postos em liberdade. Verdade que se diga que, no local do crime, o criminoso deixou diversos vestígios

Gráfico n.º 2 – Crimes contra propriedades (comparação dos anos 2011 a 2016)



Relativamente aos crimes contra propriedade, o cenário revela-se idêntico aos crimes contra pessoas, isto é, um aumento bastante significativo em 2012 com posterior redução em 2013. A partir de 2013, a tendência de crescimento é constante, sendo a maior parte desses crimes levados a cabo por jovens entre os 16 e os 35 anos de idade.

Baseando-nos nos dados obtidos através dos relatórios do Comando Geral da Polícia Nacional, está demonstrada a variação e comparação entre os índices da criminalidade registados de 2011 a 2016.

Analisando os quadros de ocorrências registados pela Polícia Nacional, verifica-se que a criminalidade nos últimos anos tem apresentado contornos sem precedentes, sobretudo por apresentar *modus operandi* bem diferentes do que habitualmente acontecia.

Esses fenómenos criminais têm como causas o desentendimento

tanto biológicos como não biológicos, mas na ausência de meios humanos e materiais esses vestígios não foram utilizados e o crime ficou por se desvendar até à presente data. É com muita frequência que, em S. Tomé e Príncipe, ocorrem alguns casos de homicídio em que os possíveis autores ficam por ser identificados. Daí a nossa preocupação de que o Estado São-tomense deva criar condições a todos os níveis para que as autoridades policiais possam utilizar, nas suas atividades, outros meios de prova, principalmente as provas periciais.

familiar, a desconfiança, o excesso da ingestão de bebidas alcoólicas, o tráfico e o consumo de droga, a quebra de laços de amizade, a frustração, o escasso poder económico, o baixo nível cultural, carências ao nível do mercado de emprego e crescimento do mercado informal.

Por outro lado, nos últimos anos, S. Tomé e Príncipe tem convivido com um novo fenómeno que se prende com a deportação dos seus cidadãos emigrados em diversos países os quais, após o seu regresso, têm cometido diversos crimes (contra a propriedade e contra pessoas) usando *modus operandi* muito diferentes daqueles a que normalmente as autoridades policiais estavam habituadas.

Segundo dos relatórios do Serviço de Migração e Fronteiras, de 2011 a 2016, foram deportados 31 cidadãos São-tomenses de diferentes países de imigração entre os quais: Portugal, Angola, Gabão e Guiné-Equatorial, com diversas situações criminais (tráfico e consumo de drogas, furto de viaturas, roubos, homicídios, etc.).

Verdade é que estes cidadãos, a serem deportados muitas das vezes por falta de articulação entre todas as estruturas do país na área da justiça e segurança, continuam com a sua atividade criminal com toda a sua experiência nunca vista no país e as autoridades só se despertam no âmbito da repreensão e não da prevenção ou da reinserção⁹⁶. Da reinserção tendo em conta que alguns são deportados depois de cumprirem as penas pelos crimes cometidos e considerando, também, que outros nem conhecem S. Tomé e Príncipe (por terem saído do país com os pais, avós ou familiares, desde crianças).

⁹⁶No ano 2011, em plena luz do dia, enquanto o Banco Comercial Energy Bank ia fazer o depósito no Banco Central, dois cidadãos São-tomenses deportados da República Gabonesa assaltaram a carrinha levando consigo todo valor que se destinava ao depósito. Mas felizmente, dada a pequenez do país e a prontidão das autoridades policiais foi possível, em menos que duas horas, recuperar o valor em causa assim como proceder à detenção dos suspeitos. No ano 2013, também aconteceu o mesmo tipo de crime, enquanto o financeiro da empresa CECAB (empresa de comercialização do cacau) foi levantar no Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, o valor para pagar o salário, na zona norte do país, foi surpreendida por um grupo de marginais que levaram consigo todo valor em causa. De referir que, até a presente data, não foi possível identificar os infratores deste crime.

CAPÍTULO IV - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

4. Evolução Histórica de Investigação Criminal em S. Tomé e Príncipe

Segundo o Superintendente Armando Correia, ex-Diretor da Polícia Judiciária (1975 a 1978), na era colonial a Polícia Judiciária (PJ) em S. Tomé e Príncipe dependia diretamente do Delegado do Procurador da República Portuguesa junto do Tribunal Judicial em S. Tomé.

Diz-nos ainda que, depois da independência, a PJ dependia, em termos funcionais, do Ministério Público e administrativamente do Ministério da Justiça.

No ano 1979, a Polícia Judiciária foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 24/79, de 16 de março (Decreto que criou o Departamento da Polícia Nacional). Ao Departamento da Polícia Nacional foram então cometidas as atribuições e competências anteriormente da responsabilidade da Polícia Judiciária, passando a ser, simultaneamente, Polícia de Segurança Pública e de Investigação Criminal, tendo o pessoal da extinta Polícia Judiciária transitado para o Departamento da Polícia Nacional, onde foi integrado com categorias e postos próprios deste departamento.

No ano 1993, é criada a Polícia de Investigação Criminal, através do Decreto – Lei n.º 69/93, de 31 de dezembro, ou seja, o Governo de então decidiu que as funções da PIC fossem integradas no Ministério da Justiça, na Dependência hierárquica e funcional do Procurador-Geral da República em vez do Departamento da Polícia Nacional.

No ano 2008, é revogado o Decreto – Lei n.º 63/93 através da Lei n.º 2/2008, de 16 de maio, (nova Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal).

4.1 Investigação Criminal no Ministério Público

O Ministério Público, designado por (MP) é um órgão de administração da justiça, integrado na função judicial do Estado com a finalidade de garantir o direito à igualdade e a igualdade perante o Direito, bem como o rigoroso cumprimento das leis à luz dos princípios democráticos.

O MP representa o Estado nos tribunais, defende os interesses que a Lei determinar, participa na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exerce ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defende a legalidade democrática, nos termos da Constituição, da presente Lei e das Leis em geral⁹⁷.

Segundo Guedes Valente (2013, p. 283), o MP “*é o órgão do poder judicial, colaborador do poder jurisdicional, autónomo e independente de todos os órgãos e serviços estatais, inclusiva dos juizes, à qual a Constituição atribui a atividade judiciária de representação do Estado e a defesa de todos os interesses prescritos em lei, em especial os dos mais desfavorecidos, a participação na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, o exercício da ação penal orientada pelo princípio da legalidade e a defesa da legalidade democrática*”.

O MP são-tomense goza de autonomia em relação aos demais órgãos do poder central, regional e local. Esta autonomia é caracterizada pela sua vinculação a critérios de legalidade e objetividade e pela exclusiva sujeição dos seus magistrados aos princípios e normas legais⁹⁸. Pensamos que esta autonomia tem como objetivo a neutralização de qualquer interferência interna e externa nas atividades dos magistrados.

De acordo com o Estatuto do Ministério Público de S. Tomé e Príncipe, compete especialmente ao MP representar o Estado, as autarquias locais, os menores, os incapazes, os incertos e os ausentes em parte incerta, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer ação penal orientada pelo princípio da legalidade, exercer o patrocínio oficioso dos trabalhadores e suas famílias na defesa dos seus direitos de carácter social, velar para que a função jurisdicional se exerça em conformidade com a Constituição e as Leis, promover a execução das decisões dos tribunais para que tenha legitimidade, dirigir a investigação criminal, ainda quando realizada por outras entidades, promover e realizar ações de prevenção criminal, suscitar a inconstitucionalidade dos atos normativos, intervir em todos os processos que

⁹⁷Vide art.º 1.º do Estatuto do Ministério Público de S. Tomé e Príncipe, Lei n.º 13/2008, de 7 de novembro.

⁹⁸Vide art.º 2.º da Lei 13/2008, de 7 de novembro.

envolvam interesse público, bem como nos processos de falência e insolvência, fiscalizar a atividade processual dos órgãos de polícia criminal⁹⁹.

Para Ribeiro (2003, citado por Valente, 2013, p. 284) o “MP como guardião da lei e do sistema judicial pode e deve promover a absolvição do inocente que se impõe pelo poder de acusação subordinado ao dever de objetividade”. Por conseguinte, Valente (2013) diz-nos que “recai sobre o MP, como guardião, o dever de defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais individuais, que se reforça no quadro da política criminal, da ação penal e da investigação criminal”.

O mesmo autor (p. 284) aborda o MP na “trilogia funcional da repressão da criminalidade de órgão colaborante na administração da justiça pelo tribunal: *política criminal, ação penal e da investigação criminal*”.

No desempenho das suas funções, o MP é coadjuvado por funcionários de justiça e por órgãos de polícia criminal e dispõe de serviços de assessoria e de auditoria¹⁰⁰.

4.2 Investigação Criminal na Polícia de Investigação Criminal (PIC)

Em S. Tomé e Príncipe têm ocorrido nos últimos tempos novos crimes e novos *modus operandi* como é o caso de assalto a mão armada, consumo e tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, assalto aos turistas, criando o aumento do sentimento de insegurança no seio da população. Nesta senda, obriga as autoridades competentes a uma maior ação na vertente de investigação quer na sua ação de prevenção quer na repressão.

Por razões económicas e financeiras que o país atravessa, a PIC tem tido imensas dificuldades para dar respostas a situações da criminalidade tendo em conta as suas limitações a nível de meios materiais e humanos. De acrescentar que, mesmo com estas dificuldades, esta Polícia tem dado o seu melhor em prol de uma segurança com qualidade à população.

⁹⁹Vide art.º 2.º da Lei 13/2008, de 7 de novembro.

¹⁰⁰Vide n.º 2 do art.º 2.º da Lei 13/2008, de 7 de novembro.

Os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 2/2008 (Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal) referem que a PIC é um órgão auxiliar da administração da justiça, é uma Força de Segurança com natureza de serviço público que tem por funções defender a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos, cabendo a sua fiscalização ao Ministério Público, hierarquicamente dependente do órgão do governo Ministro da Justiça nomeadamente, no que diz respeito à organização e gestão de recursos humanos e materiais. No âmbito do processo criminal, a PIC atua sob a direção das magistraturas e na sua dependência funcional. Do Ministério Público, a PIC atua a nível da instrução preparatória em atos que sejam da sua competência e das ações de prevenção criminal coordenadas por este órgão e, do Juiz, a PIC atua a nível da instrução preparatória em atos que sejam da sua competência, na instrução contraditória e no julgamento.

O n.º 2 do artigo 3.º do supracitado diploma refere que a PIC assume a natureza de exclusividade, relativamente a outros organismos policiais, no âmbito da investigação dos aparentemente mais graves e/ou complexos, como os homicídios e crimes de ofensas corporais graves ou agravadas pelo resultado, furto e roubo, cometidos em edifícios públicos, instituições bancárias ou correios, terrorismo, associações criminosas e criminalidade organizada ou cometidos por associações de malfeitores, corrupção, peculato e participação económica em negócio e tráfico de influências, branqueamento de capitais, outros bens e produtos, fraude na obtenção ou desvio de subsídios ou subvenção e ainda fraude na obtenção de créditos bonificados; infrações económico - financeiras cometidas de forma organizada ou com recurso à tecnologia informática, contra a segurança interna e externa do Estado, falsificação de moeda, notas de branco, títulos de créditos, valores selados ou de selos, e tráfico, cultivo, produção, fabrico, preparação ou transformação de substâncias estupefacientes, bem como quaisquer outros relacionados com o consumo, transporte, guarda ou simples detenção dessas substâncias, contra a paz e humanidade; de escravidão, sequestro e rapto ou tomada de reféns; de ofensas, nas suas funções ou por causa delas, aos membros dos órgãos de soberania, aos titulares de cargos políticos e ao Procurador - Geral da República.

Embora esteja tipificado que a PIC tem a exclusividade na investigação de crimes com moldura penal superior a três (3) anos, o n.º 1 do art.º 3.º refere que compete à PIC a investigação dos crimes cometidos em todo o território nacional, assim como, pode e deve investigar todos os crimes de que tiver conhecimento mesmo aqueles com a moldura penal inferior a três (3) anos.

Relativamente à matéria da prevenção criminal, compete à PIC informar e motivar os proprietários dos estabelecimentos de comércio, banca, diversões noturnas, restauração e a população em geral para a autoproteção e o controlo dos locais e atividades de risco para a detenção de situações propícias ou indiciados da preparação, execução ou consumação de crimes¹⁰¹.

4.3 Investigação Criminal na Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe

A primeira força policial institucionalizada em São Tomé e Príncipe, de que se tem memória designou-se de *Corpos de Polícia Indígena*¹⁰² e era composta principalmente por soldados angolanos, apoiados por voluntários portugueses e trabalhadores contratados a partir do século XVIII, com o ciclo de café e cacau. De salientar que não existe documentação fidedigna que precise a data da criação desta força policial. O Corpo de Polícia Indígena foi extinto pelo Decreto nº 42 223, de 18 de abril de 1959 que criou o Corpo de Polícia de Segurança Pública de São Tomé e Príncipe (CPSPSTP), de carácter civil, modelada na Polícia de Segurança Pública da metrópole.

Em 06 de julho do ano 1960, é criada a guarda rural da província de São Tomé e Príncipe, através do Decreto n.º 43 050 (*GNR – Guarda Nacional Republicana de S. Tomé e Príncipe*), complementando, assim, a organização do Corpo de Polícia de Segurança Pública.

Em 1961, deixa de existir o CPSPSTP e passa a existir o Corpo de Polícia de São Tomé e Príncipe (CPSTP) pelo artigo 1.º do Decreto n.º 43 527 de 8 de março com uma organização de cariz urbana, constituída pelo pessoal da PSP metropolitana e outra de cariz militar, constituída pelo pessoal da GNR.

¹⁰¹Vide art.º 4.º da Lei n.º 2/2008, de 16 de Maio

¹⁰²Gerhard Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, Lisboa, Vega Editora, 2001, p.76

Depois da independência nacional de São Tomé e Príncipe, em 12 de julho de 1975, foi criada, por Decreto-Lei nº 10/75 de 27 de agosto, a Polícia Nacional, inicialmente com o nome de Polícia de Segurança Popular que perdurou até ao dia 16 de maio de 1979 e foi substituída pelo Departamento da Polícia Nacional que funcionava sob tutela da Direção de Segurança de Ordem Interna (DSOI) e em 23 de abril de 1991, este departamento foi extinto e, em substituição, foi criado, através do Decreto-Lei nº 20/91, o Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe (CGPNSTP) que funciona sob tutela do Ministério da Administração Interna (MAI).

De acordo com o n.º 1 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 6/2014, de 23 de abril, a Polícia Nacional (PN) é “uma força paramilitar de segurança pública e ordem interna, uniformizada e armada, que tem por funções a defesa dos direitos pessoais, liberdades e garantias dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e da garantia dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e da garantia da segurança interna, de harmonia com disposto na Constituição e nas demais leis”.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que a “PN é única para todo território nacional, obedecendo a uma hierarquia de comando em todos os níveis da sua estrutura, que culmina no membro do Governo responsável pela área de segurança interna”.

O n.º 1 do art.º 2.º do supracitado diploma refere que “em situações de normalidade, são atribuições da PN a participação ativa nos fins de segurança interna tal como são definidos por lei e, em situações de exceção, as decorrentes da legislação sobre estado de sítio ou de emergência”.

Além da manutenção de ordem e tranquilidade pública, a PN tem sob regime de exclusividade, garantir a segurança rodoviária através do ordenamento, fiscalização e regulamentação do trânsito, garantir a segurança nos espetáculos desportivos e culturais, regular toda matéria relacionada com armas de fogo, garantir a segurança nas solenidades públicas e outros aglomerados populacionais, licenciar, controlar e fiscalizar as atividades de segurança privada e respetiva formação¹⁰³.

¹⁰³Vide alíneas d), l) e n), do n.º 3 do Art.º 2.º e Art.º 3.º do DL n.º 6/2014, de 23 de abril.

Em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e entidades, nos termos definidos por lei, a PN tem como função garantir a segurança aeroportuária e particular na segurança portuária e das orlas costeiras, intervir no planeamento das atividades de proteção civil¹⁰⁴.

Na vertente da investigação criminal, cabe à PN prevenir a prática de quaisquer comportamentos ou atos contrários às leis em geral; prevenir a criminalidade, em especial a criminalidade e o terrorismo, em coordenação com outras forças e serviços de segurança, de harmonia com o previsto na legislação sobre a segurança interna; colher notícias sobre atividade criminal, investigando os suspeitos, determinando os autores e praticando os demais atos necessários à competente ação penal, no respeito pela dignidade das pessoas e dos seus direitos fundamentais; impedir, tanto quanto possível, as consequências dos crimes e prestar auxílio às suas vítimas¹⁰⁵.

É evidente que a lei é bastante omissa relativamente aos tipos de crime que a PN tem competência para investigar, tendo em conta a exclusividade da Polícia de Investigação Criminal (PIC) em matéria de investigação criminal ao nível nacional. Nesta senda, o que tem acontecido é que a PN, nas suas atividades, tem investigado todos os tipos de crime que são delegados pela autoridade judiciária competente, neste caso o Ministério Público. Nestes últimos anos o MP tem vindo a recorrer à PN para o auxiliar na investigação e pensamos que esta ação é movida por dois motivos:

- ✓ Por ser uma força que está implantada ao nível nacional, faz com que seja a primeira a chegar ao local aquando da notícia do crime;
- ✓ Pela existência de quadros com elevado valor técnico e tático que têm vindo, ao longo dos anos, a demonstrar à sociedade e não só as suas aptidões em matéria de investigação.

Por este motivo, nas suas ações de formação, com apoio dos seus parceiros bilaterais, a PN tem formado alguns dos seus quadros em investigação criminal, de forma a dar aos mesmos mais ferramentas, com o objetivo de dinamizar mais esta área de atividade policial.

¹⁰⁴Vide alíneas m) e u), do n.º 3 do Art.º 2.º do DL n.º 6/2014, de 23 de abril.

¹⁰⁵Vide alíneas e), f), g) e h) do n.º 3 do art.º 2.º do DL n.º 6/2014, de 23 de abril.

CAPÍTULO V - TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Metodologia

A metodologia por que optamos no presente trabalho baseia-se na recolha de uma amostra representativa de pessoas que lidam e acompanham, no seu dia-a-dia, o trabalho de investigação criminal. Segundo Sousa e Batista (2011), o método qualitativo possibilita uma maior qualidade da recolha de informações e permite ao investigador desenvolver o conceito e chegar à percepção dos fenómenos do padrão que resulta da análise de conteúdos.

5.2 Caraterização do Universo da Amostra

No presente estudo, escolhemos trabalhar com oficiais da Polícia Nacional, bastonário e ex-bastonários da Ordem dos Advogados, ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz de Instrução Criminal, Procurador da República e inspetores da Polícia de Investigação Criminal. Tendo em conta a particularidade do tema em estudo, pretendeu-se entrevistar pessoas com determinado grau de responsabilidade e algum nível de experiência na área, para melhor entendermos as suas opiniões relativamente à realidade atual da atuação da investigação criminal em São Tomé e Príncipe.

A nossa unidade de análise corresponde a uma amostra composta por 17 elementos, dentre os quais: 9 oficiais da Polícia Nacional, 2 representantes da Ordem dos Advogados, 2 representantes do Supremo Tribunal de Justiça, 2 representantes do Ministério Público e 2 representantes da Polícia de Investigação Criminal. Embora o nosso propósito fosse um número mais alargado de entrevistas, condicionantes de vária ordem, como a recusa por parte de algumas pessoas e os constrangimentos relacionados com o tempo, ditaram a escolha de uma amostragem por conveniência (não probabilística), o que torna o resultado válido apenas para este estudo de caso.

5.3 Protocolo de Entrevista

Como entende Sarmento (2013), a entrevista é entendida por um conjunto de perguntas que servirá para recolha de um conjunto de informações através de discursos individuais ou em grupo. Na concepção da autora, “a entrevista permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial de um ou mais indivíduos. Os conteúdos são mais ricos em informação. Permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo” (Sarmento 2013, p. 28).

Nesta ordem de ideias, e tendo em conta que o presente trabalho é limitado por uma recolha de dados e análise de conteúdos para que se possa obter resultados fidedignos e consistentes, com base no guião de sete questões (*vide* Apêndice A), tentaremos compreender, na sua ótica, e enquanto parte integrante do sistema de justiça/investigação criminal, onde estão as grandes fragilidades e/ou lacunas na forma investigatória ou probatória; encontrar uma forma de melhorar a dinâmica, eficiência e maior segurança na responsabilização dos autores do crime; e, conseqüentemente, encontrar maior legitimidade por parte dos cidadãos mesmo com inúmeras fragilidades sociais e económicas vividas em São Tomé e Príncipe (Penhor, 2016).

Foi nossa opção entrevistar os elementos que exercem ou exerceram cargos relacionados com o processo penal, seja na fase de inquérito ou no julgamento. Foram entrevistados o ex-Comandante Geral da Polícia Nacional, o ex-Segundo Comandante Geral da Polícia Nacional, o Inspetor Geral da Polícia Nacional, o Comandante da Unidade Especial de Investigação Criminal da Polícia Nacional, o Segundo Comandante Distrital de Mé-Zóchi, o Segundo Comandante Distrital de Lembá, o Segundo Comandante Distrital de Cantagalo, o Comandante da Unidade Especial de Trânsito, o ex-Comandante do Grupo de Intervenção e Segurança, a Bastonária da Ordem dos Advogados, o ex-Bastonário da Ordem dos Advogados, o ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional, o Juiz de instrução criminal do Tribunal da Primeira Instância, o Procurador-Geral da República, o Procurador Adjunto do Ministério Público, o ex-Diretor da PIC, o Subinspetor da PIC. As entrevistas constam nos Apêndices B a R respetivamente, tendo como objetivo

analisar a visão dos mesmos face à forma de ou método de provas e de recolha de provas atualmente utilizada em São Tomé e Príncipe. É ainda nosso objetivo procurar uma maior dinâmica no sistema judicial e nas formas de recolha de provas no processo com vista à melhoria da aceitação por parte da população. A condução da entrevista foi norteadada por um guião semiestruturado (ver apêndice A), que contém questões relacionadas com a utilização da prova testemunhal no processo penal. As entrevistas foram efetuadas entre os meses de Abril de 2017 e Maio de 2017 tendo sido antecipadas por contactos formais prévios como forma de garantir a participação dos elementos em questão.

Sarmiento (2013) entende que na entrevista semiestruturada o entrevistado responde as perguntas do guião na ordem que entender e possibilita que o entrevistado exprima da melhor forma a sua opinião sobre o assunto. A entrevista semiestruturada é caracterizada pela existência de um guião previamente estruturado que serve de orientação no desenrolar da entrevista, procura garantir que vários participantes respondam às mesmas questões, mantendo um grau elevado de flexibilidade no que concerne à exploração das questões.

Neste estudo e relativamente às entrevistas aplicadas, construiu-se um guião com 7 perguntas com pouco grau de dificuldade e entendimento de modo que os entrevistados não tivessem problemas em responder. Em seguida analisa-se as referidas questões:

1ª “Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?”

Nesta questão pretendia-se colher opinião dos entrevistados relativamente à necessidade ou não de utilização de outros meios de prova. A resposta era direta.

2ª “Classifique, numa escala de 1 a 5, qual o grau de eficácia obtido na utilização da prova testemunhal.”

Pretendia-se, com essa questão, entender em que posição se mantém a prova testemunhal na escala estabelecida.

3ª “No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em STP?”

Com essa questão pretendia-se entender a opinião dos entrevistados relativamente à legalidade e à tecnicidade da utilização de apenas provas testemunhais no processo penal.

4ª “No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?”

Nessa questão pretendia-se apurar a necessidade ou não da implementação das provas científicas no sistema penal são-tomense.

5ª “Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça se se implementar outros meios de obtenção da prova que não sejam, apenas, a prova testemunhal? Se sim, quais?”

Nessa questão pretendia-se entender até que ponto a utilização de provas científicas seria benéfica para o sistema penal são-tomense, tendo em conta os seus custos e os benefícios.

6ª “Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, a implementação da recolha da prova através de métodos científicos seria benéfico para recuperar essa confiança?”

Pretendia-se entender até que ponto a implementação da prova pericial seria benéfica para recuperar a confiança da população na justiça são-tomense.

7ª “A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?”

Tenta-se, através desta questão, de entender de que maneira a prova testemunhal seria benéfica para o sistema judicial.

5.4 Análise de Conteúdo

Na análise de dados recolhidos das entrevistas, pretendemos assegurar o tratamento de informações através dos resultados do seu conteúdo em conjuntos menores, recorrendo à análise de conteúdo (Penhor 2016). Para Sarmiento (2013, p. 48), a análise de conteúdo é entendida “como sendo uma

metodologia utilizada nos estudos de conteúdo da comunicação, que analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras agregando-as em categorias”. Ela corresponde ao tratamento dos resultados e a sua interpretação e permite processar uma análise crítica das informações recolhidas (Bardin, 2009).

A análise de conteúdo possibilita o tratamento de informações de uma forma metódica que apresenta algum grau de complexidade, neste sentido é utilizado como uma técnica de entrevista (Quivy e Campenhoudt, 2008). No desenvolvimento do presente estudo, o processo de codificação encontra-se exposto nos apêndices B a S. Após o trabalho de codificação pertencente ao processo de entrevista proceder-se-á apresentação e análise dos resultados.

5.4.1 Apresentação e Análises dos Resultados

Analizadas as respostas obtidas nas entrevistas tendo por base as matrizes elaboradas, conforme os Quadros 1.1 a 7.1 (ver Apêndice S), verifica-se uma certa convergência entre as mesmas.

Relativamente à primeira questão, quando questionados se a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal, dezasseis dos entrevistados responderam negativamente e apenas um respondeu positivamente.

Os nossos entrevistados entendem que a prova pericial é fundamental para a descoberta de qualquer crime, visto que, a testemunha só pode narrar aquilo que viu ou ouviu diretamente (E. 1). “No âmbito da investigação todas as provas são importantes, necessárias e admissíveis, desde que não sejam proibidas por lei. A seleção da prova depende dos objetivos que o investigador se propuser atingir” (E. 2).

Pode-se afirmar que a prova testemunhal é um importante meio para a descoberta da verdade material, mas devido a sua própria natureza subjetiva deve ser avaliada e processada sem nunca se perder de vista os outros meios de prova obtidos no decurso da investigação criminal. “O valor da prova testemunhal é tão maior, quão maior se lograr a sua conjugação lógica com os demais meios de prova, designadamente com as provas materiais,

cientificamente obtidas, sem menosprezar a confissão do próprio agente” (E. 3). A culminação de diversos tipos de provas científicas (lofoscopia, biológica ou outro) revela-se claramente necessária para a descoberta da verdade material.

Quadro 1: Análise de conteúdo da questão 1 da entrevista

Categori	Subcategori	Unidade De Registo	Entrevistados																	Unidade de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Prova testem unhal é suficie nte para a desco berta da verdad e		Sim 1.1						X												1
		Não 1.2	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16

No que concerne à segunda questão, para classificar, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal, nove dos entrevistados consideram ser de grau 3, sete consideram ser de grau 2 e um considera ser de grau 4, (ver Quadro 2).

Segundo os nossos entrevistados, embora a lei processual penal São-tomense preveja outros meios de provas, como por exemplo as provas periciais e as provas documentais a mesma não é observada na prática, ou seja, ainda carece de meios humanos e materiais.

Quadro 2: Análise de conteúdo da questão 2 da entrevista

Categori	Unidade de Registo	Entrevistados																Unidade de enumeração	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16		17
Na escala de 1-5 o grau de eficácia da Prova testemunhal	Grau 2. 2				X			X			X			X	X		X	X	7
	Grau 2. 3	X		X		X	X		X	X		X	X			X			9
	Grau 2. 4		X																1

Quanto à terceira questão, para analisar, do ponto de vista dos entrevistados, se a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em STP, quinze dos entrevistados responderam que não preenche requisitos legais nem técnicos, dois dos entrevistados entendem que não, conforme apresentado no quadro 3.

Para os nossos entrevistados, o próprio meio ambiente, ou seja, o local (Tribunal, Comando Policial ou Ministério Público) onde a testemunha irá dar o depoimento poderá, de que maneira, intimidar as testemunhas devido a sua própria característica, por isso poderá condicionar a investigação (E.12). “A prova testemunhal como instrumento auxiliar, ela limita-se a trazer aos Autos informações sobre os factos de que o depoente possa ter conhecimento direto, carecendo, para o êxito da descoberta da verdade material, de informações produzidas com recurso a meios técnicos e científicos” (E. 16). As testemunhas são olhos e ouvidos para justiça. Elas irão falar daquilo que viram e ouviram; quer isso dizer que carece de outros requisitos legais para investigação (E. 17). Há uma inexistência de meios técnicos e de tecnologias modernas na obtenção de provas com maior grau de eficácia e rigor na descoberta de verdade no processo criminal. Atualmente os Organismos ou Instituições competentes para levar a cabo a investigação no processo criminal recorrem a prova testemunhal, tendo em conta que não existem outras alternativas tecnológicas a fim de recorrerem a outros meios de prova criminais (E. 5).

Quadro 3: Análise de conteúdo da questão 3 da entrevista

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados																Unidade de enumeração	de
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16		
A utilização de apenas provas testemunhas preenche os requisitos legais e técnicos	Sim 3.1																	0	
	Não 3.2	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15	
	Talvez 3.3		X			X												2	

Na quarta questão, quando questionados sobre se existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal

no Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, catorze dos entrevistados consideram que existe essa necessidade, dois dos entrevistados consideram que talvez haja essa necessidade e um dos entrevistados considera não haver essa necessidade, conforme consta no Quadro 4.

Pudemos apurar dos nossos entrevistados que, tendo em conta os tipos de crimes que têm ocorrido na nossa sociedade, crimes hediondos de gravidade excessiva, há necessidade de se acautelar. A necessidade de utilização de provas científicas é urgente. Sabe-se claramente que existem casos que não são punidos apenas por não haver testemunhas, por engano das testemunhas ou pelo facto de as testemunhas faltarem com a verdade (E. 4). “As manifestações da criminalidade atingiram um nível muito sofisticado, no entanto, a prova testemunhal não é suficiente para descobrir a veracidade dos factos” (E.13)

Quadro 4: Análise de conteúdo da questão 4 da entrevista

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados																Unidade de enumeração
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
Há necessidade de haver outro tipo de prova para além da testemunhal	Sim 4.1	X	X		X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	14
	Não 4.2			X														1
	Talvez 4.3					X				X								2

No que respeita à quinta questão, fazendo uma análise de custo/benefício, se existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça se implementar outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal e, se sim, quais seriam, todos os entrevistados consideram haver uma vantagem enorme. Dez dos entrevistados apresentam o rigor na obtenção de provas, três dos entrevistados apresentam eficácia/eficiência como o principal benefício e quatro dos entrevistados apresentaram a melhoria do sistema judicial como a principal vantagem (Quadro 5).

A justiça são-tomense sairá a ganhar. As vantagens são: descoberta da verdade material e realização da justiça com provas palpáveis; ganha-se a

confiança da sociedade; hesitação dos delinquentes, isto é, eles pensarão duas ou mais vezes antes de cometerem atos ilícitos” (E. 17). Certamente que tornar-se-á mais eficaz o apuramento da veracidade dos factos no processo criminal caso haja recurso a mais do que um meio de prova, ou seja, independentemente do recurso, a prova testemunhal seria de todo benéfica com recurso a meios de prova por acareação e pericial (E. 5).

Quadro 5: Análise de conteúdo da questão 5 da entrevista

Categoria	Unidade De Registo	Entrevistados																Unidade de enumeração
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
Na análise custo/benefício existe alguma vantagem na implementação de outros meios de obtenção de Provas	Rigor 5.1.1	X	X		X		X	X	X		X	X		X		X		10
	Eficácia/Eficiência 5.1.2			X		X											X	3
	Melhoria da Justiça 5.1.3									X			X		X		X	4
																		0

No que diz respeito à sexta questão, vendo que hoje em dia, se nota uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na opinião dos nossos entrevistados, a implementação da recolha da prova através de métodos científicos seria benéfica para recuperar essa confiança. Dezasseis dos entrevistados entendem que aplicação dos métodos científicos é suficiente para a reposição dessa confiança e um dos entrevistados considera que não é suficiente, conforme o Quadro 6.

Os nossos entrevistados entendem que a notória falta de confiança da população atualmente tem a ver com a impunidade e a lentidão do processo dos operadores judiciais. A falta de prova tem deixado muitos crimes sem punição e isso causa revolta no seio da população. A morosidade do processo é outro fator que contribui muito essa falta de confiança. A utilização de meios científicos na recolha de prova torna o processo mais credível e eficaz. Isso faz aumentar, sem dúvidas, a confiança da população no sistema judicial (E. 4).

Não restam dúvidas que, com um trabalho mais eficaz, a utilização de métodos tecnológicos e científicos de grande reconhecimento mundial, que garantam a obtenção de resultados mais céleres e satisfatórios, fará com que a justiça seja mais justa possível aos olhos da nossa população, e de certeza

que contribuirá positivamente para aumentar e melhorar a confiança entre a população e a justiça (E. 5).

Quadro 6: Análise de conteúdo da questão 6 da entrevista

Categoria	Unidade de Registo	Entrevistados																	Unidade de enumeração
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Com implementação de outros métodos de provas melhoraria a confiança da população	Sim 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	16
	Não 2																	X	1

Sobre a sétima questão, se a implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores e de que maneira, catorze dos entrevistados entende que o impacto seria positivo e três dos entrevistados entendem que não (*vide* Quadro 7).

Segundo os nossos entrevistados, terá um enorme impacto visto que se passará a ter provas palpáveis através da reconstituição histórica dos factos (E. 13). A utilização dos métodos científicos permite uma melhor reconstituição dos factos, isto é, situar o infrator no local do crime e na hora em que o mesmo foi cometido (E. 4). Provando realmente os factos indiciários atribuídos de início aos suspeitos, convertendo-os, por via disto, em possíveis autores materiais para adequada condenação ou absolvição, em sede de julgamento (E. 16), uma vez que “o uso de métodos científicos vem dar mais fidelidade e rigor no processo de investigação” (E. 11)

Quadro 7: Análise de conteúdo da questão 7 da entrevista

Categoria	Unidade De Registo	Entrevistados																	Unidade de enumeração
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Implementando provas científicas terá impacto na descoberta dos possíveis autores	Sim 1	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
	Não 2					X												X	1

CAPÍTULO VI - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES FINAIS

6.1 Confirmação dos Objetivos

Tendo em conta os objetivos preconizados no início do trabalho, consideramos que todos foram atingidos. Através da revisão da literatura foi possível conferir as diferentes perspetivas dos principais conceitos explanados ao longo deste trabalho e através da parte prática, especialmente entrevistas. Ficou clara a importância e a necessidade de criação de condições tanto materiais como humanas para a utilização, na investigação criminal, de outros meios de obtenção de provas em S. Tomé e Príncipe, principalmente as provas científicas, de forma a estancar os novos fenómenos criminais que têm surgido na sociedade são-tomense nos últimos tempos, e melhor garantir direito dos cidadãos e melhorar a confiança dos mesmos no sistema judiciário.

6.2 HIPÓTESE TEÓRICA

A prova testemunhal na investigação criminal em S. Tomé e Príncipe não é tão eficaz para a prossecução dos fins da justiça e da investigação criminal?

Esta hipótese é totalmente verificada pela revisão bibliográfica. De acordo com as palavras de Ainsworth (1998, citado por Santos, 2006, p. 3), “normalmente as testemunhas interpretam mal a informação, falham a integrar determinados aspetos de uma ocorrência, falham a recordar tudo o que presenciaram e cometem erros nos dados que recuperam da memória”.

Por conseguinte, “(...) a existência de testemunha totalmente imparcial é normalmente a exceção e não a regra. É possível que as testemunhas se deixem impressionar pelo que viram de tal modo que, no fundo, as suas emoções as levem a desejar que uma das partes triunfe. A multiplicidade de tendências, interesses e afetos que se cruzam nas relações humanas faz com

que seja quase impossível conseguir um estado de neutralidade quimicamente puro no testemunho” (Sabaté, 1993, citado por Sousa, 2016, p. 290).

A maioria das testemunhas mantém relações com as partes providas nomeadamente de conhecimentos, vizinhança, trabalho, sociedade, subordinação, amizade ou inimizade, afeto ou ódio, parentesco, interesses, sejam de ordem política, social, económica, racial, corporativos, de nacionalidade, etc. Todos esses tipos de relações podem afetar a imparcialidade da testemunha. A testemunha parcial não narra os factos como ocorreram e intercala neles elementos que favorecem ou prejudicam a parte ou omite segmentos do acontecimento (Sousa, 2016, p. 290).

S. Tomé e Príncipe, sendo um país onde todos se conhecem e com nível de pobreza que o assola, torna-se mais permeável à fragilidade da prova testemunhal nas demandas criminais que o têm assolado.

6.3 Hipóteses Práticas

Hipótese prática 1: Os OPC partilham a ideia de que deveria existir, em termos práticos, outras formas de obtenção de provas.

É verificada porque 85,3% dos nossos entrevistados partilham a ideia de que deveriam existir, em termos práticos, outros meios de obtenção de provas e não apenas a prova testemunhal. Segundo os mesmos, as manifestações da criminalidade atingiram um nível muito sofisticado, tornando a prova testemunhal insuficiente para a descoberta da veracidade dos factos. A utilização de prova científica torna-se claramente necessária e urgente.

Hipótese prática 2: Os trabalhos dos OPC seriam mais facilitados.

É completamente verificada porque a maioria dos entrevistados partilha a opinião de que, com a utilização de métodos científicos, estes vêm dar mais fidelidade, eficácia, eficiência e rigor à obtenção de provas, no processo de investigação criminal.

Hipótese prática 3: Os tribunais recuperarão a confiança dos cidadãos, visto que o seu trabalho basear-se-á, sobretudo, na prova científica e não em mera suposição.

É verificada, tendo em conta que 94,1% dos nossos entrevistados afirmam que as provas científicas garantem a consecução de uma investigação criminal mais célere e satisfatória, e fará com que a justiça seja o mais justa possível aos olhos da população e, conseqüentemente, contribuirá positivamente para a recuperação da confiança entre o cidadão e a justiça.

Hipótese prática 4: Haverá uma redução drástica da criminalidade.

É verificada tendo em conta que 88,3% dos nossos entrevistados afirmam que, com a implementação de provas científicas, a justiça será mais célere e o mais justa possível e daí, o sentimento de impunidade sentido hoje poderá reduzir. A diminuição do sentimento de impunidade traduzirá certeza de que os crimes reduzirão.

6.4 RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA DA INVESTIGAÇÃO

Tendo em conta o surgimento de novos crimes e novos *modus operandi* em STP, só a utilização da prova testemunhal será suficiente para o seu combate?

De acordo com as pesquisas feitas e informações recolhidas, indo ao encontro do que foi explanado através da revisão literária, constata-se que, ao nível mundial, a investigação criminal está em constante transformação de forma a dar resposta firme às diferentes formas de criminalidade. Acontece, porém, que S. Tomé e Príncipe não tem acompanhado esta transformação na vertente da investigação criminal, embora tenha adotado, há muito pouco tempo, um Código Processo Penal e um Código Penal moderno.

Cumulativamente, com o surgimento de novos crimes e novos *modus operandi* estes fenómenos têm dificultado em particular os trabalhos dos OPC e, de uma forma geral, do aparelho da justiça.

Face a isto e, como resposta à questão do presente trabalho, pensamos que a utilização de outros meios de obtenção de provas no processo penal (provas científicas) e não apenas com base na prova testemunhal ajudaria imenso a estancar os fenómenos criminais que têm assolado a sociedade são-tomense nos últimos tempos, principalmente aqueles que carecem de uma investigação mais cuidada e pormenorizada.

Mediante estes factos, torna-se urgente a criação de condições materiais e humanas para a implementação de outros meios de obtenção de provas, tendo em conta a evolução dos fenómenos criminais, como consequência da globalização e do avanço das tecnologias. Para darem resposta a estes fenómenos, os OPC devem acompanhar o desenvolvimento tecnológico, de forma a conseguir debelar as múltiplas situações que possam ocorrer quotidianamente bem como perseguir um dos principais interesses que é a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos num Estado de Direito Democrático.

CONCLUSÕES FINAIS

Depois de percorrido todo este caminho, árduo e cheio de obstáculos, é chegada a hora de concluir o trabalho. Durante a feitura do mesmo foram sendo elencados os aspetos mais importantes, a nosso ver, no respeitante a estas matérias, tendo em conta o tema por nós escolhido.

Numa sociedade que é fortemente influenciada pela globalização, que manifesta nos novos crimes e novos *modos operandi*, como é o caso de assalto a mão armada, consumo e tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, assalto a turistas, dentre outros, as exigências por parte da população, são cada vez maiores, onde as Polícias devem centrar as suas atuações na busca de solução concreta para os problemas de segurança e paz social dos cidadãos.

Na investigação criminal, cabe ao estado colher provas suficientes que levem à condenação do infrator. Dos vários meios de obtenção de provas, a prova testemunhal demonstra ser insuficiente para a descoberta da verdade material, tornando-se necessária a utilização de outros meios de obtenção de provas. O Código Processo Penal de S. Tomé e Príncipe prevê vários meios de obtenção de prova inclusive métodos científicos. A verdade é que, na prática, não se verifica a utilização de métodos científicos na investigação criminal em São Tomé e Príncipe.

Entendemos que os resultados obtidos na nossa investigação vão ao encontro das teorias apresentadas, com o surgimento de novos crimes e novos *modus operandi* no cometimento dos mesmos crimes, pelo que a utilização de métodos científicos de obtenção de provas se torna necessário e urgente na estratégia de combate ao crime e na investigação criminal.

Concretamente sobre o objeto de estudo em causa, a falta de meios humanos e materiais necessários para investigação criminal é gritante nos operadores judiciais, o que leva a uma justiça baseada sobretudo na prova testemunhal. Da análise feita entendemos que a implementação de provas científicas trará enormes vantagens para a sociedade em geral e para o sistema judicial em particular.

Finalmente, podemos aferir que os OPC de S. Tomé e Príncipe no desempenho das suas atividades de investigação criminal devem acompanhar o fenómeno da globalização e desenvolvimento das tecnologias. Por conseguinte, para que os OPC acompanhem esse desenvolvimento tecnológico e atinjam resultados satisfatórios na investigação necessita-se de um investimento no sector e do contributo de toda a sociedade, na criação de condições materiais (com tecnologia moderna) e humanas. Portanto só desta forma pensamos que se conseguirá travar o aumento da criminalidade no nosso país, principalmente sob novas formas de crimes e alcançar uma melhoria na prossecução de interesse público que é a realização da justiça e a descoberta da verdade material.

RECOMENDAÇÕES

De acordo com o estudo feito, recomenda-se a utilização de outros meios de obtenção de provas no sistema judiciário em S. Tomé e Príncipe.

LIMITAÇÕES DO PRESENTE ESTUDO

Uma das grandes limitações deste estudo reside na recolha reduzida de bibliografia tendo em conta que S. Tomé e Príncipe não dispõe de acervo bibliográfico nesta área de estudo a que pudéssemos recorrer, fazendo com que o investigador tivesse que se deslocar a Lisboa duas vezes para a recolha da bibliografia necessária para o presente estudo.

Outras limitações prendem-se com a distância física entre o investigador e o seu orientador, impossibilitando uma instrução mais direta e pormenorizada.

Apesar de, durante a evolução da investigação se ter revelado as limitações supracitadas, elas não constituíram obstáculo para validar os resultados do estudo efetuado assim como as conclusões que se retiram a partir da análise dos mesmos.

INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Este trabalho pode ser considerado como um contributo, bem como o início de estudos científicos a serem desenvolvidos, para despertar as autoridades políticas e judiciais para a necessidade da utilização de outros meios de obtenção de prova, e não apenas a prova testemunhal.

Com base neste estudo, pode-se desenvolver políticas com objetivo de criar condições materiais e humanas para a utilização de outros meios de obtenção de prova no sistema judiciário de S. Tomé e Príncipe, de modo a credibilizar a justiça são-tomense, e proporcionar uma análise mais pormenorizada sobre os custos a ter com a implementação de novas formas de investigação criminal baseada em métodos científicos de obtenção de provas.

BIBLIOGRÁFIAS

ALVES, Bruno (2005), *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para um melhor desempenho policial*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa.

ALVES, Bruno (2012), *A Prova por Reconhecimento em Processo Penal, Análise e Reflexão Crítica*, Editores Fronteira do CAOS.

ALVES, Manuel João (1997), *Processo Penal – IV – A Prova*, Revista Polícia Portuguesa Ano LX: II Série, Bimestral, n.º 105, Maio/Junho.

AMBRÓSIO, António (1984), *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, Livros Horizonte.

Bardin, Laurence. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

CASIMIRO, David (2002) *A PSP e a Investigação Criminal – Recolha de Prova uma Perspetiva de Inspeção Judiciária ao Local do Crime*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa.

Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe, *Relatórios Criminal dos anos 2011 a 2016*, S. Tomé.

CRISTAL, Ivo (2009), *A Recolha de Vestígios no Local do Crime pela Investigação Criminal da GNR*, Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança, Academia Militar, Queluz.

CRUZ, Carlos Benigno da (1975), *S. Tomé e Príncipe do Colonialismo à Independência*, Moraes Editores, Lisboa.

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico (2003-2015), Porto: Porto Editora.

DOREA, STUMVOLL e QUINTELA, Luiz Eduardo, Victor Paulo e Victor (2012) – *Criminalística*, 5ª Edição, Millennium Editora Ltda., PABX: 193229-5588, Campinas, São Paulo.

EIRAS, Henriques (2001), *Processo Penal Elementar*, 2.ª Edição (revista e aumentada), Sociedade Editora, Lisboa.

Imprensa Nacional de S. Tomé e Príncipe (1975), *Esboço Histórico das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*.

FÁTIMA, Djamilá (2013), *Delinquência juvenil. Escólio sobre a sua natureza e medidas para o seu tratamento jurídico em S. Tomé e Príncipe*,

Mestrado em direito na Vertente de ciências jurídico-criminais, Universidade Autónoma de Lisboa.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro (1986), *Curso de Processo Penal*, I Volume, Editora DANUBIO, Lda., Lisboa.

FLICK, U. (2005) *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

FORTIN, M. (2009) *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*. Lisboa: Lusodidacta.

GUERRA, Luís, *Polícia Científica (2015)*, Lições aos alunos do VII Curso de Mestrado não Integrado em Ciências Policiais na especialidade em Criminologia e Investigação Criminal, no ISCPSI, ano lectivo de 2015/2016, Lisboa.

LIVRO I, Técnica e Táticas de Investigação Criminal.

LOURENÇO, Nelson (2013), *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade*, Instituto de Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

MALATESTA, Nicola Framarino dei (1927), *A Lógica das Provas em Matéria Criminal*, Livraria Clássica, Editora, Lisboa, 2.^a Edição.

MONTEIRO, Inês Viana de Paula (2010), *Vestígios Hemáticos no local de crime Sua importância Médico-Legal*, Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.

OCHOA, Davide (2010), *A busca de paradigma na investigação Criminal no seio da PSP*, Dissertação Final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ISCPSI.

PENHOR, Isac Costa (2016), *Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe e o Estado de Direito Democrático: Uma polícia ao serviço da democracia em S. Tomé e Príncipe*, Mestrado em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.

PRALON, Adauto Zago (2011), *Guia de Serviços da Perícia Criminal Federal. “Uma Visão Panorâmica. A Verdade e a Justiça pela Ciência Forense”*, Departamento da Polícia Federal do Brasil, Diretoria Técnico – Científica (DITEC).

SANTOS, Nuno Pica dos (2006), *“A PROVA TESTEMUNHAL, Abordagem às técnicas da entrevista cognitiva na recolha dos testemunhos”*, Licenciatura em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa.

SARMENTO, Manuela (2013), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3.^a ed.). Lisboa: Lusíada Editora.

SEIBERT, Gerhard (2001), *Camaradas, Clientes e Compadres*, Lisboa, Vega Editora.

Serviço de Migração e Fronteiras (SMF), *Relatórios dos Cidadãos são-tomenses deportados os anos 2011 a 2016*, S. Tomé.

SILVA, Galvão da (2010), *Inspeção Judiciária ao local do crime - o Caso particular da atuação da IC - Criminalística da GNR*, Pós Graduação em Direito e Segurança, GNR, Lisboa.

SILVA, Germano Marques (2000), *Curso de Processo Penal*, 1º Volume, 4.^a Edição Revista e atualizada, Editorial Verbo.

SILVA, Germano Marques (2008), *Curso de Processo Penal*, 2º Volume, Editorial Verbo.

SILVA; Paulo Sérgio Sousa (2014), *Os Vestígios no Local do Crime e sua Relevância Médico-Legal face aos Interventores Extra – hospitalares*, Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.

SOUSA, Luís Filipe Pires de (2016), *Prova Testemunhal*, Almedina, Reimpressão.

SOUSA, M. J., & Baptista, C. S. (2011), *Como fazer Investigação, Teses e Relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

TORRES, Bruno Miguel Fena (2015), *O Agente Infiltrado “A Vulgarização de um meio Excecional”* Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização em Criminologia e Investigação Criminal, ISCPSI, Lisboa.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (2010), *Processo Penal, Tomo I*, 3.^a Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Almedina.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (2013), *Do Ministério Público e da Polícia: Prevenção Criminal e Ação Penal como Execução de uma Política do Ser Humano*, universidade católica Editora, Lisboa.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (2014), *Teoria Geral do Direito Policial*, 4º Edição, Almedina.

VAZ, Josiana Adelaide (2008), *Metodologias de Detenção de Vestígios Biológicos Forenses*, Mestrado em Biologia Molecular e Celular, Universidade de Aveiro, Aveiro.

VELHO, GEISER, ESPINDULA, Jesus António, Gustavo Caminoto, Alberi (2012), *Ciências Forenses - Uma Introdução Às Principais Áreas da Criminalística Moderna*, 2ª Impressão, Millennium Editora Ltda., Campinas São Paulo.

VIEGAS, Fernando (2011), *Pesquisa, identificação, recolha e gestão de amostras de natureza biológica no local do crime*, Laboratório de Polícia Científica, Polícia Judiciária, Lisboa.

ZBINDEN, Karl (1957), *CRIMINALISTICA – Investigação Criminal, Apêndice com as Instruções para o Processo Penal Alemão*, Lisboa, “Coletânea de textos sobre investigação criminal para uso exclusivo dos Auditores de Justiça do XII Curso Normal de Formação”.

Legislação

Código Civil Português.

Código de Processo Penal Português.

Decreto – Lei, n.º 6/2014, de 23 de Abril, que Aprova a Lei Orgânica da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe.

Decreto n.º 42 223/59, de 18 de Abril, criou o Corpo de Polícia de Segurança Pública de São Tomé e Príncipe.

Decreto n.º 43 527/61, de 8 de Março criou o Corpo de Polícia de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei n.º 10/75, de 27 de Agosto. *Diário da República*, I Série, n.º 14. Criou a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de Abril. *Diário da República*, I Série, n.º 16. Regime Jurídico que extinguiu o Departamento da Polícia Nacional e criou o Comando Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Lei Constitucional n.º 7/90, de 20 de Setembro. *Diário da República*, I Série, n.º 13. Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 13/2008, de 07 de Novembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público de S. Tomé e Príncipe.

Lei n.º 19/2009, de 17 de Dezembro, que aprova o Código de Processo Penal da República Democrática de S. Tomé e Príncipe (CPPSTP).

Lei n.º 2/2008, de 16 de Maio, que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal de S. Tomé e Príncipe.

Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 165. Lei de Organização da Investigação Criminal. Assembleia da República.

Sítios Internet

Caixa Geral de Depósitos, SA. (2014), Relatório: *São Tomé e Príncipe: Oportunidades e potencial de desenvolvimento*. Consultado em 04 de janeiro de 2016, em <https://www.cgd.pt/Empresas/Negocio-Internacional/Apoios-Caixa-Empresas-no-Mundo/Sao-Tome-Principe/Documents/Estudo-CGD.PDF>.

Criminalista Biológica consultado em:
<http://pordetrasdocrime.blogspot.pt/2008/12/criminalstica-biologica.html>, no dia 03 de Junho 2017.

Enfermagem Forense, Consultado em
<http://enfermagemforense.blogspot.pt/2015/02/vestigios-biologicos.html>.

Fundo Monetário Internacional, (2012), Relatório: *República Democrática de São Tomé e Príncipe: Solicitação de acordo trienal ao abrigo da facilidade de crédito alargado*. Consultado em 04 de janeiro de 2016, em <http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2012/cr12216p.pdf>.

Instituto Nacional de Estatística de STP (2012). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Consultado em 04 de janeiro de 2016, em <http://www.ine.st/2012.html>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017), Relatório, *Índice de Desenvolvimento Humano de STP*. Consultado em 10 de janeiro de 2016, em <http://www.dw.com/pt-002/palop-mant%C3%A7%C3%B5es-no-%C3%ADndice-de-desenvolvimento-humano/a-38056827>.

Segurança Ciências Forenses, consultado em: <https://segurancaecienciasforenses.com/2014/06/18/lofoscopia-2/>.

APÊNDICES

Apêndice A: Guião de entrevista

Apêndice B: Entrevista a Bastonária da Ordem de Advogados de STP, Sr.^a Dra. Célia Pósser, em 17 de abril de 2017.

Apêndice C: Entrevista ao ex – 2.^o Comandante Geral da PNSTP, Sr. Intendente Kiakisiki Nascimento, em 28 de abril de 2017.

Apêndice D: Entrevista ao ex – Bastonário da Ordem de Advogados de STP, Sr. Dr. José Aureliano Aragão, em 10 de abril de 2017.

Apêndice E: Entrevista ao 2.^o Comandante Distrital de Cantagalo, Sr. Subcomissário Isac Penhor, em 25 de maio de 2017.

Apêndice F: Entrevista ao Inspetor Geral da PNSTP, Sr. Intendente Aurito Vera Cruz, em 08 de maio de 2017.

Apêndice G: Entrevista ao ex - Comandante Geral da PNSTP, Sr. Intendente Samuel da Conceição, em 03 de maio de 2017.

Apêndice H: Entrevista ao ex – Diretor da Polícia de Investigação Criminal (PIC), Sr. Dr. Lázaro Afonso, em 18 de maio de 2017.

Apêndice I: Entrevista ao Procurador do Ministério Público, Sr. Dr. Kelve Nobre de Carvalho, em 04 de maio de 2017.

Apêndice J: Entrevista ao Procurador-Geral da República, Sr. Dr. Frederique Samba, em 10 de maio de 2017.

Apêndice K: Entrevista ao 2.^o Comandante Distrital de Lembá, Sr. Subcomissário Odair dos Anjos, em 03 de abril de 2017.

Apêndice L: Entrevista ao Comandante do Grupo de Intervenção e Segurança, Sr. Subcomissário João Pedro Cravid, em 18 de Abril de 2017.

Apêndice M: Entrevista ao Comandante da Unidade Especial de Trânsito, Sr. Subcomissário Faicô Miguel, em 22 de maio de 2017.

Apêndice N: Entrevista ao Comandante da Unidade Especial de Investigação Criminal da PNSTP, Sr. Subcomissário Dudley da Glória, em 13 de abril de 2017.

Apêndice O: Entrevista a Segundo Comandante Distrital de Mé-Zóchi, Sra. Subcomissária Sheila Nascimento, em 20 de abril de 2017.

Apêndice P: Entrevista ao Subinspetor da PIC, Sr. Idalécio Bandeira, em 12 de abril de 2017.

Apêndice Q: Entrevista ao ex- Presidente Supremo de Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional de STP, Sr. Dr. José Bandeira, em 17 de maio de 2017.

Apêndice R: Entrevista ao Juiz de Instrução Criminal do Tribunal da 1.^a Instância, Sr. Dr. Jesuley Lopes, em 25 de abril de 2017.

Apêndice S: Quadros de 1.1 a 7.1 das matrizes das unidades de contexto e de registo das questões

Apêndice A

Guião da entrevista

No âmbito da Dissertação de final do Curso de Mestrado não integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna, na Especialidade em Criminologia e Investigação Criminal, intitulado **Prova Testemunhal: “A razão Antropológica” da Sua Força Processual**, ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), do qual é orientador o Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos, tendo como orientando o Mestrando Roldão dos Santos Dias Boa Morte, pretende-se realizar uma entrevista com o fito de sustentar todo o trabalho de investigação realizado **na vertente de surgimento de novos crimes (crimes contra propriedade e contra pessoas) e novos *modus operandi* em STP, se a utilização da prova testemunhal será suficiente para o seu combate?**

O Mestrando Roldão dos Santos Dias Boa Morte compromete-se a manter a confidencialidade dos dados obtidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da Dissertação.

Perfil do entrevistado

Nome: _____

Função que desempenha na instituição: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Habilitações Literárias: _____

Perguntas para o questionário

1. Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?
2. Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.
3. No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

4. No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?
5. Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?
6. Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?
7. A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

Apêndice B

Entrevista à Bastonária da Ordem dos Advogados, Dr.^a Célia Pósser,
em 17 de abril de 2017

Local da entrevista: Sede da Ordem dos Advogados em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Não, pois a prova pericial é fundamental para a descoberta de qualquer crime, na medida em que a testemunha só pode narrar aquilo que viu, e não o que não presenciou.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 3.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim! É necessário existir outros meios de prova, pois só assim podemos chegar à verdade material dos factos.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R Sim. Maior rigor na descoberta da verdade material dos factos.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim, seria sem dúvidas uma forma de recuperar essa confiança.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim. De maneira mais segura e fiável.

Apêndice C

Entrevista ao ex-2.º Comandante Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e
Príncipe, Intendente Kiakisiki Nascimento,
em 28 de abril de 2017

Local da entrevista: Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: De facto, a prova testemunhal por si só não é suficiente para a descoberta dos factos no processo criminal. Como é do nosso conhecimento, nos termos do nosso código penal constituem objeto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis. Face ao acima citado, no âmbito da investigação, todas as provas são importantes, necessárias e admissíveis, desde que não sejam proibidas por lei. A seleção da prova depende dos objetivos que o investigador se propuser atingir. A realidade da investigação criminal em São Tomé e Príncipe (STP) caracteriza-se por ser parca em termos de meio investigativo, o que faz com que a prova testemunhal seja um dos meios mais utilizados no país.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: O grau de eficiência é de 4.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: A utilização apenas da prova testemunhal, no meu entender, preenche os requisitos legais, desde que respeite escrupulosamente o princípio da legalidade. Tecnicamente, penso que não é suficiente para a prossecução da investigação criminal, uma vez que deverá conjugar a prova testemunhal com as outras provas previstas na Lei penal São-tomense.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: De facto, existe essa necessidade no nosso sistema penal e judiciário. STP, enquanto parte integrante do mundo global, começa a enfrentar uma série de novos fatores de risco. Pelas estatísticas policiais, é notório o rapidíssimo crescimento da criminalidade, mormente o crime organizado, criminalidade

essa que é consequência do efeito negativo da globalização, ou seja, da facilidade de importação de modelos criminais nunca antes praticados no país. Daí que haja toda a necessidade do nosso ordenamento jurídico-penal prever a obtenção de meios de prova eficazes para permitir que as polícias, dentro de um quadro legal, tenham capacidade técnica e investigativa para o combate à nova criminalidade.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim, no meu entender aliado à prova testemunhal temos que investir na prova pericial que assenta na existência de uma unidade de polícia científica apetrechada com meios e com pessoal devidamente formado e capacitado. Essa unidade terá como objetivo analisar cientificamente os vestígios quer sejam lofoscópicos, biológicos ou materiais.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim, sem dúvida. Teríamos, com certeza, uma investigação criminal mais eficaz e eficiente, baseada em metodologias de investigação de acordo com os padrões internacionais. A utilização do método científico na investigação criminal em STP permitirá às autoridades judiciais, no âmbito da suas competências, comprovar os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis, com maior garantia.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sem dúvida. A prova científica é, por excelência, o meio de prova em que a apreciação dos factos recolhidos exige conhecimentos técnicos científicos ou artísticos da especialidade. Logo, a implementação da prova científica na investigação criminal São-tomense terá um impacto positivo, na medida em

que as ferramentas que a prova científica utiliza ajudarão autoridade judiciária, o órgão de polícia criminal e os peritos a observarem diretamente elementos úteis para a reconstituição dos factos e para a descoberta da verdade.

Apêndice D

Entrevista ao ex-Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. José Aureliano

Aragão,

em 10 de abril de 2017

Local da entrevista: Escritório do entrevistado, na rua Padre Martinho Pinto da

Rocha em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: A prova testemunhal é um importante meio para a descoberta da verdade material, mas devido à sua natureza subjetiva deve ser avaliada e processada sem nunca se perder de vista os restantes meios de prova obtidos no decurso da investigação criminal. O valor da prova testemunhal é tão maior quão maior se lograr a sua conjugação lógica com os demais meios de prova, designadamente com as provas materiais, cientificamente obtidas, sem menosprezar a confissão do próprio agente.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Classifico em terceiro grau.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não. Veja-se a argumentação do n.º 1.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Não.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Não tenho dúvidas, uma vez que perante uma panóplia de meios de obtenção da prova, processualmente admitidos, os órgãos de investigação criminal direccionarão a sua ação, utilizando os meios mais adequados para a investigação do crime concreto, evitando dispersão de tempo e de meios financeiros e, em contrapartida, ganhando eficácia e eficiência e poupando

fundos que, provenientes do erário público, serão naturalmente um vantagem para a sociedade.

6 - Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Certamente. Quanto mais dotadas de meios científicos estão as autoridades responsáveis pela investigação criminal mais facilmente desvendam o crime e o seu agente. A eficácia do trabalho dos órgãos de investigação criminal não só transmite confiança e conforto à sociedade mas também a crença de que essa eficácia funciona como meio de persuasão e prevenção de práticas criminosas.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sem dúvida. O sucesso da investigação criminal depende muito dos meios tecnológicos colocados à disposição das instituições vocacionadas. O rigor no processo de recolha de provas e a capacidade analítica na sua interpretação levará indubitavelmente a resultados muito mais convincentes quer para os próprios órgãos de investigação criminal quer na ótica dos próprios agentes do crime que, muitas vezes, perante resultados tão óbvios e convincentes da investigação criminal não encontram melhor saída do que a confissão.

Apêndice E

Entrevista ao 2.º Comandante Distrital de Cantagalo, Sr. Subcomissário Isac

Penhor,

em 25 de maio de 2017

Local da entrevista: Comando Distrital de Cantagalo na Cidade de Santana em

S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Não. Considerando as novas formas criminais que têm surgido em São Tomé e Príncipe, considerando o conhecimento que a população tem em relação ao processo penal, esse tipo de prova por si só revela-se completamente ineficaz. Cabe ao Estado descobrir provas de forma a perseguir e punir o infrator, nesta ordem de ideias, diversos tipos de forma científica (lofoscópica, biológica ou outro) tornam-se claramente necessárias para a descoberta da verdade material.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Classifico em 2º grau.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Atualmente deve-se encontrar mecanismos, ao nível do processo, de forma a colocar o suspeito no local e no momento em que ocorreu o crime. Neste sentido, a utilização exclusiva da prova testemunhal demonstra-se claramente ineficaz para a sociedade atual. Nem sempre há pessoas para testemunhar o facto e não é possível medir o grau de veracidade das testemunhas. Embora as testemunhas jurem “falar a verdade e somente a verdade”, não existe forma de comprovar tal verdade.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Na sociedade são-tomense atual, a necessidade de utilização de provas científicas é urgente. Sabemos claramente que existem casos que não são punidos apenas por não haver testemunhas, por engano das testemunhas ou pelo facto de as testemunhas faltarem com a verdade.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim. A utilização dos meios científicos de obtenção de prova que traz bastante benefício para sociedade, sobretudo na eficácia/eficiência do sistema judicial na obtenção de provas. Isto certamente aumenta a confiança da população e evita a chamada "justiça com próprias mãos".

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: A falta de confiança da população, atualmente notória, tem a ver com a impunidade e a lentidão do processo dos operadores judiciais. A falta de prova tem deixado muitos crimes sem punição e isso causa revolta na população. A morosidade do processo é outro fator que contribui muito para essa falta de confiança. A utilização de meios científicos na recolha de prova torna o processo mais credível e eficaz. Isso faz aumentar, sem dúvida, a confiança da população no sistema judicial

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim. A utilização dos métodos científicos permite uma melhor reconstituição dos factos, isto é, colocar o infrator no local do crime, na hora que o mesmo foi cometido. Diz -se que sempre que alguém comete um crime, deixa no local do facto algo que é seu e traz do local algo de lá. Muitas vezes, essa troca de vestígios não é visível olho nu o que exige a utilização de meios científicos para saber o que é que o suspeito trouxe do local e o que lá deixou.

Apêndice F

Entrevista ao Inspetor Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe, Sr.

Intendente Aurito Vera Cruz,

em 08 de maio de 2017

Local da entrevista: Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Quanto à relação prova testemunhal e descoberta da verdade no processo criminal, devo dizer que só por si não será suficiente, se bem que, a meu ver, a prova testemunhal é uma das provas essenciais na descoberta da verdade no processo criminal. Porém, deve-se ter em conta a viciação no que toca à seriedade no recurso à prova testemunhal. Para melhor apreciação e segurança no desenvolvimento do processo criminal, na descoberta da verdade, torna-se necessário recorrer a outras provas para um efeito desejável.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Na utilização da prova testemunhal considero que o grau de eficácia obtida estará numa escala de 2.5.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Em São Tomé e Príncipe os procedimentos na investigação criminal ainda se encontram numa fase embrionária, tendo em conta a inexistência de meios técnicos e de tecnologias modernas na obtenção de provas com maior grau de eficácia na descoberta de verdade no processo criminal. Atualmente, os organismos ou instituições competentes para levar a cabo a investigação no processo criminal recorrem à prova testemunhal, tendo em conta que não existem outras alternativas tecnológicas para se recorrer a outros meios de provas criminais.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: De acordo com o código de processo penal São-tomense, os capítulos que fazem menção à prova e aos meios de obtenção de prova, esclarecem que no Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual pode-se recorrer a outros meios de prova e não somente à prova testemunhal como, por exemplo, o recurso a

meio de prova por acareação, por reconhecimento, da prova pericial, da prova documental, etc.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Concernente a este ponto, é de frisar que se tornaria mais eficaz o apuramento da veracidade dos factos no processo criminal caso haja recurso a mais do que um meio de prova, ou seja, independentemente do recurso à prova testemunhal seria de todo benéfico o recurso a meios de provas por acareação e pericial.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sem dúvida que com um trabalho mais eficaz, a utilização de métodos tecnológicos e científicos de grande reconhecimento mundial, que garantam a obtenção de resultados mais céleres e satisfatórios, fará com que a justiça seja o mais justa possível aos olhos da nossa população, e de certeza que contribuirá para melhorar a confiança entre a população e a justiça.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Relativamente a esta questão, de referir que o método científico nem sempre nos esclarece sobre a veracidade dos factos, tendo em conta que é um método que recorre a vários estudos científicos para comprovar um facto. No processo criminal direccionado à descoberta dos autores de crimes, o recurso à prova científica deverá obedecer a um parâmetro, ou seja, desenvolver um estudo científico direccionado para o *modus operandi* dos autores na prática de diferentes tipos de crimes, e associar o perfil/*modus operandi* dos autores dos crimes cometidos, a fim de descobrir, com maior precisão, os autores criminais.

Apêndice G

Entrevista ao ex-Comandante Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe,
Intendente Samuel da Conceição António,
em 03 de maio de 2017

Local da entrevista: Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Ela poderá ser suficiente como não. Como sabe, a prova testemunhal é considerada a prova mais importante de entre aquelas que são admitidas por Lei. Recorde – se que testemunha é a pessoa que, não sendo parte na ação nem seu representante, é chamada a narrar as suas percepções de factos passados. Como pessoa que é, há toda a probabilidade de não retratar com toda a fidelidade o que viu, ouviu, observou ou sentiu.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 3.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não. A lei processual penal São-tomense prevê outros meios de prova como, por exemplo, as provas periciais e as provas documentais, etc.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: No sistema penal e judiciário São-tomense já existem outros meios de prova bem como outros meios de obtenção de prova. De realçar que existe diferença entre meios de prova e meios de obtenção de provas.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim. Já existem outros meios de prova, a saber: provas periciais, provas documentais, etc., e todos são de extremamente importantes para a descoberta da verdade no processo penal.

6 - Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim. A utilização de meios de provas periciais é sempre uma mais-valia no decorrer de todo o processo penal, seja para a recolha de qualquer tipo de prova testemunhal ou não.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim. A prova científica significa o recurso a meios legítimos capazes de demonstrar a veracidade de um facto, fenómeno ou alegação, com o objetivo de convencer cientificamente sobre os factos apresentados. Neste caso, é uma mais-valia para todo o processo penal, tendo em conta a criminalização do autor material.

Apêndice H

Entrevista ao ex-Diretor da Polícia de Investigação Criminal, Sr. Dr. Lázaro

Afonso,

em 18 de maio de 2017

Local da entrevista: Na residência do entrevistado na Quinta de Santo António

em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Não.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 2.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim, para dar melhor consistência nos trabalhos de obtenção da prova.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim. Provas periciais.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim. Tendo em conta a criminalização do autor material.

Apêndice I

Entrevista ao Procurador da República, Sr. Dr. Kelve Nobre de Carvalho,
em 04 de maio de 2017

Local da entrevista: Sede da Procuradoria-Geral da República em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Não é suficiente, pois depende de tipo de crime em questão e sempre são necessários elementos extras para fundamentar a convicção do Juiz.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: 3

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Obviamente que não, pois frustra real intenção do legislador nessa matéria.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Existe sim e temos trabalhado nesse sentido com vista à criação de um laboratório de científica.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Maior clareza na descoberta material e na certeza das decisões jurídicas.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: De certeza que sim.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Facilita o trabalho da Polícia,

Apêndice J

Entrevista ao Procurador-Geral da República, Sr. Dr. Frederique Samba,
em 10 de maio de 2017

Local da entrevista: Sede da Procuradoria-Geral da República em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Se a prova testemunhal pode ser utilizada para a descoberta da verdade de factos relacionados com a pequena criminalidade, a mesma jamais será suficiente para a descoberta da verdade dos factos associada à grande criminalidade ou complexa, a organizada e ou transnacional. Com a evolução da sociedade, os agentes tendem a usar conhecimentos mais aperfeiçoados ou a recorrer a técnicas e ferramentas mais sofisticadas para a prática de novas tipologias de crimes. Daí que quanto mais grave forem as referidas tipologias de crimes, menos possível será a utilização da prova testemunhal para a comprovação da sua prática e de quem foram os seus agentes.

Por seu lado, a prova testemunhal pode ser colocada em dúvida, sobretudo tendo em atenção a possibilidade de ser manipulada a favor de um interesse em concreto, ou quando se refere ao um facto que tenha perdurado no tempo.

Mesmo que a testemunha aparente ser isenta, os factos sobre as quais recai o seu depoimento devem ser conjugados com outros elementos de prova de forma a reforçar a convicção do julgador de que fora esta a versão que corresponde à realidade dos factos e, consequentemente, permitir a aplicação correta do direito.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: 3.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: A investigação criminal enquanto uma panóplia de atos e diligências desencadeadas pelas autoridades judiciárias e ou órgãos de polícia, de forma sintonizada, com a finalidade de descobrir os fortes indícios sobre a prática de crime e quem foram seus agentes, está inserida no âmbito de instrução preparatória, dirigida pelo Ministério Público, e com o auxílio dos órgãos de polícia, a quem o primeiro delega a competência para a realização de atos processuais específicos. No âmbito do Código de Processo Penal, a prova

testemunhal é um dos meios legais admissíveis para a comprovação da realidade de um facto, estando prevista nos termos do artigo 201º e seguintes do CPP. Embora seja a mais recorrente, não deve a mesma ser exclusiva quanto à sua utilização na investigação criminal, sobretudo quando não há possibilidade de existirem outras, tendo em atenção realidade que se encontra subjacente à prática de um determinado crime. Por conseguinte, se for utilizada de forma exclusiva, deve ser analisada com prudência, com crítica recorrendo a psicologia judiciária relativamente à apreciação dos factos de forma livre e bem assim ponderando devidamente a postura da testemunha, no que se refere ao desenrolar do depoimento.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Além da prova testemunhal, o ordenamento jurídico São-tomense admite, nos termos do artigo 224.º e seguintes do CPP a prova pericial, a prova documental e bem assim a prova por acareação (art.º 219º), a prova por reconhecimento (art.º 220º) e reconstituição dos factos (art.º 223º).

Tais meios de prova devem ser conjugados com os meios para a sua obtenção como exames, revistas e buscas, apreensões, a intercetação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas, previstos nos termos dos artigos 242º e seguintes do CPP.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Para a boa administração da justiça material, tornando-a mais transparente, imparcial e confiante, há efetivamente necessidade de se implementar outros meios de prova sobretudo as periciais, acompanhadas com os meios de obtenção de provas como escutas e intercetação de comunicações incluindo, telefónica e mensagem eletrónica, vigilância eletrónica. Na verdade, a implementação de meios de prova e de sua obtenção de forma mais

sofisticada, como a científica e ou periciais, requer certamente um maior investimento no sistema de justiça com equipamentos, laboratórios, meios humanos especializados que certamente contribuirão para uma boa investigação e, conseqüentemente, um bom julgamento, já que o sucesso da boa administração da justiça será avaliado em função da sua capacidade de julgar, com elementos de prova credíveis.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Com certeza, porquanto há crimes que ocorrem às ocultas, onde não há possibilidade de haver testemunhas que o possam comprovar. Daí a necessidade de recurso a métodos científicos. Com os referidos métodos, será maior a eficácia da investigação garantindo assim resultados positivos, relativamente a confiança do cidadão no poder judicial, já que será indiscutível o sentido e o alcance da decisão.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Plenamente. A prova científica é aquela que apresenta maior fiabilidade relativamente à correspondência da realidade dos factos. Daí que, por exemplo, o recurso à criminalística enquanto ciência multifacetada (sobretudo tendo em atenção as relações com as áreas de antropometria, a criptografia a dactiloscopia, a fotografia criminalística, a grafologia, a balística, a física, a química, a biologia, a botânica, a bacteriologia, a geologia, a metalurgia e a metalografia) contribuirá significativamente para a resolução de problemas mais complexos ao nível da investigação criminal, podendo chegar aos autores dos crimes, até porque que os meios de prova tradicionais jamais poderão ter tal alcance.

Apêndice K

Entrevista ao 2.º Comandante Distrital de Lembá, Sr. Subcomissário Odair dos
Anjos,
em 03 de abril de 2017
Local da entrevista: Comando Distrital de Lembá, na cidade de Neves em
S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: No meu ponto de vista penso que a prova testemunhal é um elemento essencial da descoberta dos factos criminais, mas não é o suficiente para a decisão na resolução de um processo criminal.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: 2.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim, isto porque com a implementação de novas formas de obtenção de provas mais fácil conseguimos chegar aos infratores/descoberta da verdade; mais requisitos/elementos de prova vamos obter.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim, porque a nova forma de obtenção da prova fará com que os possíveis autores possam intimidar nas suas atuações criminais; ao mesmo tempo pode fazer reprimir a criminalidade; mais facilmente vai ficar a descoberta dos possíveis infratores.

Apêndice L

Entrevista ao Comandante do Grupo de Intervenção e Segurança (GIS), Sr.

Subcomissário João Pedro Cravid,

em 14 de abril de 2017

Local da entrevista: Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Penso que não. Aliás, como sabemos, em termos da matéria penal e processual penal, a prova testemunhal deve ser fundamentada na prova material. Claro que a prova testemunhal é um bom fundamento mas, no meu entender, creio que não é suficiente para a descoberta da verdade. Por exemplo, mesmo se um suspeito confessar um ilícito criminal, deve-se reunir mais elementos que fundamentem a sua afirmação.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: 3. Mas creio que a escala varia consoante a complexidade do ilícito criminal. Se for um caso simples, a prova testemunhal pode ser suficiente para resolver a situação quase que na totalidade, mas há situações em que a prova testemunhal torna-se manifestamente insuficiente.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não. A nossa jurisdição penal “bebe” muito do que é preceituado na legislação portuguesa, por isso, e como conhecedor das duas realidades, afirmo que a prova testemunhal não é suficiente, pois nos artigos 201.º a 208.º do Código do Processo Penal são-tomense determina-se as condicionantes da prova testemunhal, e é possível verificarmos que existem muitas restrições.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim! Aliás, isso é praticamente uma questão sine qua non. Quanto mais elementos para a obtenção de prova, melhor.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros

**meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal?
Se sim, quais?**

R: Sim. Inúmeras vantagens. Como já tinha feito referência, em alguns casos, a prova testemunhal não é suficiente para a descoberta da verdade material, e quanto mais formas de obtenção de provas tivermos, mais rigor teremos na conclusão do processo.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim, a resposta anterior enquadra-se nesta pergunta. O uso de métodos científicos vem dar mais fidelidade e rigor ao processo de investigação.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim. O uso de métodos científicos vem dar mais fidelidade e rigor ao processo de investigação.

Apêndice M

Entrevista ao Comandante da Unidade Especial de Trânsito, Sr. Subcomissário

Faicô Miguel,

em 22 de maio de 2017

Local da entrevista: Comando da Unidade Especial de Trânsito em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Na minha ótica, diria que nem sempre a prova testemunhal ajuda na descoberta dos factos, isto porque a testemunha varia de pessoa para pessoa e sofre a influência das circunstâncias em que ocorre o facto. No entanto, as próprias características intrínsecas da testemunha são, desta feita, consideradas essenciais para que se possa fazer um juízo de valoração da sua credibilidade e contribuem para influenciar a forma como é prestado o depoimento, atendendo que cada um indivíduo tem a sua capacidade de memorização, evocação de recordação e a reprodução daquilo que ouviu, presenciou ou sentiu.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Estaria numa escala de 3.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não na sua totalidade. Motivo pelo qual, muitas vezes, o meio ambiente ou seja o local (Tribunal ou Comando Policial etc.) onde a testemunha irá dar o depoimento poderá, e de que maneira, intimidar ou fazer sentir medo de narrar o que realmente havia observado no local de crime, o que poderá condicionar na investigação.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim, de facto, existe enorme necessidade de apetrechamento em equipamento avançado laboratorial para encontrar vestígios de crime. Portanto, a obtenção da prova através da perícia iria, certamente, ajudar muito no processo de investigação.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros

**meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal?
Se sim, quais?**

R: Sim. Poderá ser através da Perícia, Interrogatório, Confissão, Declaração do ofendido etc.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Acredito que sim, isto porque já houve muitos casos em que as pessoas são julgadas ou condenadas injustamente como no caso do homicídio que ocorreu no Distrito de Cantagalo em que uma jovem de 17 anos foi esfaqueada e, que por conseguinte, foi detido e condenado um indivíduo que no entanto, só se veio a saber que o mesmo era inocente alguns meses depois, o que demonstra claramente que qualquer um de nós poderá ser alvo de injustiça. Logo, isto implica que a população, tomando conhecimento de que no ramo de investigação existem, de facto, métodos científicos e tecnológicos avançados e com o desenvolvimento de ações de formação contínua para os efetivos da investigação criminal, certamente que a população iria ver a justiça a ser feita. Aliado a isso, o Ministério Público bem como o Tribunal se agissem em conformidade com o tipo de crime que cada um comete, a população não teria motivo para a tal desconfiança.

7- Com a implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Evidentemente que sim, com base nos registos dos possíveis criminosos isto é, tendo as fichas dos mesmos (foto, nome completo, residência, impressão digital, etc.) e com base nos *modus operandi* de cada um no ato criminal, seria possível recolher os vestígios na cena de crime e encaminhá-los para um laboratório com equipamento de alta tecnologia para possíveis análises.

Apêndice N

Entrevista ao Comandante da Unidade Especial de Investigação Criminal, Sr.

Subcomissário Dudley da Glória,

em 13 de abril de 2017

Local da entrevista: Comando da Unidade Especial de Investigação Criminal

em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: A prova testemunhal é importante, contudo não é suficiente para a descoberta da veracidade dos factos no processo criminal porque pode ser forjada, isto é, funciona à base de quem paga mais, aquele que tiver dinheiro paga as testemunhas para testemunhar ao seu favor.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Classifico como 2 a eficácia da prova testemunhal.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Como um investigador criminal posso garantir que a utilização apenas da prova testemunhal não satisfaz a necessidade atual da investigação criminal em STP.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: O poeta Camões já dizia “muda-se o tempo, mudam-se as vontades”. Hoje em dia, as manifestações da criminalidade atingiram um nível muito sofisticado, no entanto, a prova testemunhal não é suficiente para descobrir a veracidade dos factos, por isso é urgente apostarmos no outro método que é a prova material, ou seja, através da utilização dos métodos científicos baseados na tecnologia moderna.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sem dúvida que através da utilização da prova material a justiça são-tomense sairá a ganhar. As vantagens são: descoberta da verdade material e

realização da justiça com provas palpáveis; ganhar-se-á a confiança da sociedade; hesitação dos delinquentes, isto é, pensarão duas ou mais vezes antes de cometerem atos ilícitos.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: É mais que evidente que essa confiança será recuperada.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Terá um enorme impacto visto que se passará a ter provas palpáveis através da reconstituição histórica dos factos. Os delinquentes não terão como escapar à justiça porque “contra os factos não há argumentos”.

Apêndice O

Entrevista ao 2.º Comandante Distrital de Mé – Zóchi, Subcomissária Sheila

Nascimento,

em 20 de abril de 2017

Local da entrevista: Comando Distrital de Mé-Zóchi na cidade da Trindade em

S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Na minha opinião a prova testemunhal não é suficiente para a descoberta dos factos no processo criminal e nem para a descoberta da verdade material porque o mundo encontra-se em constante mutação, vários são os obstáculos impostos no mundo dos criminosos no sentido de impossibilitar uma boa investigação.

Nesta ordem de ideias, além de o investigador se pautar pela prova testemunhal, este deve também recorrer a outros meios de prova.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida da prova testemunhal equivale a 2.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não e nunca, pois o Estado São - tomense terá de reunir esforços no sentido de adquirir recursos humanos e materiais capacitados qualificados para dar resposta no campo da investigação criminal. A prova testemunhal por si só não é suficiente.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Há necessidade de haver outros meios de obtenção da prova além da prova testemunhal, pois assim se poderá colmatar o problema da falta de confiança da população em relação ao sistema judiciário.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros

**meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal?
Se sim, quais?**

R: Sim, urge que o estado implemente os meios de obtenção de prova como escutas telefónicas, exames e perícias, recolha de vestígios.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Os métodos científicos seriam, sem dúvida, benéficos para recuperar esta confiança, uma vez que as provas obtidas através destes métodos se tornam capazes e suficientes para convencer a sociedade de que determinado facto aconteceu ou não, e quem o praticou.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Certo é que a prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores, desde que essa prova seja legalizada e capaz comprovar a veracidade dos factos, ou seja, a prova científica só terá impacto positivo na descoberta dos autores, quando ela é for suficiente e clara e que leve à conclusão dos factos.

Apêndice P

Entrevista ao Subinspetor da Polícia de Investigação Criminal, Sr. Idalécio
Bandeira,
em 12 de abril de 2017

Local da entrevista: Sede da Polícia de Investigação Criminal em S. Tomé

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Não.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 3.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim. É necessário existir outros meios de provas para a descoberta da verdade material dos factos.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim. Para a descoberta da verdade material dos factos.

6- Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim.

Apêndice Q

Entrevista ao ex- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal
Constitucional de STP, Sr. Dr. José Bandeira,
em 17 de maio de 2017
Local da entrevista: Supremo Tribunal de Justiça

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Não. A prova testemunhal não é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal. A prova testemunhal é e representa sim, um contributo importante enquanto instrumento auxiliar na descoberta da verdade material, pois ela depende da idoneidade e capacidade do depoente para depor sobre o que os factos no tempo e no espaço em que se deram, descrevendo pontual e objetivamente o que presenciou de forma imparcial e, ainda não estar interdito por quaisquer anomalias, nem por qualquer impedimento de foro legal.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Como instrumento auxiliar, atribuo-lhe um “2” no tocante ao grau de eficácia.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: Não, porque a prova testemunhal como instrumento auxiliar, ela limita-se a trazer aos Autos informações sobre os factos de que o depoente possa ter conhecimento direto, carecendo, para o êxito da descoberta da verdade material, de informações produzidas com recurso aos meios técnicos e científicos.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim, necessariamente, pela justificação dada nos pontos 1 e 3 atrás.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Sim. Para uma boa justiça, consubstanciada na verdade material dos factos ocorridos, com vista a um bom enquadramento jurídico-legal dos factos, devem obter-se, para além das provas testemunhais, provas obtidas através de meios

científicos e técnicas periciais e laboratoriais (dactiloscopia, taxiologia, balística e medicina legal e outros), meios cibernéticos, escuta telefónica, observação visual, etc.

6 - Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Sim, sem margem para dúvidas. A recuperação de confiança pela população relativamente à justiça dever-se-á á capacidade de a justiça penal ser realizada com base na verdade material através de provas obtidas por via testemunhal e, fundamentalmente, por meios técnicos e científicos já referidos.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R: Sim. Provando realmente os factos indiciários atribuídos de início aos suspeitos, convertendo-os, por via disto, em possíveis autores materiais para a adequada condenação ou absolvição em sede de julgamento.

Apêndice R

Entrevista ao ex-Juiz de Instrução Criminal Dr. Jesuley Patrick Lopes,
em 25 de abril de 2017

Local da entrevista: Supremo Tribunal de Justiça

1- Na sua opinião, a prova testemunhal é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal?

R: Na minha humilde opinião, tendo em conta as finalidades e a eficácia da prova testemunhal, é sim de extrema importância para o apuramento da verdade em relação às circunstâncias em que ocorrem determinado facto criminoso mas não é suficiente para a descoberta da verdade material dos factos mais complicados. Há necessidade de entendermos que cada caso ou facto ilícito tem a sua eficácia resolvida através das provas testemunhais. A prova testemunhal, nos termos do Código Processo Penal São-tomense, podemos verificar a sua consagração, nos termos dos art.º201º e seguintes - é um dos meios de prova mais utilizados pelo Juiz (Tribunal) a respeito de factos relevantes para julgamento. É a audiência discussão e julgamento considerado a fase rainha de produção de provas. De salientar que as provas testemunhais têm o mesmo valor que os demais elementos de convicção para dirimir os conflitos. Os factos são a razão pela qual a testemunha vai depor. O testemunho de uma testemunha, em determinada fase do processo, é sobre os factos passados: a testemunha depõe sobre aquilo que viu, assistiu ou, então, a testemunha é o olho e ouvido da justiça, ela contribuirá para uma melhor justiça. No processo penal, hoje em dia, tendo em conta a eficácia de determinado crime, há necessidade de analisar a credibilidade da prova testemunhal. Nos termos da lei, o juiz deverá ter em conta a capacidade jurídica e mental do agente, uma vez que existem circunstâncias que impedem uma determinada testemunha ou pessoa ser ouvida (inquerida), tais como: os incapacitados, impedimento e a suspeição nos termos dos art.º207 e 204, ambos do Código Processo Penal.

2- Classifique, numa escala de 1 a 5, o grau de eficácia obtida na utilização da prova testemunhal.

R: Numa escala de 1 a 5, para a resolução de um determinado conflito, a prova testemunhal em S.Tomé e Príncipe, teria um grau de eficácia de 2 (dois). É verdade que existe determinado caso em que a prova testemunhal terá a sua eficácia a 100%, o que é muito raro, mas nunca impossível. No caso em que haja mais de uma testemunha que viu e ouviu e se provar que ela não tem nenhum interesse na causa, a não ser somente a descoberta da verdade,

pode-se considerar de extrema importância para resolução do caso. É de salientar que a prova testemunhal é a mais usada em S.Tomé e Príncipe, tendo em conta a nossa impossibilidade de ter outros meios mais eficazes para a descoberta da verdade.

3- No seu entender, a utilização apenas da prova testemunhal preenche os requisitos legais e técnicos na prossecução da investigação criminal em S.T.P?

R: No meu entender, não. Não só em S.T.P, também em diversas paragens do mundo onde precisam de outros meios para produção da prova. Como acima referi, a testemunha é o olho e ouvido para justiça, ela irá dizer aquilo que viu e ouviu, o que quer dizer que carece de outros requisitos legais para investigação. Não nos podemos limitar só às provas testemunhais. Tecnicamente em S.T.P, precisa-se de outros requisitos legais para a descoberta da verdade. Temos aqui as provas “documentais”, os exames médicos ou quaisquer outros documentos assinados e reconhecidos no cartório notarial cuja validade ou eficácia é questionável.

4- No Sistema Penal e Judiciário São-tomense atual, existe necessidade de haver outros meios de obtenção da prova para além da prova testemunhal?

R: Sim, há necessidade urgente de haver outros meios de obtenção de provas, tendo em conta os tipos de crimes que têm ocorrido na nossa sociedade, crimes hediondos, de gravidade excessiva, em relação aos quais há necessidade de se acautelar. Com os efeitos da globalização, os crimes estão a ser cada vez mais eficazes, os crimes de corrupção, administração danosa, fraude fiscal, homicídios e outros, hoje em dia, esses crimes são tratados como crimes de mestre. Assim sendo, impõe-se a necessidade de os defensores da legalidade, dos interesses do estado, também evoluírem.

5- Numa análise de custo/benefício, existe alguma vantagem para a sociedade e particularmente para a justiça em implementar-se outros meios de obtenção da prova que não seja apenas a prova testemunhal? Se sim, quais?

R: Nesta questão, claro que sim. É verdade que os custos para a implementação de outros elementos para descoberta da verdade são caros, tanto aqui em S.Tomé como em outros lugares do mundo onde a tecnologia é

mais avançada. A justiça garantida constitucionalmente é para todos, é a **particularidade do que é justo e correto. Diz a nossa Constituição no seu art.º20 “Acesso aos Tribunais”** que “Todo o cidadão tem direito de recorrer aos tribunais contra os atos que violem os seus direitos reconhecidos pela Constituição e pela lei, **não podendo a justiça** ser denegada por insuficiência de meios económicos”. Posto isso, os Tribunais e outros intervenientes, para ditar a justiça, devem dispor de todos os meios para a melhor descoberta da verdade. Diz ainda a nossa constituição, no seu art.º120.º C.R.S.T.P, que os Tribunais são órgãos de soberania com competência para **administrar a justiça** em nome do povo e que, na **administração da justiça**, incumbe aos Tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, dirimir os conflitos de interesse público e privado e reprimir a violação das leis. O Tribunal não pode ditar a justiça sem meios de prova credíveis para dirimir conflitos. Assim sendo, precisa de outros meios de obtenção de provas tais como: testemunha, documento, perícia, busca e apreensão, intercetção telefónica e outros. Para conceitualizar um deles, falaria daquele que não temos aqui - a “**perícia**”, que consiste num exame realizado por profissional com conhecimentos técnicos, a fim de auxiliar o juiz na formação de sua convicção. O laudo pericial é o documento elaborado pelos peritos, resultante do que foi examinado na perícia.

6 - Hoje em dia, nota-se uma falta de confiança da população relativamente à justiça. Na sua opinião, para recuperar essa confiança, seria benéfico a implementação da recolha da prova através de métodos científicos?

R: Na minha humilde opinião, não! Tendo em conta que quem dita a justiça é Juiz, diz a lei, no art.º122º C.R.S.T.P que as decisões dos tribunais são fundamentadas nos casos e nos termos previstos na lei. As decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades. É verdade que hoje em dia há muita falta de confiança por parte da população concernente à justiça. Mas não podemos esquecer que o tribunal é quem dita a justiça em nome do povo.

Para ditar justiça, acredito, sim, que os métodos científicos, ajudariam muito e seria de grande benefício para a justiça mas não seria suficiente. Para

recuperação da confiança da população, acredito que não estar só na pessoa do Juiz, funcionários e outros (Tribunais). Falam muito na reforma da justiça, mas nunca na reforma do país, quer isso dizer que todos nós temos uma quota-parte de responsabilidade na melhoria da justiça em S.Tomé e Príncipe. Acredito ainda que, com a implementação ou melhor, um bom trabalho feito entre os órgãos de soberania e algumas ONG, com o engajamento e sensibilização de todos, aí sim, a justiça seria recuperada. Isto porque não pode ser responsabilidade dos Tribunais ou dos meios de prova científica recuperar a justiça.

7- A implementação da prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores? De que maneira?

R:Sim, a implementação da prova científica em S.Tomé e Príncipe, do meu ponto de vista, terá um impacto muito positivo para descoberta da verdade. Tendo em conta a eficácia e eficiência da prova científica, S.Tomé e Príncipe precisa muito deste meio de provas, considerando o nível de gravidades dos crimes que têm acontecido, como crimes informáticos que já acontecem na nossa sociedade.

Apêndice S

Quadros de 1.1 a 7.1 das matrizes das unidades de contexto e de registo das
questões

Quadro 1.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 1.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Não. Pois a prova pericial é fundamental para a descoberta de qualquer crime”	1.2
#2	- “ (...) A prova testemunhal por si só não é suficiente para a descoberta dos factos no processo criminal (...)”	1.2
#3	- “O valor da prova testemunhal é tão maior quão maior se lograr a sua conjugação lógica com os demais meios de prova”	1.2
#4	“ Não. (...) Esse tipo de prova por si só torna-se completamente ineficaz”	1.2
#5	“ (...) Só por si não será suficiente, se bem que (...) a prova testemunhal é uma das provas essenciais na descoberta da verdade no processo criminal”	1.2
#6	“ Ela poderá ser suficiente como não. Como sabe, a prova testemunhal é considerada a prova mais importante de entre aquelas que são admitidas por Lei”	1.1
#7	“De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 2”	1.2
#8	“Não é suficiente, pois depende do tipo de crime em questão são necessários sempre elementos extras para fundamentar a convicção do Juiz”	1.2
#9	A mesma jamais será suficiente para a descoberta da verdade dos factos associado a grande criminalidade ou complexa, a organizada e ou transnacional	1.2
#10	“Não é o suficiente para a decisão na resolução de um processo criminal”	1.2
#11	“Penso que não. Aliás, como sabemos, em termos da matéria penal e processual penal, a prova testemunhal deve ser fundamentada na prova material”	1.2
#12	“Na minha ótica, diria que nem sempre a prova testemunhal ajuda na descoberta dos factos, isto porque a testemunha varia de pessoa para pessoa e sofre a	1.2

	influência das circunstâncias em que ocorre o facto”	
#13	“Não é suficiente para a descoberta das veracidades dos factos no processo criminal porque pode ser forjada”	1.2
#14	“A prova testemunhal não é suficiente para a descoberta dos factos no processo criminal”	1.2
#15	“Não”	1.2
#16	“Não. A prova testemunhal não é suficiente para a descoberta da verdade dos factos no processo criminal”	1.2
#17	“Não é suficiente para descoberta da verdade material dos factos mais complicados”	1.2

Quadro 2.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 2.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 3”	2.3
#2	- “O grau de eficiência é de 4”	2.4
#3	- “Classifico em terceiro grau”	2.3
#4	“ Classifico em 2º grau”	2.2
#5	“Na utilização da prova testemunhal considero que o grau de eficácia obtida estará numa escala de 2.5”	2.3
#6	“De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 3”	2.3
#7	“De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 2”	2.2
#8	“Classifico em grau 3”	2.3
#9	“Grau 3”	2.3
#10	“Grau 2”	2.2
#11	“Grau 3. Mas creio que a escala varia consoante a complexidade do ilícito criminal”	2.3
#12	“Estaria numa escala de 3”	2.3
#13	“Classifico como 2 a eficácia da prova testemunhal”	2.2
#14	“Numa escala de 1 à 5, o grau de eficácia obtida da	2.2

	prova testemunha equivale a 2”	
#15	“De um a cinco, a prova testemunhal tem um impacto de 3”	2.3
#16	“Como instrumento auxiliar, atribuo-o a escala “2” no grau de eficácia”	2.2
#17	“A prova testemunhal em S.Tomé e Príncipe teria um grau de eficácia de 2 (dois) ”	2.2

Quadro 3.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 3.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Não”	3.2
#2	- “ (...) No meu entender, preenche os requisitos legais, desde que respeite escrupulosamente o princípio de legalidade. Tecnicamente penso que não é suficiente”	3.3
#3	- “Não”	3.2
#4	“A utilização exclusiva de prova testemunhal demonstra claramente ineficaz para a sociedade atual”	3.2
#5	“Em São Tomé e Príncipe os procedimentos na investigação criminal ainda se encontram numa fase embrionária”	3.3
#6	“Não. A lei processual penal São-tomense prevê outros meios de provas como, por exemplo, as provas periciais e as provas documentais, etc.”	3.2
#7	“Não”	3.2
#8	“Obviamente que não, pois frustra real intenção do legislador nessa matéria”	3.2
#9	“Embora seja a mais recorrente, não deve a mesma ser exclusiva quanto à sua utilização na investigação criminal”	3.2
#10	“Não”	3.2
#11	“Não. A nossa jurisdição penal “bebe” muito do que é preceituado na legislação portuguesa, por isso, e como	3.2

	conhecedor das duas realidades, afirmo que a prova testemunhal não é suficiente”	
#12	“Não na sua totalidade. Motivo pelo qual muitas vezes o meio ambiente (...) onde a testemunha irá dar o depoimento poderá de que maneira intimidá-la de narrar o que realmente havia observado no local de crime, por isso poderá condicionar na investigação”	3.2
#13	“Como um investigador criminal posso garantir que a utilização apenas da prova testemunhal não satisfaz a necessidade atual da investigação criminal em STP”	3.2
#14	“Não e nunca. (...) A prova testemunhal por si só não é suficiente”	3.2
#15	“Não”	3.2
#16	“Não, porque a prova testemunhal como instrumento auxiliar, ela limita-se a trazer aos Autos informações sobre os factos de que o depoente possa ter conhecimento direto”	3.2
#17	“No meu entender, não. Não só em S.T.P, também em diversas paragens do mundo, onde precisam de outros meios para produção da prova”	3.2

Quadro 4.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 4.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Sim! É necessário existir outros meios de prova, pois só assim podemos chegar à verdade material dos factos”	4.1
#2	- “De facto existe essa necessidade no nosso sistema penal e judiciário”	4.1
#3	- “- Não”	4.2
#4	“A necessidade de utilização de provas científicas é urgente”	4.1
#5	“No Sistema Penal e Judiciário São-Tomense atual pode-se recorrer a outros meios de prova e não somente	4.3

	à prova testemunhal”	
#6	“No sistema penal e judiciário São-tomense já existem outros meios de prova bem como outros meios de obtenção de prova”	4.1
#7	“Sim, para dar melhor consistência nos trabalhos de obtenção da prova”	4.1
#8	“Existe sim e temos trabalhado nesse sentido com vista a criação de um laboratório de investigação científica”	4.1
#9	“Além da prova testemunhal, o ordenamento jurídico São-tomense admite, nos termos do artigo 224.º e seguintes do CPP a prova pericial, a prova documental e bem assim a prova por acareação-219º, a prova por reconhecimento-220º e reconstituição de facto-223º”	4.3
#10	“Sim”	4.1
#11	“Sim! Aliás, isso é praticamente uma questão sine qua non. Quanto mais elementos para a obtenção de prova, melhor”	4.1
#12	“Sim, de facto existe enorme necessidade de apetrechamento com equipamentos avançados laboratoriais para encontrar vestígios de crime”	4.1
#13	“A prova testemunhal não é suficiente para descobrir a veracidade dos factos, por isso é urgente apostarmos noutro método que é a prova material, ou seja, através da utilização dos métodos científicos baseados na tecnologia moderna”	4.1
#14	“Há necessidade de haver outros meios de obtenção da prova além da prova testemunhal, pois assim irá colmatar o problema da falta de confiança da população em relação ao site do mapa judiciário”	4.1
#15	“Sim, É necessário existir outros meios de provas para a descoberta da verdade material dos factos”	4.1
#16	“Sim necessariamente”	4.1
#17	“Sim, há necessidade urgente de haver outros meios de obtenção de provas”	4.1

Quadro 5.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 5.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Sim. Maior rigor na descoberta da verdade material dos factos”	5.1. 1
#2	- “Sim, no meu entender, aliado à prova testemunhal, temos que investir na prova pericial que assenta na existência de uma unidade de polícia científica apetrechada com meios e com pessoal devidamente formado e capacitado.”	5.1.1
#3	- “Não tenho dúvidas, (...) em contrapartida, ganhando eficácia e eficiência e poupando fundos provenientes do erário público, sendo naturalmente um vantagem para a sociedade”	5.1.2
#4	“Sim. A utilização dos meios científicos de obtenção de prova traz bastante benefício para sociedade, sobretudo na eficácia/eficiência do sistema judicial na obtenção de provas. Isto certamente aumenta a confiança da população e evita a chamada ”justiça com próprias mãos”	5.1.1
#5	“Tornaria mais eficaz o apuramento da veracidade dos factos no processo criminal se caso houver recurso a mais do que um meio de prova”	5.1.2
#6	“Sim. Já existe outros meios de prova, a saber: Provas periciais, provas documentais, etc., e todos são extremamente importantes para a descoberta da verdade no processo penal”	5.1.1
#7	“Sim. Provas periciais”	5.1
#8	“Maior clareza na descoberta material e nas certezas das decisões jurídicas”	5.1.1
#9	“Para boa administração da justiça material, tornando-a mais transparente, imparcial e confiante, há efetivamente necessidade de se implementar outros meios de prova, sobretudo as periciais”	5.1.3

#10	“Sim, isto porque com a implementação de novas formas de obtenção de provas mais fácil conseguimos chegar aos infratores/descoberta da verdade; mais requisitos/elementos de prova vamos obter”	5.1.1
#11	“Sim. Inúmeras vantagens, em alguns casos, a prova testemunhal não é suficiente para a descoberta da verdade material, e quanto mais formas de obtenção de provas tivermos, mais rigor teremos na conclusão do processo”	5.1.1
#12	“Sim. Poderá ser através da Perícia, Interrogatório, Confissão, Declaração do ofendido etc.”	5.1.3
#13	“Sem dúvida que através da utilização da prova material a justiça Santomense sairá a ganhar. As vantagens são: Descoberta da verdade material e realização da justiça com provas palpáveis; Ganhará a confiança da sociedade; Hesitação dos delinquentes”	5.1.1
#14	“Sim, urge o Estado implementar os meios de obtenção de prova como escutas telefónicas, os exames e perícias, recolha de vestígios”	5.1.3
#15	“Sim. Para a descoberta da verdade material dos factos”	5.1.1
#16	“Sim. Para uma boa justiça consubstanciada na verdade material dos factos ocorridos com vista um bom enquadramento jurídico-legal dos factos”	5.1.3
#17	“Claro que sim. Exame realizado por profissional com conhecimentos técnicos, a fim de auxiliar o juiz na formação de sua convicção”	5.1.2

Quadro 6.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 6.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Sim, seria sem dúvidas uma forma de recuperar essa confiança”	6.1
#2	- “Sim, no meu entender aliado a prova testemunhal temos que investir na prova pericial que assenta na	6.1

- existência de uma unidade de polícia científica
apetrechada com meios e com pessoal devidamente
formado e capacitado.”
- #3** - “Sem dúvida. O sucesso da investigação criminal 6.1
depende muito dos meios tecnológicos colocados à
disposição das instituições vocacionadas”
- #4** “A utilização de meios científicos na recolha de prova 6.1
torna o processo mais credível e eficaz. Isso faz
aumentar, sem dúvidas, a confiança da população no
sistema judicial”
- #5** “Utilização de métodos tecnológicos e científicos que 6.1
garantam a obtenção de resultados mais céleres e
satisfatórios, fará com que a justiça seja o mais justa
possível aos olhos da nossa população, e de certeza
que contribuirá na implantação de confiança entre a
população e a justiça”
- #6** “Sim. A utilização de meios de provas periciais é sempre 6.1
uma mais-valia no decorrer de todo o processo penal,
seja para a recolha de qualquer tipo de provas
testemunhal ou não”
- #7** “Sim” 6.1
- #8** “De certeza que sim” 6.1
- #9** “Com certeza. (...) Com os referidos métodos será maior 6.1
a eficácia da investigação garantindo assim resultados
positivos, relativamente à confiança do cidadão no poder
judicial”
- #10** “Sim” 6.1
- #11** “Sim, a resposta anterior enquadra-se nesta pergunta. O 6.1
uso de métodos científicos vem dar mais fidelidade e
rigor no processo de investigação”
- #12** “Acredito que sim, isto porque já houve muitos casos em 6.1
que as pessoas foram julgadas ou condenadas
injustamente como no caso do homicídio que decorreu
no Distrito de Cantagalo”
- #13** “É mais que evidente que essa confiança será 6.1
recuperada”

#14	“Os métodos científicos seriam sem dúvida benéficos para recuperar esta confiança, uma vez que as provas obtidas através destes métodos se tornam capazes e suficientes para convencer a sociedade de que determinado facto aconteceu ou não, e quem o praticou”	6.1
#15	“Sim”	6.1
#16	“Sem margem para dúvidas. A recuperação de confiança pela população, dever-se-á à capacidade da justiça penal ser realizada através das provas obtidas, fundamentalmente, por meios técnicos e científicos já referidos”	6.1
#17	“Não. Acredito sim que os métodos científicos, ajudariam muito e seriam de grande benefício para a justiça mas não seria suficiente”	6.2

Quadro 7.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 7.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Sim. De maneira mais segura e fiável”	7.1
#2	- “Sem dúvida. A prova científica é, por excelência, o meio de prova em que a apreciação dos factos recolhidos exige conhecimentos técnicos científicos ou artísticos da especialidade.”	7.1
#3	- “Sem dúvida. O sucesso da investigação criminal depende muito dos meios tecnológicos colocados à disposição das instituições vocacionadas.”	7.1
#4	“Sim. A utilização dos métodos científicos permite uma melhor reconstituição dos factos, isto é, colocar o infrator no local do crime no momento em que o mesmo foi cometido”	7.1
#5	“O método científico nem sempre nos esclarece sobre a veracidade dos factos, tendo em conta que é um método	7.2

	que recorre a vários estudos científicos para comprovar um facto”	
#6	“Sim. A prova científica significa dizer meios legítimos, capazes de demonstrar a veracidade de um facto, fenómeno ou alegação, com objetivo de convencer cientificamente sobre os factos apresentados”	7.1
#7	“Sim. Tendo em conta a criminalização do autor material”	7.1
#8	“Facilita o trabalho da Polícia”	7.3
#9	“Plenamente. A prova científica é aquela que apresenta maior fiabilidade relativamente à correspondência da realidade dos factos”	7.1
#10	“Sim, porque a nova forma de obtenção da prova fará com que os possíveis autores possam intimidar nas suas atuações criminais; ao mesmo tempo pode fazer reprimir a criminalidade; mais facilmente vai ficar a descoberta dos possíveis infratores”	7.1
#11	“Sim. O uso de métodos científicos vem dar mais fidelidade e rigor no processo de investigação”	7.1
#12	“Evidentemente que sim, com base nos registos dos possíveis criminosos”	7.1
#13	“Terá um enorme impacto visto que passará a ter provas palpáveis através da reconstituição histórica dos factos. Os delinquentes não terão como escapar à justiça, isto é, “contra os factos não há argumentos”	7.1
#14	“Certo é que a prova científica terá impacto positivo na descoberta dos possíveis autores, desde que essa prova seja legalizada e capaz comprovar a veracidade dos factos”	7.1
#15	“Sim”	7.1
#16	“Sim. Provando realmente os factos indiciários atribuídos de início aos suspeitos, convertendo-os, por via disto, em possíveis autores materiais para adequada condenação ou absolvição em sede de julgamento”	7.1
#17	“Sim, a implementação da prova científica em S.Tomé e Príncipe, no meu ponto de vista, terá um impacto muito positivo na descoberta da verdade”	7.2

ANEXOS

Anexo T: Relatório do Comando Geral da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe dos anos 2011 a 2016, referente aos crimes contra pessoas e contra a propriedade.

Relatório dos crimes contra pessoas, de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homicídio	5	6	8	4	6	4
Ofensas corporais	793	1377	966	1098	1280	1227
Abuso Sexual de Menor	3	1	3	20	47	36
Violação	47	49	62	73	16	22
Violência doméstica	145	229	318	286	597	608

Relatório dos crimes contra propriedades, de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Furto	311	688	515	588	696	713
Roubo	59	63	42	60	51	81
Burla	146	204	127	167	223	212
Danos	289	340	251	372	369	380